

MCP
PEIXINHO, CACAU & PIRES
CONSULTORES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Manoel Messias Peixinho
Carlos Alberto Cacao de Brito
Paulo Roberto Pires Ferreira
Adriano Barcelos Romeiro
Priscylla Inácio Colacino
Flavia Santos das Neves
Fernanda França da Silva
Luciana Brites
Rogerio Machado
Paula Schueler Paiva Ribeiro
Marcos Cesar Pimentel Junior
Paulo Cesar da Rocha Cavalcanti Junior
Suzana Souza
Daniel Mathias Varella
Matheus Holandino Mojon
Guilherme Duarte Rego
Bianca Amancio Marinho
CONSULTORES
Wdson Martins de Castro
Marco Antonio Patricio

**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**

EDITAL DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA NACIONAL CN nº 007/2017

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA ("Dimensional"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00299904/0001-60, licitante participante da Licitação Concorrência Nacional CN nº 007/2017, vem, por seu procurador que a esta subscreve, apresentar as razões de **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da respeitável Comissão de Licitação, pelos motivos abaixo:

**PRELIMINARMENTE
DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando que a publicação com a inabilitação da empresa Recorrente se deu no dia 28 de junho de 2019 (sexta-feira) em razão da ausência de um preposto de licitante e que o prazo para a interposição de recurso previsto no item 16.1 do Edital é de 5 (cinco) dias úteis, a interposição do presente recurso é tempestiva.

Recebemos
Rio de Janeiro, 5 de 7 20 19
Pedro H. Braga P. C. A. Melo
Estagiário/SEAPRO/INEA
CPF: 170.337.317-01
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA

1. BREVE RELATO DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade concorrência, do tipo menor preço, e regime de empreitada por preço unitário, para fins de contratação de empresa especializada para “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUATICAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA”, conforme especificado e quantificado no Termo de Referência (Anexo 07) deste Edital.

No dia 28 de maio de 2019 ocorreu a sessão para recebimento e abertura dos envelopes “A” de Habilitação e “B” Proposta de Preços.

No dia 27 de junho de 2019 foi aberta nova sessão para divulgação de resultado de habilitação, referentes à Concorrência Nacional nº 007/2017, tendo na ocasião sido declaradas inabilitadas as empresas: CONTEK ENGENHARIA S/A, por afronta ao item 6.6.1, alínea “c” do edital, cujos atestados foram insuficientes para atestar a capacidade técnica da licitante; a empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, ora Recorrente, por afronta ao item 6.6.1, alínea “c” do edital, cujos atestados foram insuficientes para atestar a capacidade técnica da licitante; e a EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS EIRELE, por afronta ao item 6.6.1, alínea “c” do edital, cujos os atestados foram insuficientes para atestar a capacidade técnica da licitante e também por afronta ao item 6.6.2, sendo declaradas habilitadas tão somente as empresas licitantes MATOS TEIXEIRA ENG. E SERVIÇOS LTDA e D.A.S ENGENHARIA LTDA. As empresas instaram a intenção de recurso, esta Recorrente inclusive e, portanto, em razão da ausência da licitante EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS EIRELE, o presidente da Comissão informou que o resultado seria publicado, data em que se daria o início recursal.

Ora, de acordo com a Ata de Resultado, a presente Recorrente foi inabilitada por, supostamente, não ter atendido o item 6.6.1, alínea “c” do Edital, que reza o seguinte:

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

c) prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior

detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2;

Segundo o dispositivo editalício supratranscrito, a Recorrente não teria comprovado sua qualificação técnica-profissional relativa às parcelas de maior relevância, que estão dispostas no Anexo 17 do instrumento convocatório, sendo elas as seguintes:

01	Operação contínua de retirada de vegetação aquática e resíduos flutuantes em diversos corpos hídricos de forma manual, mecânica e com utilização de barco de apoio.
02	Carga, transporte e descarga dos materiais até o local de destinação final em área de transbordo ou centro de tratamento licenciados com emissão de manifestos de resíduos.
03	Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais.
04	Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas

Tendo em vista a genérica fundamentação apresentada pela Ilustre Comissão na inabilitação da presente Recorrente, que não indiciou ao menos qual das 04 (quatro) parcelas de maior relevância a Recorrente, hipoteticamente, não teria atendido, foi encaminhado no dia 27 de junho de 2019, e-mail ao setor de licitação do INEA com a solicitação para que fosse informado e esclarecido qual dos serviços classificados como de parcela de maior relevância os atestados técnicos apresentados pela empresa Recorrente mostraram-se insuficientes para atender à exigência contida no item 6.6.1, alínea “c”, do Edital.

No dia 28 de junho de 2019, em resposta, o INEA informou que a inabilitação da empresa Dimensional Engenharia LTDA, ora Recorrente, deu-se “Conforme item 6.6.1 “b”, foi constatado que a EMPRESA não comprova aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação”.

Ora, consta-se que houve abusiva alteração na fundamentação da decisão que inabilitou a Recorrente, visto que no momento da Ata de Resultado a inabilitação

originária estava fundada na alínea “c” do item 6.6.1 do edital, mas por meio do e-mail do dia 28/06/2019 a inabilitação passou a ser fundamentada em alínea completamente diversa, alínea “b” do item 6.6.1, do edital.

Destaca-se que a alínea “b” do item 6.6.1, determina a apresentação de documentação diversa da alínea “c” do mesmo item, *in verbis*:

b) apresentação de atestado (s) de responsabilidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, que comprovem aptidão pertinente e compatível do licitante com o objeto da licitação, conforme descritos no ANEXO 17.

Em suma, a exigência não atendida foi alterada de capacitação técnica-profissional para técnica-operacional.

Observa-se, assim, que mais uma vez o INEA não apontou de forma fundamentada sobre quais dos quatro serviços de maior relevância os atestados técnicos apresentados pela Recorrente foram considerados insuficientes para sua habilitação no certame, mantendo o generalismo viciado, constante na Ata da Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação, em total afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal, prejudicando, assim, o contraditório e a ampla defesa, também garantidos constitucionalmente a esta Recorrente.

Diante disso, a empresa Recorrente reiterou o pedido anteriormente formulado, no dia 01 de julho de 2019 e requereu que a i. Comissão de Licitação informasse e esclarecesse quais dos quatro serviços classificados como de parcela de maior relevância a Recorrente não teria comprovado sua capacitação.

Em resposta ao e-mail da Recorrente, o setor de licitação do INEA informou no dia 03 de junho de 2019 que:

qualquer inconformismo quanto à inabilitação da licitante deve ser apresentado na forma prevista no edital, no mais destacamos que a decisão desta comissão fora publicada no DOERJ em 28/07, começando-se o prazo recursal no dia 01/07.

Não verificamos qualquer razão que justifique a reabertura de prazo, bem como salientamos que o ato que deu início ao prazo não fora a ata, mas a publicação.

Indicamos como válida a manifestação dos responsáveis técnicos que apontam, no nosso entendimento, não haver nenhum atestado indicativo da capacidade técnica operacional das licitantes inabilitadas, o que dispensa a indicação pleiteada.

No mais reafirmamos nossa busca pelo correto procedimento e ressaltamos que os autos encontram-se disponíveis para eventual análise da licitante (grifos nossos).

Verifica-se que, além de ter alterado a fundamentação que ensejou a inabilitação da Recorrente em total inobservância ao princípio da publicidade, o Órgão Licitante em sua resposta, passa agora a sustentar que a Empresa não teria qualquer atestado técnico operacional para fins de qualificação técnica. Nada mais absurdo!

Assim, a Recorrente, apesar de ter apresentado toda a documentação exigida e cumprido todos os itens do instrumento convocatório, restou inabilitada sem ao menos saber em quais dos quatro serviços classificados como de parcela de maior relevância, dispostos no Anexo 17 do Edital, os atestados técnicos apresentados pela empresa Recorrente mostraram-se insuficientes para atendimento, prejudicando demasiadamente a elaboração de sua defesa, que teve de comprovar a capacitação técnica operacional para execução de todos os serviços que compõem as parcelas de maior relevância, como se demonstrará pormenorizadamente a seguir.

Diante das evidentes violações aos princípios constitucionais e administrativos cometidos no ato administrativo de inabilitação da presente Recorrente, não restou alternativa a não ser vir interpor este Recurso Administrativo, o qual certamente subsistirá, frente às razões a seguir expostas.

2. DA FALTA DE MOTIVAÇÃO DA DECISÃO QUE INABILITOU O LICITANTE

A decisão exarada na Ata da Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação, bem como a alteração realizada por e-mail em 26 de junho de 2019, ratificada em 03 de julho de 2019, deram-se por meio de fundamentação genérica, sem qualquer motivação

do ato administrativo, não sendo lançadas as razões do desprovemento com objetividade que ensejaram a inabilitação.

Destarte, tal decisão afronta, claramente, a disposição contida no art. 2º, *caput*, da Lei nº. 9.784/99, que impõe que os atos expedidos por agentes administrativos sejam expressa e racionalmente justificados. Por conseguinte, a Administração tem o dever de expressar as razões que conduziram a determinado ato. Tais razões, uma vez externadas, formam o *motivo* do ato, elemento imprescindível no plano de validade dos atos administrativos. O motivo, como esclarece Diogenes Gasparini,¹ "*é a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo*". A motivação pode ou não estar na lei, mas sempre deve ser evidenciada no processo administrativo, sob pena de nulidade.

A respeito da vinculação ao princípio da motivação por parte do administrador, ensina o prof. Celso Antônio Bandeira de Mello que:

dito princípio implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo².

Ainda nas lições de Gasparini, não se considera fundamentada uma decisão que diz apenas inexistir o direito pleiteado, ou simplesmente que "são mantidas as razões de um recurso administrativo³". Tais 'fundamentos' são de tal generalidade que se prestam a justificar qualquer indeferimento, e por isso mesmo, a rigor, não se prestam a nada. **A decisão que possui fundamentação tão genérica não permite o exercício do direito de defesa por parte daquele a quem prejudica, que fica impossibilitado de argumentar em sentido contrário.** Tal decisão, portanto, é nula.

¹GASPARINI, Diógenes, Direito administrativo. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p.11.

² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Ed. Malheiros, 30ª ed., 2013, p.115.

³Cf. o art. 50, inciso V da Lei 9784/1999. Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: V - decidam recursos administrativos.

manifestação assegura o pronunciamento em todas as fases do processo e de ter suas razões consideradas, portanto, a decisão deve considerar e enfrentar, uma a uma, as sustentações da defesa.

Neste sentido Carmen Lúcia Antunes da Rocha leciona:

(...)o princípio da ampla defesa (...) acopla várias garantias. O interessado tem o direito de conhecer o quanto se afirma contra os seus interesses e de ser ouvido, diretamente e/ou com patrocínio profissional sobre as afirmações, de tal maneira que as suas razões sejam coerentes com o quanto previsto no Direito. Na primeira parte se tem, então, o direito de ser informado de quanto se passa sobre a sua situação jurídica, o direito de ser comunicado, eficiente e tempestivamente, sobre tudo o que concerne à sua condição no Direito. Para que a defesa possa ser preparada com rigor e eficiência, há de receber o interessado todos os elementos e dados sobre o quanto se ponha contra ele, pelo que haverá de ser intimado e notificado de tudo quanto sobre a sua situação seja objeto de qualquer processo. Assim, não apenas no início, mas no seguimento de todos os atos e fases processuais, o interessado deve ser intimado de tudo que concerne a seus interesses cogitados ou tangenciados no processo. Tem o direito de argumentar e arrazoar (ou contra-arrazoar), oportuna e tempestivamente (a dizer, antes e depois da apresentação de dados sobre a sua situação jurídica cuidada na espécie), sobre o quanto contra ele se alega e de ter levado em consideração as suas razões.

In casu, até o presente momento, não foram dadas à Recorrente os elementos suficientes para fundamentar suas razões recursais, uma vez que não foi explicitado quais dos atestados foram insuficientes para atestar a capacidade técnica da licitante, visto que haviam 4 (quatro) previstos no Anexo 17, bem como após a alteração da fundamentação para inabilitação feita por e-mail, quais atestados de responsabilidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, não foram suficientes para demonstrar a aptidão pertinente e compatível do licitante com o objeto da licitação, conforme descritos no Anexo 17, para que este pudesse exercer o contraditório e a ampla defesa nos ditames do devido processo legal.

4. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos da Administração, na área de licitação pública, é de relevante interesse para os concorrentes, pois estes terão certeza do que está ocorrendo nas diversas etapas do processo, bem como os possibilita elaborar planejamentos e recursos administrativos em caso de descontentamento com alguma decisão que venha a ser tomada pela comissão de licitação, ou mesmo se houver alguma irregularidade ou

ilegalidade no processo. Por outro lado, confere à Administração a certeza de que a competitividade restará garantida, para a seleção da proposta mais vantajosa.

Neste diapasão, qualquer modificação no edital, posterior à sua publicação, que puder afetar a formulação das propostas, obrigará a Administração à nova divulgação, pela mesma forma que se deu quanto ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Estabelece o parágrafo 3º do art. 21 da Lei nº 8.666/93 que os prazos de divulgação serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

A publicidade dos atos administrativos é de tamanha relevância que a sua inobservância terá o condão de causar a nulidade do ato administrativo, logo, deve a Administração Pública rever o ato administrativo que inabilitou a empresa Recorrente, para que a mesma seja considerada habilitada, uma vez que cumpriu todos os requisitos exigidos para sua habilitação.

5. DO CUMPRIMENTO DE TODAS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO EDITAL: DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O artigo 41 da Lei 8.666/93 que prevê que “a Administração não pode descumprir normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Na lição da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a consequência da inobservância deste princípio importará no descumprimento “dos princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo, com base nos critérios fixados no edital”.⁴

No magistério do professor José dos Santos Carvalho Filho, “se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. **Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer**

⁴ Maria Sylvia Zanella Di Pietro. *Direito Administrativo*. 26ª edição. São Paulo: Atlas, 2013, p. 384.

brecha que provoque violação à moralidade da administração, à impessoalidade e à probidade administrativa”.⁵ (grifos nossos)

Esta norma-princípio encontra-se disposta no art. 41, caput, da Lei nº. 8.666/93: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. O edital, nesse caso, torna-se lei entre as partes. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, o da **inalterabilidade do instrumento convocatório**. De fato, a regra que se impõe é que, após publicado o edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações, salvo se assim o exigir o interesse público. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

Os Tribunais Brasileiros possuem jurisprudência pacífica que a não vinculação do administrador aos estritos termos do edital pode ser motivo de anulação do ato administrativo, restabelecendo-se a ordem no processo licitatório:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

1. O edital do certame dispunha expressamente (inciso IV do item 53 que deveriam os licitantes obrigatoriamente comprovar possuírem em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsáveis Técnicos nas áreas de engenharia mecânica ou outro profissional de nível superior autorizado, devidamente registrado no CREA. Não cumprida tal exigência – à qual a Administração se acha estritamente vinculada –, resta violado o art. 41 da Lei 8.666/93

2. Remessa oficial a que se nega provimento.

(TRF-1, REEXAME NECESSÁRIO N. 0011956-31.2012.4.01.3200/AM, 6ª Turma, Relator: Desembargador Federal KASSIO MARQUES, Julgamento: 01/09/2014, Publicação: 15/09/2014)

Por fim, além dos julgados dos Tribunais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: “Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos

⁵ José dos Santos Carvalho Filho. Manual de *Direito Administrativo*. 28ª edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 250.

procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Portanto, cumpridas todas as exigências editalícias pelo Licitante, deve o mesmo ser declarado habilitado para participação no certame, justamente o contrário do que ocorreu no presente caso da Recorrente, que mesmo comprovando sua ampla capacidade técnica operacional para execução do objeto licitado, foi declarada inabilitada com base no item 6.6.1, alínea “b”, ainda que sem a apresentação da devida motivação.

Assim, diante de tão estarrecedora decisão, a Recorrente tomou a iniciativa de buscar uma avaliação técnica isenta, tendo, para tanto, recorrido à Abunahman, Cardoso, Consultoria e Engenharia – ACCE, empresa de renome e grande respeitabilidade no mercado, com vasta expertise em avaliações e perícias judiciais, que emitiu o Parecer Técnico sobre Capacitação Técnica para participação em Licitação do INEA – Concorrência Nacional nº 07/2017, referente a execução de “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D’ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA”, que segue anexo e que comprova, de forma inequívoca, o cumprimento de as exigências descritas no instrumento convocatório pela Recorrente.

Em seu minucioso trabalho, a ACCE avaliou pormenorizadamente o Edital relativo à Concorrência Nacional nº 07/2017 e seus respectivos anexos, notadamente, às exigências relativas à qualificação técnica, bem como as Certidões de Acervo Técnico nº 47420/2013 e 17552/2017 apresentadas pela Recorrente na licitação a fim de fazer prova sua experiência prévia na execução dos serviços licitados, chegando a inevitável conclusão de que a Empresa detém ampla capacitação técnica nesse sentido, em especial, no que se refere às parcelas de maior relevância.

Com efeito, merecem destaque algumas afirmações constante do Parecer Técnico:

Nesse conseguinte, temos a dizer que pela leitura das Certidões de Acervo Técnico no 47420/2013 e 17552/2017, indubitavelmente a Dimensional Engenharia Ltda. apresenta capacitação e qualificação técnica para atendimento das premissas contidas no Edital em exame, notadamente das parcelas supra cotejadas, bastando para tanto extrair trechos dessas certidões mais relevantes, vejamos:

(Parecer Técnico, pág. 3)

Assim, pelos trechos extraídos das Certidões em anexos, resta comprovada a completa capacitação a adequação técnica da Dimensional Engenharia Ltda. para participação do certame do INEA – Concorrência Nacional 07/2017, referente a execução de “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D’ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA.

(Parecer Técnico, pág. 6)

O minucioso estudo realizado pela ACCE não deixa qualquer margem de dúvidas quanto à qualificação e capacitação técnica, profissional e operacional, da Recorrente para participação no certame, devendo, desta forma, ser declarada nula a decisão que a inabilitou.

Ratificando a conclusão exarada no Parecer Técnico elaborado pela ACCE, no sentido de que a Recorrente goza de plena qualificação e capacidade técnica para execução dos serviços licitados, importa aduzir que os mesmos serviços foram objeto de Licitação ocorrida há quatro anos, a Concorrência Nacional nº 001/2015, na qual a Recorrente sagrou-se habilitada, classificando-se, a sua proposta, em segundo lugar, conforme trecho da Ata de Abertura de Preços abaixo colacionado (doc. Anexo), atrás apenas da empresa Matos Teixeira, vencedora do aludido certame, que, também participa do presente certame e apresentou, para fins de comprovar a sua qualificação técnica, única e exclusivamente, o atestado decorrente da contratação relativa à CN nº 001/2015.

Ata da Sessão Pública para prosseguimento do certame com a Abertura dos Envelopes "B" – Proposta de Preços referente à Concorrência Nacional CN nº 01/2015, para "PROJETO EXECUTIVO, IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS DAS ECOBARREIRAS, INSTALAÇÕES DE BARREIRAS DE CONTENÇÃO DE LIXO FLUTUANTE E SERVIÇO DE REMOÇÃO DOS MESMOS EM DIVERSOS CURSOS D' ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". Às dez horas do dia quinze de junho do ano de dois mil e quinze, na Avenida Venezuela, nº 110, 2º Andar, Sala de Reuniões da Presidência, Saúde, Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria INEA nº. 594 de 01 de abril de 2015, e publicada no Diário Oficial de 09 de abril de 2015, as folhas 27 e 28, com seus representantes abaixo assinados, para prosseguimento do certame com a Abertura do Envelope "B" – Propostas de Preços. Decorrido o prazo para interposição de recursos, sem a interposição dos mesmos, o Presidente da Comissão prosseguiu o certame com a Abertura dos envelopes "B" Propostas de Preços das licitantes habilitadas, estando presentes as seguintes empresas assim representadas: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA pela Senhora ALEXANDRA DE FARIAS BERNARDO e MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA pelo Senhor ERIO PALMEIRA DE MATOS TEIXEIRA conforme credenciamentos. Abertos os envelopes "B" - Proposta de Preços a Comissão divulgou os seguintes preços ofertados: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA – R\$ 20.890.417,03 (Vinte Milhões e Oitocentos e Noventa Mil e Quatrocentos e Dezessete Reais e Três Centavos) e MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – R\$ 18.880.916,79 (Dezoito Milhões e Oitocentos e Oitenta Mil e Novecentos e Dezesseis Reais e Setenta e Nove Centavos). Após análise das propostas a Comissão anunciou a licitante MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA como vencedora do certame, por ter ofertado o menor preço, sendo o mesmo abaixo do estimado no Edital. Após a divulgação do resultado, o

Tal fato corrobora ainda mais para a suficiência técnica da Recorrente e, por conseguinte, dos atestados técnicos por ela apresentados, que, por tudo que vem sendo abordado, ratificado e comprovado no presente Recurso, verifica-se ser latente e indubitável o seu direito de manter-se na disputa licitatória como empresa devidamente habilitada.

Por fim, destaca-se que empresa Recorrente tem mais de 20 (vinte) anos de experiência em obras de engenharia e construção civil, tendo detido por mais de 6 (seis) anos a execução do Contrato nº 69/2013 também do INEA, e que tinha por objeto basicamente os mesmos serviços ora licitados. Vejamos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é o "DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", na forma da proposta-detalle e do instrumento convocatório.

Ressalte-se que inclusive durante a execução do citado Contrato, a empresa recebeu diversas congratulações dos mais variados Municípios atendidos pelos serviços realizados no âmbito da contratação, tendo sido ainda publicadas várias matérias jornalísticas acerca da excelência dos trabalhos (doc. Anexos).

Ainda com relação à expertise da Recorrente nesse tipo de intervenção, não pode se deixar de fazer menção à Escavadeira Hidráulica Anfíbia do tipo ALL TERRAIN, equipamento próprio integrante da frota da empresa, que tem por característica principal a movimentação em qualquer tipo de superfície. Abaixo, fotos do equipamento e o link do site onde constam imagens do equipamento:



<http://www.dimensionallengenharia.com/portfolio/>

6. DA BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

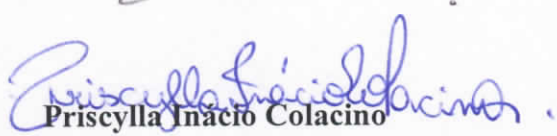
A regra geral da licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimonioso e criterioso ao fixar requisitos, pois são proibidas condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2019



Manoel Messias Peixinho
OAB-RJ 74.759



Priscylla Inacio Colacino
OAB-RJ 186.212

MCP
PEIXINHO, CACAU & PIRES
CONSULTORES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, com sede na Rua Sete de Setembro, 98, grupo 605, Rio de Janeiro, CEP 20050-002, representando neste ato pelo seu Sócio Administrador, **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**, identidade nº A6637-0, expedida pelo CAU/BR e CPF nº 459.645.727-15.

OUTORGADOS: MANOEL MESSIAS PEIXINHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 74.759, (peixinho@mcp-advogados.com.br), **CARLOS ALBERTO CACAU DE BRITO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 73.812, (cacaudebrito@mcp-advogados.com.br), **PAULO ROBERTO PIRES FERREIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº. 77.237, (paulopires@mcp-advogados.com.br), **ADRIANO BARCELOS ROMERO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 97.403, (adrianoromeiro@mcp-advogados.com.br), **PRISCYLLA INÁCIO COLACINO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 186.212, (priscylla@mcp-advogados.com.br), **FERNANDA FRANÇA DA SILVA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 172.153, **FLÁVIA SANTOS DAS NEVES**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 186.480, (flavianeves@mcp-advogados.com.br), **PAULA SCHUELER PAIVA RIBEIRO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 218.957 (paularibeiro@mcp-advogados.com.br), **MARCOS CESAR PIMENTEL JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 217.624 (marcospimentel@mcp-advogados.com.br), **ROGERIO MACHADO ROSA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 86.370 (rogeriomachado@mcp-advogados.com.br), **LUCIANA DE MATTOS BRITES**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB sob o nº 222.204, **PAULO CESAR ROCHA CAVALCANTI JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 154.118, **SUZANA SOUSA GOMES**, brasileira, solteira, estagiária, inscrita na OB/RJ sob o nº 213122-E, (suzanagomes@mcp-advogados.com.br), **DANIEL MATHIAS VARELLA**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/RJ sob o nº 212.827-E, (danielvarella@mcp-advogados.com.br) e **BIANCA DA SILVA AMANCIO MARINHO**, brasileira, solteira, estagiária, inscrita na OAB sob o nº 217.406-E (biancamarinho@mcp-advogados.com.br), todos com escritório na Rua México n. 119, 10º andar, Centro – Rio de Janeiro – Brasil – Telefones (55) 21 – 2532-3073.

CLÁUSULA ESPECIAL - Todos os advogados constituídos nesta procuração integram a sociedade de advogados Peixinho, Cacao e Pires Consultores e Advogados Associados, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.473.520.0001-84, com registro na OAB/RJ sob o nº. 160.098/1996 com sede na Rua México nº. 119 10º andar, Centro - RJ, endereço eletrônico: mcp@mcp-advogados.com.br

PODERES: Pelo presente Instrumento, o Outorgante acima qualificado nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Outorgados, para representá-lo perante qualquer Juízo ou Tribunal, com os poderes gerais para postular em Juízo, bem como especiais para transigir, receber e dar quitação, substabelecer, requerer expressamente pedido de desistência de ação, representar em audiências de conciliação, mediação, instrução e julgamento.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2019.



OUTORGANTE

Rua do México, 119 - 10º andar - Centro , RJ
55 21 2532-3073
www.mcp-advogados.com.br



00-2017/057524-1 21 fev 2017 15:44
JUCERJA Guia: 102243155

3320517970-1 Atos: 105

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

HASH: F17020575241T

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002989546 22/12/2016 105

00-2017/057524-1 15 fev 2017 10:19
JUCERJA Guia: 102243155

3320517970-1 Atos: 105

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

HASH: F17020575241Q

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002989546 22/12/2016 105

1 - REQUERIMENTO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 3320517970-1
Protocolo: 002017057524-1
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO 00003011831
DATA: 23/02/2017
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

O DO RIO DE JANEIRO

1	ALT. dados	

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio
Local
10/02/2017
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: EDERUEI ESPINDOLA

Assinatura: *Ederuei*

Telefone de contato: 2441.5902

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

22, 02, 2017

Data

Responsável

☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal
Presidente da Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5739259

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 23ª ALTERAÇÃO
DO CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL
ENGENHARIA LTDA.**

**CNPJ/MF: 00.299.904/0001-60
NIRE: 33205179701**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES, brasileiro, casado, arquiteto, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº A6637-0, expedida pelo CAU/BR RNP, inscrito no CPF/MF sob o nº 459.645.727-15 ("Brizzi");

MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES, brasileira, casada, administradora de empresas, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 20-47119-0, expedida pelo CRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 403.020.087-72 ("Gloria");

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº 2005101598, expedida pelo CREA RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.452.177-10 ("Vinicius");

ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, brasileira, solteira, engenheira civil, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 2006102290, expedida pelo CREA RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.309.107-51 ("Andressa");

BENFOUR INVESTMENT S.A., sociedade anônima com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.067.767/0001-33, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33300317350, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. **Pedro Ken-Ichi Teixeira Massunaga**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 81-1-15856-0, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 733.394.907-91, residente e domiciliado na Rua Prof. Gabizzo, nº 202, apto. 101, Tijuca, CEP 20271-061, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Benfour");

Na qualidade de únicos sócios da **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.299.904/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33205179701 ("Sociedade"),

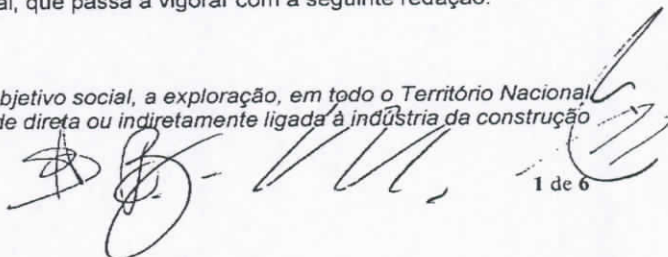
Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios, em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil");

1. OBJETO SOCIAL

1.1. Decidem os sócios alterar o objeto social da Sociedade para incluir novas atividades, modificando o item II do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II- OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção


1 de 6



5739260

civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Em razão das deliberações tomadas acima, resolvem os novos sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, passando o mesmo a vigorar com a seguinte e nova redação consolidada:

2 de 6



5739261

"CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
CNPJ Nº 00.299.904/0001-60
NIRE Nº 33205179701

I- DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação de "DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA", com sede e administração central na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Sete de Setembro nº 98, grupo 605, Centro, CEP. 20.050-002, sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo os sócios, por decisão unânime, transformá-la em sociedade anônima.

II- OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente

3 de 6



5739262

de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

III- CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 38.760.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta mil reais), representado por 5.000 (cinco mil) quotas com valor nominal de R\$ 7.752,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Participação no capital social (%)	Participação em R\$
Carlos Alberto Brizzi Benevides	250	5	1.938.000,00
Maria da Gloria Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Vinicius Augusto Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Andressa Augusto Pereira Benevides	50	1	387.600,00
Benfour Investment S.A.	4.500	90	34.884.000,00
Totais	5.000	100	38.760.000,00

Parágrafo primeiro- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo- Os lucros auferidos pela Sociedade poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação dos sócios no capital social.

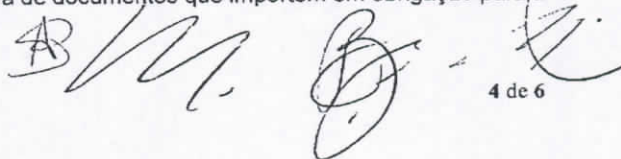
IV- ADMINISTRAÇÃO

Compete ao sócio CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES a administração da sociedade, que assinará isoladamente, nos termos da legislação em vigor, ficando o mesmo dispensado de prestar caução para o exercício das referidas funções. A denominação será usada única e exclusivamente em atos de interesse da sociedade e proibida em fianças, avais, endossos em títulos de favor, contratos de arrendamento ou outros quaisquer documentos estranhos à sociedade, ficando o infrator responsável, pessoalmente, pela assinatura indevida.

Parágrafo Primeiro – Em caso de impedimento do sócio administrador, a administração da sociedade será exercida por uma Diretoria, composta pelos sócios VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designado Diretor Técnico; ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora de Planejamento; e MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora Administrativa, a qual obedecerá ao disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Segundo – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento poderão praticar, em conjunto ou isoladamente, todo e qualquer ato relacionado à engenharia, no desenvolvimento das atividades sociais, tais como, exemplificada, mas não exaustivamente, a consultoria técnica, o gerenciamento de obras, a construção civil, a urbanização em geral, o saneamento em geral e dragagens.

Parágrafo Terceiro – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento, sempre em conjunto, ou a Diretora Administrativa, isoladamente, poderão praticar todo e qualquer ato relativo à parte administrativa e financeira da Sociedade, incluindo aqui, exemplificada, mas não exaustivamente, a celebração e a assinatura de documentos que importem em obrigação para a



4 de 6



5739263

Sociedade, tais como, contratos, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques e ordens de pagamento.

V- REMUNERAÇÃO

A cada um dos administradores caberá uma retirada mensal a título de pró-labore, sendo o seu valor fixado pelos sócios, de comum acordo, prevalecendo a decisão da maioria.

VI- EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil. Em 31 de dezembro de cada ano serão levantadas as demonstrações financeiras da sociedade e o lucro líquido ou prejuízo apurado terá sua destinação definida pelos sócios quotistas, prevalecendo a decisão dos sócios representantes da maioria das quotas de capital.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras deverão ser julgadas pelos sócios quotistas no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, sendo estas colocadas à disposição destes com antecedência de 30 (trinta) dias à realização da Assembleia de sócios.

Parágrafo Segundo – Os sócios, de comum acordo, poderão deliberar a preparação de Demonstrações Financeiras intermediárias, para a qualquer tempo distribuir lucros.

VII- FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

Em caso de falecimento ou interdição de sócios, a sociedade não se dissolverá. Os herdeiros ou sucessores maiores terão opção de substituí-los na sociedade, devendo essa intenção ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que as quotas do falecido ou interdito serão divididas em tantas partes quantos forem os herdeiros ou sucessores maiores, caso em que os demais sócios, desde já, autorizam seu ingresso na sociedade.

Parágrafo Único - Se no prazo acima, os herdeiros ou sucessores maiores não se manifestarem, proceder-se-á à apuração de haveres do sócio falecido ou interdito, através do levantamento de demonstrações financeiras no prazo de até 90 (noventa) dias da data do evento, que serão pagos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês.

VIII – REUNIÃO E ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS

A Assembleia de sócios realizar-se-á sempre que convocada, na forma da Lei, e obrigatoriamente no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, quando deliberará sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo.

Parágrafo Único – A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e em segunda convocação, com qualquer quórum.

IX- TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

É expressamente proibida a cessão ou a transferência de quotas de capital de qualquer dos sócios a estranhos, sem o consentimento expresso dos demais sócios. O sócio que quiser retirar-se da sociedade, comunicará esta decisão por escrito aos demais sócios que, em sessenta dias, contados da data do recebimento da comunicação, exercerão ou não o direito de preferência na aquisição das quotas do cedente, em igualdade de preço, prazo e condições. Se preferência na aquisição das quotas do cedente, em igualdade de preço, prazo e condições. Se ao término do prazo acima referido os sócios não exercerem sua preferência e nem houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social, as quotas poderão ser livremente negociadas.

5 de 6

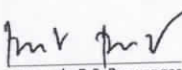
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5739264

Parágrafo Único – É permitida a cessão de quotas entre sócios, independentemente do direito de preferência que os demais possam ter na proporcionalidade de seu capital e de qualquer outra formalidade, ficando dispensada qualquer comunicação formal.

X- CASOS OMISSOS E FORO

Os casos omissos neste instrumento serão regulados pelas disposições legais vigentes, ficando eleito o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para quaisquer procedimentos judiciais oriundos deste contrato.

XI- DESIMPEDIMENTO

Declaram os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES

MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

BENFOUR INVESTMENT S.A.
Representada por Pedro Ken-Ichi Teixeira Massunaga

089607
AD 284958

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24º OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES, VINICIUS AUGUSTO PEREIRA
BENEVIDES, MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES
Valor total: 21,42
Rio de Janeiro, 09/02/2017
EBY006147-NNC, EBY006149-JER e EBY006151-LRM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico/>

24º OFÍCIO DE NOTAS
Carlos Jubert Calil de Queirós
Substituto do Tabelião
Mat. 94/5969

089607
AD 284970

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24º OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES TORRES, PEDRO KEN-ICHI TEIXEIRA
MASSUNAGA
Valor total: 14,28
Rio de Janeiro, 09/02/2017
EBY006167-WIB e EBY006169-EJP
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico/>

24º OFÍCIO DE NOTAS
Carlos Jubert Calil de Queirós
Substituto do Tabelião
Mat. 94/5969

6 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701
Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34
Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

PARECER TÉCNICO

REFERÊNCIA:

Parecer sobre Capacitação Técnica para participação em Licitação do INEA – Concorrência Nacional 07/2017, referente a execução de “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA”

SOLICITANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O presente Parecer Técnico objetiva, através de análise de Certidões de Acervo Técnico e dos demais documentos acostados ao presente Parecer na forma de Anexos, averiguar se a Solicitante detém capacitação e qualificação Técnica para participação em Licitação do INEA – Concorrência Nacional 07/2017, referente a execução de “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA”, notadamente quanto às parcelas de maior relevância dispostas no Anexo 17 (Anexo 03) do edital do citado certame (Anexo 05), a seguir expostas:

01	Operação contínua de retirada de vegetação aquática e resíduos flutuantes em diversos corpos hídricos de forma manual, mecânica e com utilização de barco de apoio.
02	Carga, transporte e descarga dos materiais até o local de destinação final em área de transbordo ou centro de tratamento licenciados com emissão de manifestos de resíduos.
03	Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais.
04	Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas

Primeiramente, antes de passar a análise dos Itens que compõem as parcelas de maior relevância, dispostas no Anexo 17, do Edital, importante fazer referência sobre o disposto no Parágrafo Terceiro do art. 30 da Lei de Licitações (8.666/93), transcrito abaixo:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.”
(sem grifo no original)

Como se vê, o dispositivo legal é taxativo ao admitir, para fins de comprovação da qualificação técnica, atestação de serviços similares ou de complexidade superior, ainda que desnecessário no caso da Solicitante, como restará demonstrado no presente parecer. Ou seja, para fins da comprovação da qualificação técnica, não se faz necessário evidenciar a prévia experiência nos exatos termos dos serviços que compõem aqueles classificados como de maior relevância no certame, mas, também, serviços similares ou de complexidade superior.

Nesse conseqüente, temos a dizer que pela leitura das Certidões de Acervo Técnico nº 47420/2013 e 17552/2017, indubitavelmente a Dimensional Engenharia Ltda. apresenta capacitação e qualificação técnica para atendimento das premissas contidas no Edital em exame, notadamente das parcelas supra cotejadas, bastando para tanto extrair trechos dessas certidões mais relevantes, vejamos:

- **Item 01** - Operação continua de retirada de vegetação aquática e resíduos flutuantes em diversos corpos hídricos de forma manual, mecânica e com utilização de barco de apoio.

Na Certidão de Acervo Técnico nº 17552/2017, e respectivo Atestado (Anexo 01), consta às fls. 11, a seguinte anotação:

... Ao longo de 5 meses foi executada a coleta de lixo flutuante no Rio e em suas margens, totalizando uma área de aproximadamente 75.000 m², que multiplicado pelos dias úteis resulta em uma área de coleta de 1.500.000 m²/mês. Todo o lixo flutuante foi coletado, mais de 1.200 t/mês, com ajuda da escavadeira anfíbia, barco de apoio, rebocador e

Ainda na Certidão de Acervo Técnico nº 17552/2017, consta às fls. 12 o seguinte:

dique (barragem) que funciona como vertedouro para o polder Pinicão. Foram removidos através de escavadeira hidráulica embarcada aproximadamente 1.200 m³ de vegetação aquática ao longo do espelho d'água. Após o término da etapa de desassoreamento foram

Na Certidão de Acervo Técnico nº 47420/2013, e respectivo atestado (anexo 02), consta às fls. 4:

trabalho. Durante a execução dos serviços foram disponibilizadas embarcações para execução dos trabalhos e do apoio náutico necessário. Foram derrocados e transportados através de batelão 60 m³ de material de 3ª categoria sob lâmina d'água de 4,2m. Houve necessidade também de limpeza manual nos rios e canais em locais de difícil acesso, sendo escavados mais de 400 m³ de material mole saturado. Foi executada também a limpeza mecânica cuidadosa embarcada confinada sob laje de 525 m³ de material sedimentado. Foram removidos através de escavadeira hidráulica embarcada aproximadamente 12.000 m³ de vegetação aquática ao longo do espelho d'água. Foi

- **Item 02** - Carga, transporte e descarga dos materiais até o local de destinação final em área de transbordo ou centro de tratamento licenciados com emissão de manifestos de resíduos

Na Certidão de Acervo Técnico nº 17552/2017, e respectivo Atestado (Anexo 01), consta às fls. 8, itens 107 e 108:

3.745,35 T X KM; 107 - recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão de carroceria fixa, de 8,00m³ ou 12t (04.018.0030-A) 0,30 T; 108 - disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição. (desonerado) (TC 09.05.0700) 149,81 t; 118 - parafuso frances m16(d=16mm) x 45mm cab abaulada - zincagem a fogo (442)

Na mesma certidão consta às fls. 10, item 659:

(04.005.0143-B) 2.458.663,00 T X KM; 659 - disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição. (desonerado) (TC 09.05.0700) 98.346,52 t; 8.2 - CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE SERVIÇO: 660 - enrocamento

- **Item 03** - Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais.

Na Certidão de Acervo Técnico nº 47420/2013, e respectivo atestado (Anexo 02), consta às fls. 4.

Durante a execução dos serviços foram instalados dispositivos de retenção superficial do tipo ecobarreiras para evitar o carreamento de lixo superficial para as frentes de trabalho. Durante a execução dos serviços foram disponibilizadas embarcações para execução dos trabalhos e do apoio náutico necessário. Foram derrocados e transportados

Na mesma Certidão, às fls. 5 e 6, constam ainda as seguintes anotações:

Toda a comunicação interna da obra, inclusive com os operadores foi realizada através de radiocomunicadores, e foi realizada a manutenção preventiva, corretiva e operação

de todos os equipamentos utilizados na obra, inclusive dos 30 caminhões de 8 t, dos 5 equipamentos náuticos, das 6 escavadeiras de 30t, dos 2 tratores d6, do guincho de 100t, da grua de 550t.

Os equipamentos foram autorizados e ou licenciados a operar pelos órgãos de controle ambiental. A empresa fez a operação e manutenção de todo o sistema hídrico até o recebimento da obra. Após o término da obra foram elaborados os

Não obstante a evidente execução dos serviços de manutenção pela Solicitante, é manifesta a complexidade superior da instalação sobre tais serviços, gozando, portanto, o instalador, de plena capacidade técnica para realizar a manutenção.

Item 4 – Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas

Imperioso ressaltar que em resposta aos questionamentos formulados pela Solicitante após a Errata 04, o INEA afirmou que não havia qualquer especificação quanto ao modelo de barreira (Anexo 04), o que importa dizer aceitação de qualquer eco barreira. Confira-se:

comprovação de experiência prévia?

5.5 R: Considera-se neste caso como Parcela de Maior Relevância Técnica o que consta no anexo 17 do edital, errata 4: Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais. Sendo assim, não há especificação quanto ao modelo de barreira.

Na Certidão de Acervo Técnico nº 47420/2013, e respectivo atestado (Anexo 02), consta às fls. 4.

Durante a execução dos serviços foram instalados dispositivos de retenção superficial do tipo ecobarreiras para evitar o carreamento de lixo superficial para as frentes de trabalho. Durante a execução dos serviços foram disponibilizadas embarcações para execução dos trabalhos.

Assim, pelos trechos extraídos das Certidões em anexos, resta comprovada a completa capacitação a adequação técnica da Dimensional Engenharia Ltda. para participação do certame do INEA – Concorrência Nacional 07/2017, referente a execução de “SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D’ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA,

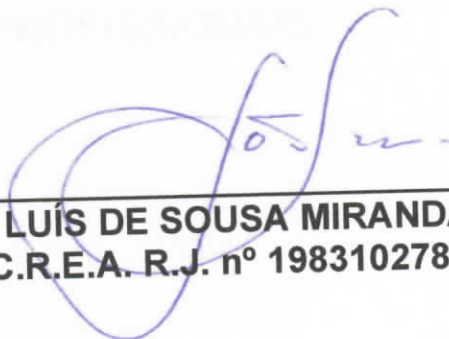
2. ENCERRAMENTO:

Damos por encerrado o presente parecer em 07 (sete) folhas digitadas somente no anverso, vindo a última assinada pelos profissionais que elaboraram o presente parecer.

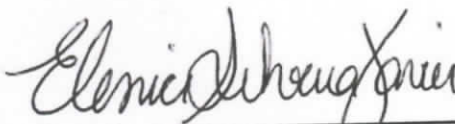
Rio de Janeiro, 02 de julho de 2019.



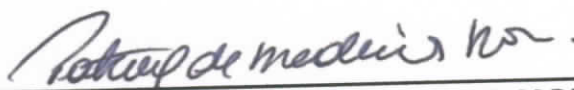
Eng.º SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
C.R.E.A. R.J. nº 1.445-D



Eng.º JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
C.R.E.A. R.J. nº 1983102782



Eng.ª ELENICE SILVEIRA XAVIER
C.R.E.A. R.J. nº 1992102684



Eng.ª PATRÍCIA DE MEDEIROS NOVO
C.R.E.A. R.J. nº 2006101045

ANEXO 01



00.194 Vinicius

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº: 17552/2017



*** CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE COM A(S) RESSALVA(S) E OBSERVAÇÃO(ÕES) ***
*** ACOMPANHA ESTA CERTIDÃO ATESTADO(S) CONTENDO 10 FOLHA(S) *****

CERTIFICO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTA CREA, CONSTA(M) ART(S)
EM NOME DO PROFISSIONAL:

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES.....

Registro.....: 2005101598.....

Título Profissional.....: ENGENHEIRO CIVIL

ART Nº OL00318543 - de 29/12/2015..... Natureza: OBRA E SERVIÇO.....

EXECUTANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA e Reg: 1994210389.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS.....

Endereço: ALAMEDA ESMERALDA 206 - JD PRIMAVERA.....

RIO DE JANEIRO RJ.....

Atividade Técnica (1): DIREÇÃO DE OBRA.....

(2): EXECUÇÃO DE OBRA.....

(3): PROJETO.....

Especificação da Atividade (1): DRENAGEM.....

(2): OUTROS.....

Complemento (1): CANAL

(2): HIDROSSANITÁRIA

(3): OUTROS

Informação Complementar:

DIREÇÃO E EXECUÇÃO DA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE MACRO
DRENAGEM E URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS LAGUNAS E DOURADOS, VILA IDEAL, LIXÃO E RIO MERITI

- DUQUE DE CAXIAS - RJ.

Nº do contrato: 05029/2015.....

Quantificação: 1.229,00 m.....

Data de Início: 29/12/2015.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....12 mes(es).....

Nº Homem hora/Jornada de Trabalho: -.....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 30.266.995,35.....

Endereço: DIVERSOS DIVERSOS LOGRADOUROS S/N - DIVERSOS.....

DUQUE DE CAXIAS RJ.....

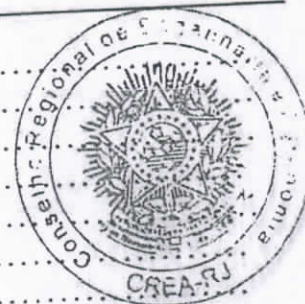
ART Nº OL00345390 - de 04/03/2016..... Natureza: OBRA E SERVIÇO.....

(CONTINUA)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 17552/2017)



EXECUTANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA e Reg: 1994210389.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS.....
Endereço: ALAMEDA ESMERALDA 206 - JD PRIMAVERA.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): DIREÇÃO DE OBRA.....
(2): EXECUÇÃO DE OBRA.....
(3): PROJETO.....
Especificação da Atividade (1): DRENAGEM.....
(2): OUTROS.....
Complemento (1): CANAL
(2): HIDROSSANITÁRIA
(3): OUTROS
Informação Complementar:
1º ADITIVO 06-005/2016 DO CONTRATO 05-029/2015 DE SUPRESSÃO DO VALOR ORIGINAL
CONTRATADO EM APROXIMADAMENTE UM PERCENTUAL DE 0,12%, PASSANDO O VALOR GLOBAL DE R\$..
30.266.995,35, PARA O VALOR DE R\$ 30.230.005,01, SENDO UMA SUPRESSÃO DE R\$ 36.990,34.
Nº do contrato: 05-029/2015.....
Quantificação: 1.229,00 m.....
Data de Início: 22/02/2016.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....12 mes(es).....
Valor de Contrato/Honorário: R\$ 30.230.005,01.....
Endereço: DIVERSOS LOGRADOUROS S/N - DIVERSOS BAIRROS.....
DUQUE DE CAXIAS RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: OL00318543 - Data de Pagamento: 29/12/2015.....
Profissional: VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES.....
RNP Nº: 2000344038.....ENGENHEIRO CIVIL
RESSALVAS:
O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) ..
serviço(s) referente(s) a ENGENHARIA ELÉTRICA [INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE ATERRAMENTO] ..
E ENGENHARIA MECÂNICA [INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO] o(s) qual(is) e(são)
atribuição(es) que exige(m) responsabilidade Técnica de um ENGENHEIRO ELETRICISTA E ..
ENGENHEIRO MECÂNICO
OBSERVAÇÕES:
Esta certidão refere-se aos serviços realizados parcialmente conforme período ou ..
quantitativos constantes do atestado anexo

(CONTINUA)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 17552/2017)

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2017

Handwritten signature

Rosiane Marmoulinewski

ROSIANE DA SILVA MOULIN CURTI
Coordenadora de Registro Cadastro e Acervo Técnico - CORC - Mat. 584
(POR DELEGAÇÃO)

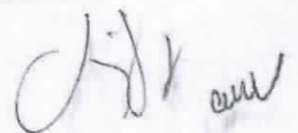


ATESTADO TÉCNICO

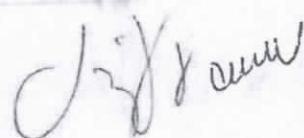
Atesto em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**, com sede na Alameda Esmeralda, 206, Jardim Primavera, Duque de Caxias – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.328/0001-50, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** executou parcialmente as obras de **ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E IMPLANTAÇÃO DE OBRA DE MACRO DRENAGEM E URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS DE LAGUNA E DOURADOS, VILA IDEAL, LIXÃO E RIO MERITI, NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, sendo responsável integral da totalidade dos serviços executados, objeto do Processo Administrativo nº 66.386/2015 Termo de Prestação de Serviços de Execução de Obras 05-029/2015 e o seu 1º Termo Aditivo 06-005/2016. A empresa participou da execução de todos e quaisquer serviços, fases e quantidades executadas na obra. As obras objeto deste atestado foram executadas no período **22/02/2016 à 17/11/2016**, e o valor executado foi de **R\$ 14.880.393,43** (quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos), tendo como responsáveis técnicos: Arquiteto e Urbanista **Carlos Alberto Brizzi Benevides** - CAU nºA6637-0, Engenheiro Civil **Vinícius Augusto Pereira Benevides** - CREA-RJ nº 2005101598, Engenheira civil **Andressa Augusto Pereira Benevides** - CREA/RJ nº2006102290, Engenheiro Civil **Moacyr Monteiro de Andrade** - CREA/RJ nº 1956100057, Engenheiro Segurança do Trabalho **Gilberto Augusto Ferro Costa Assunção** - CREA/RJ Nº 1991101285, Engenheiro Mecânico **Antonio Agostinho de Andrade da Silva**, - CREA Nº 1992100964, Engenheiro de Operação Eletrotécnica **Flávio José Guimarães** - CREA/RJ Nº 1973100133, Engenheiro Mecânico **Juliano Satler Rocha** - CREA Nº 2011118752, Engenheiro Civil **André Luis Rangel da Rosa** - CREA/RJ nº 2002104858 e como fiscal a Engenheira Civil **Cristina Remann** - CREA/RJ nº 2007145169. Características do contrato: execução de serviços especializados na modalidade de empreitada por preços unitários, com fornecimento dos materiais e de toda a mão-de-obra necessária.

EVENTOS REALIZADOS NO CONTRATO ATÉ O MOMENTO:

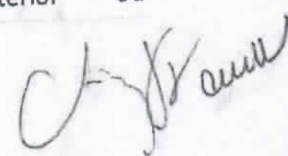
1 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL: 1 - engenheiro civil de obra senior (2708) 447,24 H; 2 - engenheiro civil de obra pleno (2707) 1.788,96 h; 3 - mão-de-obra de tecnico de edificações, inclusive encargos sociais (05.105.0050-A) 894,48 H; 4 - mão-de-obra de tecnico de segurança do trabalho, inclusive encargos sociais (05.105.0047-A) 894,48 H; 5 - estagiario em engenharia / arquitetura (34786) 447,24 H; 6 - apontador ou apropriador (06122) 894,48 H; 7 - mestre de obras (4069) 894,48 H; 8 - encarregado geral de obras (4083) 1.788,96 H; 9 - almoxarife (253) 894,48 H; 10 - mao-de-obra de chefe de escritorio,inclusive encargos sociais (05.105.0037-A) 894,48 H; 11 - auxiliar de escritorio (2350) 894,48 H; 19 - topografo (7592) 894,48 H; 20 - auxiliar de topografo (244) 1.788,96 H; 21 - teodolito convencional de micrometro c/ leitura numerica (cp) precisaode 6s para levantamento de terrenos diversos (73493) 894,48 H; 22 -



distanciometroelettronico acoplado a teodolito. (58.002.0306-B) 894,48 H; 23 - desenhista projetista (2358) 325,26 H; 24 - camionete tipo pick-up com cabine dupla e cacamba motor bicomustivel (gasolina e alcool) 2.4, direção hidraulica, tração trazeira, inclusive motorista (19.004.0048-C) 357,78 H; 25 - camionete tipo pick-up com cabine dupla e cacamba motor bicomustivel (gasolina e alcool) 2.4, direção hidraulica, tração trazeira, inclusive motorista (19.004.0048-E) 536,68 H; 26 - servente com encargos complementares (88316) 894,48 H; 27 - mao-de-obra de copeiro,inclusive encargos sociais (05.105.0081-A) 894,48 H; 28 - vigia noturno com encargos complementares (88326) 2.614,73 H; 29 - servico de vigilancia 24h/dia(vigia de obra),para 1 posto (05.105.0200-A) 5,07 mes; 2 - **SERVIÇOS PRELIMINARES:** 2.1 - LIMPEZA E PREPARO DO CANTEIRO DE OBRA: 30 - cerca protetora de borda de vala ou obra,com tela plastica na cor laranja ou amarela,considerando 1 vez de utilizacao,inclusive apoios,fornecimento,colocacao e retirada (02.011.0014-A) 204,00 M2; 31 - rocado em vegetacaorala,com empilhamento lateral e queima dos residuos (01.005.0006-A) 1.155,00 M2; 32 - rocado em vegetacaoespesa,com empilhamento lateral e queima dos residuos (01.005.0005-A) 495,00 M2; 33 - capina de ervas,gramineas,etc,emsuperficie ensaibrada (09.005.0150-A) 56,75 M2; 34 - limpeza manual do terreno (c/ raspagem superficial) (73948/016) 71,90 M2; 35 - retirada de material proveniente de poda,devarredura,oudelimpezasdiversas,a ser feita em caminhao c/no minimo 4,00m3de capacidade,compreendendocarga,descarga e transporte ate30km de distancia (09.005.0036-A) 536,25 M3; 36 - carga manual e descarga mecanica de material a granel(agregados,pedra-de-mao,paralelos,terra e escombros),compreendendoos tempos para carga,descarga e manobras do caminhao basculante a oleodiesel,com capacidade util de 8t,empregando 2 serventes na carga (04.006.0008-B) 13,75 T; 37 - carga e descarga mecanica de solo utilizando caminhao basculante 5,0m3/11t e pa carregadeira sobre pneus * 105 hp * cap. 1,72m3. (74010/001) 22,65 M3; 38 - transporte qualquer naturezaacam basculante 30 km/h 8.00 t excldespe-sa carga/desc espera do caminhao/servente/e ou equip aux. (73370) 1.145,91 T/KM; 39 - disposicao final de materiais e de residuos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos orgaos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposicao. (desonerado) (TC 09.05.0700) 45,84 t; 2.2 - BASE DE CONCRETO DOS BARRACOS: 41 - escavacao de vala nao escorada em material 1a categoria, profundidadeate 1,5 m com escavadeira hidraulica 105 hp (capacidade de 0,78m3), sem esgotamento (73962/013) 330,74 M3; 42 - escavacao manual de vala em material de 1a categoria ate 1,5m excluindo esgotamento / escoramento (73965/010) 89,60 M3; 43 - limpeza manual do terreno (c/ raspagem superficial) (73948/016) 787,48 M2; 44 - saibro,inclusivetransporte.fornecimento (20.104.0001-A) 338,69 M3; 45 - aterro com material de 1ªcategoria,compactado manualmente emcamadas de 20cm,ate uma altura maxima de 80cm,para suportede camada de concreto,inclusive dois tiros de pa,espalhamento e rega,exclusive fornecimento da terra (03.009.0004-A) 268,88 M3; 46 - base para pavimentacao com brita graduada, inclusive compactacao (73710) 157,50 M3; 47 - formas de madeira de 3ª para moldagem de pecas de



concreto armado com paramentos planos, emlajes, vigas, paredes, etc, servindo a madeira 1 vez, inclusive desmoldagem, exclusive escoramento (11.004.0023-B) 63,68 M2; 48 - escoramento de forma de paramentos verticais, para altura ate 1,50m, com 30% de aproveitamento da madeira, inclusive retirada (11.004.0065-A) 63,68 M2; 49 - pintura com emulsao oleosa para desmoldagem de formas de madeira, em duas demaos (17.025.0040-B) 63,68 M2; 50 - carga, manobras e descarga de areia, brita, pedra de mao e solos com caminhao basculante 6 m3 (descarga livre) (72844) 745,79 T; 51 - carga manual de material a granel (2 serventes) em caminhaobasculantec/ cacamba de 4,0m3 incluindo descarga mecânica (74255/003) 315,76 M3; 53 - transporte qqnatcam basculante 30 km/h 8.00 t excldespe-sa carga/desc espera do caminhao/servente/e ou equip aux. (73370) 17.934,32 T/KM; 54 - disposicao final de materiais e residuos de obras em locais de operacao e disposicao final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos orgaos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposicao (desonerado) (TC 09.05.0700) 717,37 t; 2.3 - TAPUME: 55 - tapume de vedacao ou protecao executado com telhas trapezoidais de acogalvanizado, espessura de 0,5mm, estas com 4 vezes de utilizacao, inclusive engradamento de madeira, utilizado 2 vezes, exclusive pintura (02.002.0007-A) 425,00 M2; 56 - escavacao manual de vala em material de 1a categoria ate 1,5m excluindo esgotamento / escoramento (73965/010) 3,68 M3; 57 - concreto fck=15mpa (1:2,5:3) , incluido preparo mecanico, lancamento e adensamento. (73406) 1,38 M3; 58 - andaime tabuado sobre cavaletes (incluso cavalete) em madeira de 1ª util 20x inclmovimentacao p/ pé-direito 4,00m (84112) 204,00 M2; 59 - portao em tela arame galvanizado n.12 malha 2" e moldura em tubos de aco com duas folhas de abrir, incluso ferragens (74238/002) 25,00 M2; 60 - carga manual de material a granel (2 serventes) em caminhaobasculantec/ cacamba de 4,0m3 incluindo descarga mecânica (74255/003) 10,82 M3; 61 - transporte qqnatcam basculante 30 km/h 8.00 t excldespe-sa carga/desc espera do caminhao/servente/e ou equip aux. (73370) 270,50 T/KM; 62 - disposicao final de materiais e residuos de obras em locais de operacao e disposicao final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos orgaos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposicao. (desonerado) (TC 09.05.0700) 10,82 t; 2.4 - IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA: 63 - placa de obra (para construcao civil) em chapa galvanizada *nº 22*, de *2,0 x 1,125* m (4813) 17,76 M2; 64 - escavacao manual de vala em material de 1a categoria ate 1,5m excluindo esgotamento / escoramento (73965/010) 0,02 M3; 65 - concreto fck=15mpa (1:2,5:3) , incluido preparo mecanico, lancamento e adensamento. (73406) 0,02 M3; 66 - barracao de obra para alojamento/escritorio, piso em pinho 3a, paredes em compensado 10mm, cobertura em telha fibrocimento 6mm, incluso instalacoes eletricas e esquadrias. reaproveitado 5 vezes (73805/001) 404,50 M2; 67 - galpao aberto em canteiro de obra, com estrutura em madeira (reaproveitamento 3x) e telha ondulada 6mm, incluindo piso cimentado com preparo do terreno (85253) 186,35 M2; 68 - pintura com tinta latex semibrilhante ou fosca, classificacao premium ou standard (nbr 15079), para interior ou



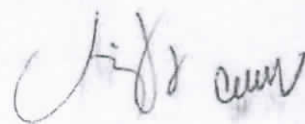
exterior, sistematintométrico, inclusive lixamento, uma demão de selador acrílico, duas demãos de massa acrílica e duas demãos de acabamento (17.018.0254-A) 687,50 M2; 69 - pintura esmalte fosco para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco (74065/001) 269,45 M2; 70 - aluguel container/sanit c/7 vasos/1 lavat/1 mi clarg=2,20m compr=6,20m alt=2,50m chapa aconerv trapez forro c/isol termo-acust chassis reforc piso compens naval incl instelet/hidro-sanit excl transp/carga/descarga (73847/005) 5,00 MES; 72 - suporte para aparelhos de ar condicionado de 1 a 2hp, em cantoneira de ferro de 1.1/4"x1/8". fornecimento e colocação (14.002.0260-A) 8,00 UN; 73 - aparelho de ar condicionado de 7.500btu/h, 110v, 3/4hp. fornecimento (18.026.0020-A) 8,00 UN; 74 - aparelho de ar condicionado, tipo parede (exclusive o fornecimento do aparelho), com instalação aparente, compreendendo: 5 varas de eletroduto pvc de 3/4", com luvas, 40,00m de fio 2,5mm2, tomada de sobrepor e caixa de sobrepor, inclusive abraçadeiras. instalação e assentamento (15.004.0251-A) 8,00 UN; 75 - transporte horizontal de materiais diversos a 60m (74023/004) 0,04 M3; 76 - carga e descarga de container, segundo descrição da família 02.006 (04.013.0015-A) 2,00 UN; 77 - transporte de container, segundo descrição da família 02.006, exclusive carga e descarga (vide item 04.013.0015) (04.005.0300-A) 80,00 UNXKM; 78 - carga manual de material a granel (2 serventes) em caminhão basculante/cacamba de 4,0m3 incluindo descarga mecânica (74255/003) 0,01 M3; 79 - transporte qnatcam basculante 30 km/h 8.00 t excl despe-sa carga/desc espera do caminhão/servente/e ou equip aux. (73370) 0,02 T/KM; 80 - transporte qnatcam basculante 30 km/h 8.00 t excl despe-sa carga/desc espera do caminhão/servente/e ou equip aux. (73370) 0,02 T/KM; 81 - disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição. (desonerado) (TC 09.05.0700) 0,03 t; 2.5 - INSTALAÇÕES PRÉVIAS: 82 - cerca protetora de borda de vala ou obra, com tela plástica na cor laranja ou amarela, considerando 1 vez de utilização, inclusive apoios, fornecimento, colocação e retirada (02.011.0014-A) 218,60 M2; 83 - fossa septicilíndrica, tipo "imhoff", com tampa, para 100 contribuintes (11883) 1,00 UN; 84 - sumidouro concreto pre moldado, completo, para 100 contribuintes (11896) 1,00 UN; 85 - tubo pvc de fofo, jei, 1 mpa, dn 150 mm, para rede de água (nº 7665) (9828) 3,00 M; 87 - escavação manual de vala em material de 1ª categoria até 1,5m excluindo esgotamento / escoramento (73965/010) 87,04 M3; 88 - escavação manual de vala em material de 1ª categoria de 1,5 até 3m excluindo esgotamento / escoramento (73965/011) 14,95 M3; 89 - enscadeira de madeira com parede simples (73890/001) 59,22 M2; 90 - esgotamento de vala medido pela potência instalada e pelo tempo de funcionamento (05.010.0005-A) 333,90 CVxH; 91 - esgotamento de vala medido pela potência instalada e pelo tempo de funcionamento, devendo ser usado como seu complemento, considerando a hora improdutiva da bomba. (05.010.0006-A) 938,10 CVxH; 92 - concreto fck=15mpa (1:2, 5:3), incluído preparo mecânico, lançamento e adensamento. (73406) 1,25 M3; 93 - concreto fck=15mpa (1:2, 5:3), incluído preparo mecânico, lançamento e adensamento. (73406) 5,03 M3; 94 - formas de

Handwritten signature

madeira de 3ª para moldagem de peças de concreto armado com paramentos planos, em lajes, vigas, paredes, etc, servindo a madeira 1 vez, inclusive desmoldagem, exclusive escoramento (11.004.0023-B) 4,26 M2; 95 - escoramento de forma de paramentos verticais, para altura até 1,50m, com 30% de aproveitamento da madeira, inclusive retirada (11.004.0065-A) 4,26 M2; 96 - pintura com emulsão oleosa para desmoldagem de formas de madeira, em duas demãos (17.025.0040-B) 4,26 M2; 97 - lona de polietileno (lona terreiro) com espessura de 0,20mm para impermeabilização de solo, medida pela área coberta, inclusive perdas e transpasse (05.058.0020-A) 25,30 M2; 98 - armação em tela de aço soldada nervurada q-92, aço ca-60, 4,2mm, malha 15x15cm (85662) 25,30 M2; 99 - cerca protetora de borda de vala ou obra, com tela plástica na cor laranja ou amarela, considerando 1 vez de utilização, inclusive apoios, fornecimento, colocação e retirada (02.011.0014-A) 25,48 M2; 100 - limpeza manual do terreno (c/ raspagem superficial) (73948/016) 77,66 M2; 101 - fornecimento e reaterro de vala/cava com pó-de-pedra (79510/001) 79,88 M3; 102 - camada drenante com brita num 3 (73902/001) 2,82 M3; 103 - transporte horizontal de materiais diversos a 60m (74023/004) 168,77 M3; 104 - carga manual de material a granel (2 serventes) em caminhão basculante/ cacamba de 4,0m³ incluindo descarga mecânica (74255/003) 57,42 M3; 105 - carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 5,0m³/11t e pa carregadeira sobre pneus * 105 hp * cap. 1,72m³. (74010/001) 64,08 M3; 106 - transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, a velocidade média de 30km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t (04.005.0143-B) 3.745,35 T X KM; 107 - recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão de carroceria fixa, de 8,00m³ ou 12t (04.018.0030-A) 0,30 T; 108 - disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição. (desonerado) (TC 09.05.0700) 149,81 t; 118 - parafuso frances m16(d=16mm) x 45mm cab abaulada - zincagem a fogo (442) 8,00 UN; 119 - bucha/arruela alumínio 1/2" - p (73543) 8 CJ; 120 - porca zincada, sextavada, diâmetro 1/2" (4339) 8,00 UN; 123 - conjunto para aterramento de rede de b.t. (ver desenho a2-134-cp). fornecimento e instalação (21.015.0220-A) 1,00 UN; 126 - fita isolante adesiva anti-chama, uso até 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m (20111) 1,00 UN; 132 - instal./ligação provisória elétrica baixa tensão p/cant obra obra, m3-chave 100a carga 3kwh, 20cv excl forn medidor (73960/001) 1,00 UN; 136 - projetor prj-15, modelo 6, c/lâmpada vapor de sódio 150w, c/equipamento auxiliar integrado vs 50w/220v, liga de alumínio injetado, refletor em alumínio estampado de alta pureza (99,85%), dispositivo p/montagem giratória por rosca 15mm, acabamento em pintura eletrostática na cor bronze escura, conforme desenho a3-1862-pd e especificação em-rioluz nº20. fornecimento (21.042.0090-A) 4,00 UN; 141 - haste copperweld 5/8 x 3,0m com conector (68069) 4 UN; 147 - conector de aterramento tipo kc 22h. fornecimento e instalação (21.028.0015-A) 4,00 UN; 154 - carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 5,0m³/11t e pa carregadeira sobre pneus * 105 hp * cap.

[Handwritten signature]

1,72m3. (74010/001) 3,41 M3; 159 - instalação e ligação provisória para abastecimento de água esgotamento sanitário em canteiro de obras, inclusive escavação, exclusive reposição da pavimentação do logradouro público (02.015.0001-A) 1,00 UN; 160 - caixa para hidrômetro concreto pre-moldado - fornecimento e instalação (74102/001) 1,00 UN; 161 - hidrômetro 5,00m3/h, d=3/4" - fornecimento e instalação (74217/002) 1,00 UN; 162 - kit cavalete pvc com registro 3/4" - fornecimento e instalação (74218/001) 1,00 UN; 168 - carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 5,0m3/11t e pa carregadeira sobre pneus * 105 hp * cap. 1,72m3. (74010/001) 0,04 M3; 173 - limpeza manual do terreno (c/ raspagem superficial) (73948/016) 22,20 M2; 174 - embasamentos de material granular - po de pedra (73817/001) 0,66 M3; 181 - chave boia, automática, de mercúrio, unipolar. fornecimento e colocação (15.007.0705-A) 1,00 UN; 182 - adaptador rosqueável, com diâmetro de 3/4", com flanges e anel de vedação para caixa d'água. fornecimento (15.038.0002-A) 1,00 UN; 183 - quadro de distribuição de embutir c/ barramento monofásico p/ 6 disjuntores unipolares em chapa de aço galv. preços de insumos (13391) 1,00 UN; 184 - disjuntor termomagnético bipolar padrão nema (americano) 10 a 50a 240v, fornecimento e instalação (74130/003) 1,00 UN; 185 - bomba centrífuga, motor elétrico trifásico 1,48hp diâmetro de sucção e elevação 1 1/2" x 1", diâmetro do rotor 117 mm, hm/q: 10 m / 21,9 m3/h a 24 m / 6,1 m3/h (734) 1,00 UN; 186 - bebedouro elétrico tipo pressão, em aço inoxidável, modelo de pe, adulto/criança, com filtro interno, capacidade 80l/h. fornecimento (18.025.0001-A) 1,00 UN; 187 - bebedouro elétrico, tipo pressão com filtro interno (exclusive fornecimento de aparelho), compreendendo: 2 varas de eletroduto pvc de 3/4", com luvas, 10,00m de fio 2,5mm2, tomada de embutir e caixa de embutir, 4,00m de tubo pvc de 25mm, 3,00m de tubo pvc de 40mm, registro de 3/4" e conexões. instalação ate oralo existente e assentamento (15.004.0255-A) 1,00 UN; 188 - instalação e assentamento de filtro residencial (exclusive fornecimento do aparelho), compreendendo: 2,00m de tubo de pvc de 25mm e conexões (15.004.0065-A) 2,00 UN; 189 - filtro para uso doméstico com carvão ativado em polipropileno com 1 elemento filtrante de celulose e carvão ativado, para vazão ate 180l/h, conexão de 1/2" sem registro. fornecimento (18.017.0020-A) 2,00 UN; 190 - reservatório em fibra de vidro, com capacidade de 10.000l, dimensões (diâmetro: 2,60x altura: 2,00m), para água na potável ou para aproveitamento de água de chuva (aac), suportam carga de compressão diretamente no costado sem necessidade de contenção quando soterrados testados em resistência máxima tração, flexão. normas astm d-638/77-astm d-790/71-astm d-2583. forn. (18.021.0060-A) 1,00 UN; 2.5 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO: 191 - mobilização e desmobilização dos recursos humanos, instalações de produção e equipamentos necessários às obras de eliminação de ponto crítico de enchentes nos bairros dourado e lagunas no município de Duque de Caxias. (05.102.0000-0) 0,50 UN; 3 - PROJETOS E CONSULTORIA: 192 - índice geral de projetos e consultorias (01.051.0000-0) 0,09 UN; 4 - SERVIÇOS TÉCNICOS: 4.1 - SONDAGENS: 193 - sondagem a percussão, em terreno comum, com ensaio de penetração, diâmetro 3", inclusive deslocamento dentro do canteiro e instalação da sonda em cada furo (01.003.0001-A) 297,76 M; 194 - mobilização e desmobilização de equipamento e



equipe de sondagem e perfuração a percussão, com transporte até 50km (01.008.0050-A) 1,00 UN; 8 - DESASSOREAMENTO RIO MERITI: 8.1 - DESASSOREAMENTO RIO MERITI: 652 - execução de serviços de desassoreamento com controle ambiental, utilizando escavadeira anfíbia. (03.037.0199-G) 57.850,90 m³; 653 - transporte aquaviário com material dragado em batelão, inclusive descarga, sendo a distância de transporte de até 1 km. (04.005.0600-G) 57.850,90 m³; 654 - transbordo de material mole com escavadeira hidráulica, do rio para estoque e secagem do material junto a margem. (04.011.0199-G) 57.850,90 m³; 655 - recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 8,00m³ ou 12t (04.018.0020-B) 219.833,40 T; 656 - carga de material com pa-carregadeira de 1,30m³, exclusive despesas com o caminhão, compreendendo tempo com espera e operação para cargas de 150t por dia de 8h (04.012.0073-B) 219.833,40 T; 657 - transporte qnatcam basculante 30 km/h 8.00 t excl. despe-sa carga/desc espera do caminhão/servente/e ou equip aux. (73370) 28.549,41T/KM; 658 - transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, a velocidade média de 30km/h, em caminhão basculante a oleodiesel, com capacidade útil de 12t (04.005.0143-B) 2.458.663,00 T X KM; 659 - disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição. (desonerado) (TC 09.05.0700) 98.346,52 t; 8.2 - CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE SERVIÇO: 660 - enrocamento com pedra de 50 a 200kg, inclusive fornecimento, transporte, carga, descarga e colocação com escavadeira (06.085.0050-B) 316,80 M3; 661 - base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação (73710) 405,72 M3; 662 - carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 5,0m³/11t e pa carregadeira sobre pneus * 105 hp * cap. 1,72m³. (74010/001) 496,13 M3; 663 - transporte qualquer natureza caminhão basculante 30 km/h 8.00 t excl. despe-sa carga/desc espera do caminhão/servente/e ou equip aux. (73370) 784,09 T/KM;

Informações Complementares:

O Rio Meriti é um curso d'água que banha a Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Separa os municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti da capital do estado, Rio de Janeiro. Sua foz é na Baía de Guanabara e por isso integra a Macrobacia da Baía de Guanabara. O Comprimento total deste Corpo Hídrico é de 5,5 km e a sua largura varia de 25 metros a 82 metros, tendo como principais efluentes o Rio Acari e o Caboclos. As cotas de fundo variavam de zero (totalmente assoreado) a 6,17 metros, com muitos trechos com apenas 50 cm de lâmina de água. No trecho trabalhado a largura mínima era de 34 metros e a máxima de 67 metros. A população residente na área de influência da bacia deste rio e de seus



efluentes é de aproximadamente 1,3 milhões de pessoas. O Rio Meriti possui um reservatório de regulação de vazão do tipo polder. Pôlderes são compostos por diques de proteção, redes de drenagem, sistemas de bombeamento e reservatório. Visam a proteger áreas que se situam em cotas inferiores às dos níveis d'água durante os períodos de enchentes ou marés. Dessa forma, as regiões sujeitas à inundação são isoladas por muros e têm sua drenagem direcionada para um reservatório, sendo drenadas de volta ao corpo d'água por meio de um sistema de bombeamento.

O escopo do contrato foi o desassoreamento dos referido corpo hídrico com a posterior manutenção do calado mínimo de projeto durante todo o prazo contratual, visando o controle de inundações e a recuperação ambiental nas áreas de seu entorno. O Meriti atravessa uma área de proteção ambiental, áreas pouco povoadas e outras completamente adensadas, sendo perpendicular à Rodovia Washington Luís e Linha Vermelha, que possuem pontes que atravessam o rio. Inicialmente foram realizadas diversas sondagens, destrutivas e não destrutivas, como: sondagem manual com o auxílio de trado, sondagens mecânicas, sondagens à percussão, rotativas e mistas, e foram feitos ensaios para caracterização completa do material a ser retirado do rio, e da qualidade da água. Concomitantemente, foi executada toda a topografia necessária à elaboração dos projetos executivos, inclusive com a locação de rios e canais conforme especificação do INEA, e a execução da batimetria em toda a extensão a ser desassoreada, inclusive com a utilização de ecobatímetros de feixe ultrassônico. Enquanto eram realizados os estudos hidrológicos da região e desenvolvidos os projetos executivos geométricos e hidráulicos dos rios e canais, foi executada na área da Marinha, a abertura e implantação de vias para o tráfego de equipamentos pesados, com 300 metros de extensão, inclusive com a abertura e implantação de um porto de atracamento com píer flutuante para acesso aos equipamentos. Foi necessária também a construção de uma travessia provisória em um canal artificial, tipo uma ponte provisória (ponte branca). Levantamentos topográficos das margens, das vias marginais expressas e de locais nortearam a modelagem digital do terreno. Para geração das seções transversais utilizadas na modelagem hidráulica, foi feito o levantamento topobatimétrico, sendo calculada a linha d'água por remanso a partir do método Standard StepMethod. Foi desenvolvido adicionalmente o estudo de inundação, que modela uma mancha de inundação, ilustrando o alcance dos níveis d'água no terreno e demonstrando a magnitude da inundação em extensão e profundidade. Antes do início dos trabalhos foi realizado o licenciamento de área de bota-fora, e construído na área da Marinha um dique para a separação, secagem, carga, transporte e disposição final do material, e do lixo retirado. Ao longo de 5 meses foi executada a coleta de lixo flutuante no Rio e em suas margens, totalizando uma área de aproximadamente 75.000 m², que multiplicado pelos dias úteis resulta em uma área de coletada de 1.500.000 m²/mês. Todo o lixo flutuante foi coletado, mais de 1.200 t/mês, com ajuda da escavadeira anfíbia, barco de apoio, rebocador e batelão com grelha, sendo realizado o seu transbordo no atracadouro e depois a triagem, acondicionamento, transporte e disposição final adequada. A empresa realizou toda a gestão e

Assinatura

operação do aterro que recebeu os resíduos oriundos da obra, incluindo vigilância, controle de portão, pesagem, recebimento, espalhamento com trator, cobrimento dos resíduos e afins. Durante a execução dos serviços foi realizado um trabalho social visando conscientizar a população sobre a quantidade de detritos jogados nos rios e canais da região. Foi executada a gestão ambiental visando à mitigação dos impactos gerados pela obra e a proteção do meio ambiente, especialmente porque a área de intervenção era margeada por mangues. Foram derrocados e transportados através de batelão 120 m³ de material de 3ª categoria e de concreto sob lâmina d'água de 4,2m. Houve necessidade também de limpeza manual nos rios e canais em locais de difícil acesso, sendo escavados mais de 800 m³ de material mole saturado. Foi executada também a limpeza mecânica cuidadosa embarcada confinada sob laje de 1.075 m³ de material sedimentado. Foram retirados também carcaças de carros e de barcos, totalmente inidentificáveis, do corpo hídrico.

No desassoreamento foi utilizada uma escavadeira anfíbia long reach (de longo alcance - 17m), 4 batelões de até 45 m³, dois rebocadores, duas embarcações para apoio náutico, uma escavadeira de longo alcance para transbordo, 4 caminhões toco para transporte para o bota-espera e uma pá carregadeira no bota espera. No bota fora todo material disposto foi recebido, descarregado, e espalhado por trator. Foi testado com êxito o uso de mini-escavadeira hidráulica sobre tambores para dragagem com transporte aquaviário em balsas e em minicarregadeiras em locais de difícil acesso para máquinas maiores. Toda a escavação realizada nas calhas dos rios foram executadas com controle de lençol freático durante as obras. Após o término da execução de todos os serviços, foi realizada a limpeza manual e mecânica de todas as ruas, avenidas e rodovias por onde foram transportados o material retirado, manual e mecanicamente, inclusive com vassoura mecânica auto-propelida com aspiração, e com auxílio de jato d'água de alta pressão e caminhão pipa. Toda a comunicação interna da obra, inclusive com os operadores foi realizada através de radiocomunicadores, e foi realizada a manutenção preventiva, corretiva e operação de todos os equipamentos utilizados na obra. A obra cumpriu todas as exigências de gerenciamento de resíduos da lei 307 do CONAMA, inclusive sendo a descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizados e/ou licenciados a operar pelos órgãos de controle ambiental. Todas as madeiras utilizadas na obra eram certificadas ou tinham procedência legal. A empresa fez a operação e manutenção de todo o sistema hídrico até o recebimento da obra, incluindo a limpeza do dique (barragem) que funciona como vertedouro para o polder Pinicão. Foram removidos através de escavadeira hidráulica embarcada aproximadamente 1.200 m³ de vegetação aquática ao longo do espelho d'água. Após o término da etapa de desassoreamento foram elaborados os projetos cadastrais de tudo o que foi executado. Foram executadas batimetrias mensais para acompanhamento dos serviços realizados, totalizando mais de 550.000 m² de batimetria. Após a intervenção, o Rio passou a ter uma vazão 40% maior, atingindo até 861 m³/s em alguns trechos, com área molhada de 242 m², perímetro molhado de 101 m e raio hidráulico de 2,427 m. Foi feito inclusive o acompanhamento aerofotogramétrico das áreas de

Handwritten signatures and initials.

intervenção, com a utilização de helicópteros e de drones. Todos os serviços foram executados em conformidade e de acordo com as normas e diretrizes do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a NBR ISO 9001. A execução da obra seguiu as normas da ABNT, as, as normas do Ministério do Trabalho, notoriamente a NR-18 e todas as outras normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis. Os serviços relativos à etapa de desassoreamento do Rio Meriti foram concluídos integralmente.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2016.

A FISCALIZAÇÃO:



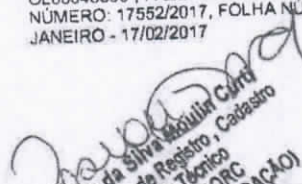
CRISTINA REMANN
Subsecretaria de Projetos de Recuperação Ambiental – SMMAAA
Matricula 30556-1

DE ACORDO:



LUIZ RENATO VERGARA
Secretário Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Abastecimento
Matricula 30308-3

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ,
JUNTO COM A(S) ART(S) DE NÚMERO: OL00318543
OL00345390, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO
NÚMERO: 17552/2017, FOLHA NÚMERO: 13/13. RIO DE
JANEIRO - 17/02/2017



Rosiane da Silva Moura Curti
Coordenadora de Registro, Cadastro
e Arquivo Técnico
Matr. 584 - CORC
CREA-RJ (POR DELEGAÇÃO)



ANEXO 02



00.125 8

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro

NOVA DENOMINAÇÃO - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO
Conforme Portaria do Confea nº426, de 16/12/2011

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº: 47420/2013



*** CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE COM A(S) RESSALVA(S) ***

*** ACOMPANHA ESTA CERTIDÃO ATESTADO(S) CONTENDO 8 FOLHA(S) *****

CERTIFICADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTES CREA, CONSTA(M) ART(S)
EM NOME DO PROFISSIONAL:

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES.....

Registro.....: 2005101598.....

Titulo Profissional.....: ENGENHEIRO CIVIL

ART Nº IN00420096 - de 09/09/2010..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

Baixada em: 21/06/2013 por: CONCLUSAO.....

EXECUTANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA e Reg: 1994210389.....

Contratante: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....

Endereço: RUA AFONSO CAVALCANTI 455 SALA 907 - CIDADE NOVA.....

RIO DE JANEIRO RJ.....

Atividade Técnica (1): DIRECAO DE OBRA.....

(2): EXECUCAO DE OBRA.....

Especificação da Atividade (1): DRAGAGEM.....

Complemento (1): CANAL

Informação Complementar:

SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE REQUALIFICAÇÃO DA CALHA DO RIO PORTELO, NO TRECHO DA

COMUNIDADE DO FONTELA E A RUA PAULO JOSÉ MAHFUD - VARGEM PEQUENA - XXIV - AP4 -

SERVIÇOS EXECUTADAS PARA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE BACIAS HIDROGRAFICAS - O/SUB - ...

RIO AGUAS

Nº do contrato: 109/2010.....

Quantificação: 1.000,00 m.....

Data de Início: 13/07/2010.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....180 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 2.264.814,05.....

Endereço: - COMUNIDADE DO FONTELA ACES ESTR BANDEIRANTES PROX 12431 - CURICICA.....

RIO DE JANEIRO RJ.....

ART Nº IN01033316 - de 24/06/2013..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

Baixada em: 26/06/2013 por: CONCLUSAO.....

EXECUTANTE: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA e Reg: 1994210389.....

(CONTINUA)

Folha: 1/2



Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro

NOVA DENOMINAÇÃO - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO
Conforme Portaria do Confea nº 426, de 16/12/2011

(CONTINUAÇÃO DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº: 47420/2013)

Contratante: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....
Endereço: RUA AFONSO CAVALCANTI 455 - CIDADE NOVA.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): DIREÇÃO DE OBRA.....
(2): EXECUÇÃO DE OBRA.....
(3): PROJETO.....

Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

Complemento (1): OUTROS

Informação Complementar:

SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, REFERENTE PROCESSO 06/600.437/2010 DO OBJETO DO
CONTRATO 109/2010

Nº do contrato: 109/2010.....

Quantificação: 1.000,00 m.....

Data de Início: 13/07/2010.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....180 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 2.264.814,05.....

Endereço: - CAM DO FONTELA ACES ESTR BANDEIRANTES PROX 12431 - CURICICA.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Vincula a ART principal Nº: IN00420096 - Data de Pagamento: 09/09/2010.....

Profissional: VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES.....

RNP Nº: 2000344038.....ENGENHEIRO CIVIL

RESSALVAS:

O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) .
serviço(s) referente(s) a ENGENHARIA AGRÔNOMICA [PLANTIO DE GRAMA E DE ESPÉCIES

ARBÓREAS PARA RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E REVITALIZAÇÃO DOS MANGUES] o(s)

qual(is) e(são) atribuição(es) que exige(m) responsabilidade Técnica de um

ENGENHEIRO AGRÔNOMO.

Rio de Janeiro, 27 de Junho de 2013

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ROSANE DA SILVA MOULIN CURTI
COORDENADORA DE ACERVO TÉCNICO
(Por DELEGAÇÃO)



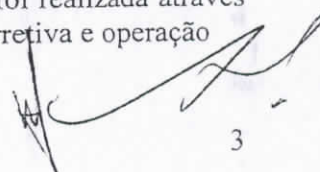
ATESTADO

Atestamos para fins de comprovação em licitações públicas, que a empresa **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, estabelecida na **RUA SETE DE SETEMBRO, 98 - SALA 605 - CENTRO RJ**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.299.904/0001-60**, executou para a **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS/SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - RIO ÁGUAS**, os "**SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE REQUALIFICAÇÃO DA CALHA DO CANAL DO PORTELO, NO TRECHO ENTRE A COMUNIDADE DO FONTELO E A RUA PAULO JOSÉ MAHFUD - VARGEM PEQUENA - XXIV R.A. - A.P.4 - VARGEM PEQUENA - XVIV R.A. - A.P.4**", objeto do processo nº **06/600.437/2010** e do contrato nº **109/2010**, com início 13/07/2010 e término em 08/01/2011, no prazo total de 180 (Cento e Oitenta) dias corridos, no valor de R\$ 2.264.814,05 (Dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e cinco centavos) tendo como fiscais os engenheiros ou arquitetos **WILMAR B. FERNANDES LOPES**, matrícula nº **13/190.890-4**, CREA nº **90100979-3**, **ALVARO ALVES DE ABREU**, matrícula nº **11/0156542-3**, CREA nº **86103527-6**, e como responsáveis técnicos **VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, CREA nº **2005101598**, **ANTONIO AGOSTINHO DE ANDRADE DA SILVA**, CREA nº **1992100964**, **ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, CREA nº **2006102290**, **MOACYR MONTEIRO DE ANDRADE**, CREA nº **1956100057**, **GILBERTO AUGUSTO FERRO COSTA ASSUMPÇÃO**, CREA nº **1991101285** e **SHEILA RIBEIRO MARQUES DA SILVA**, CREA nº **1991102689** e **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**, CREA nº **1981102667**, **CAU/BR registro nº A6637-0**. As obras foram aceitas provisoriamente em 12/12/2010, através do processo nº **06/600.437/2010**, com publicação no **DO-RIO** nº **194**, de 04/01/2011 às fls. 14, coluna 2ª. A intervenção emergencial em pauta se trata de obra em área urbana e de manguezais para restabelecer e otimizar a vazão de água transportada pelo Canal do Portelo. O Canal do Portelo se localiza na Macrobacia de Jacarepaguá, tendo sua foz no Rio do Marinho, possuindo extensão total de 7,3 km. Suas dimensões de projeto são 40m de largura no topo, 20 metros no fundo e 4,5 metros de profundidade, possuindo seção hidráulica de 135 m². As chuvas atípicas que ocorreram em abril de 2010, inundaram as comunidades adjacentes à Comunidade do Fontela, agravando ainda mais a situação já causada pelo assoreamento natural. O Rio Cancela, que possui extensão total de 3,5km também sofreu intervenção de limpeza e desassoreamento. O escopo do contrato foi o desassoreamento dos referidos corpos hídricos com a posterior manutenção da seção mínima de projeto e conservação de suas margens durante todo o prazo contratual, visando o controle de inundações e a recuperação ambiental nas áreas de seu entorno, além da construção de uma ponte pré-fabricada em concreto protendido. Inicialmente foram realizadas diversas sondagens, destrutivas e não destrutivas, como: sondagem manual com auxílio de trado, sondagens à percussão, rotativas e mistas, e foram feitos ensaios para caracterização completa do material sedimentado. Concomitantemente, foi executada toda a topografia necessária à elaboração dos projetos executivos, inclusive com a locação de rios e canais, a execução da batimetria em toda a extensão a ser dragada com a utilização de ecobatímetros. Foram executados todos os projetos executivos necessários, tais como: hidráulico, estrutural, fundação, hidrológicos, urbanização e de recuperação ambiental. Logo após a instalação do canteiro e



mobilização, a primeira intervenção executada foi o desfazimento e desmonte da barreira na calha do canal, inclusive com retirada de mais de 100 t de resíduos sólidos domiciliares, que foram coletados e transportados através de caminhões de 15m³, dotados de sistema de gps. Os galhos, folhas e troncos de árvores retirados foram reciclados através de trituradores de madeira, e os resíduos de construção civil foram britados através de caçamba britadora acoplada em escavadeira hidráulica inclusive dos 150m³ de rec gerados a partir da demolição manual cuidadosa de 1 casa de 3 pavimentos, que foi cadastrada e vistoriada. Como forma de acesso provisório foi construída uma ponte branca de 30m de extensão e 3m de largura, que logo foi substituída por uma passarela metálica treliçada provisória de 30m de vão. Devido à inexistência de acesso pela margem ao longo do canal, a solução técnica adotada para efetuar o desassoreamento e dragagem com controle ambiental foi a utilização de escavadeiras embarcadas sobre balsa com transporte aquaviário de mais de 1km em batelão com guincho e autopropelidos com transbordo executado através de clam-shell totalizando 48.000 m³ e de esteira rolante embarcada totalizando 26.000 m³. Existiam trechos que devido ao assoreamento permitiam calado de somente 80cm. No início foi construído um caminho de serviço sobre o curso d'água, para execução de desassoreamento do leito com drag-line e clam-shell e carga direta em cima dos caminhões, inclusive em presença de lâmina d'água. O caminho foi construído utilizando-se mais de 6.000 m³ de enrocamento e areia, que posteriormente foram removidos através de escavadeiras hidráulicas com carregamento direto em caminhões basculantes trabalhando ambos no leito do rio. O volume de material retirado através de drag-line trabalhando no leito do rio com profundidades de escavação de até 9,0 metros da plataforma foi de 12.000 m³, e o de clam-shell hidráulico trabalhando nas mesmas condições foi de 3.000 m³. O Rio Cancela possuiu seu leito e margens desassoreados através de tratores de esteira, inclusive na presença de lâmina d'água. Foi construído um dique de contenção para a separação, secagem, monitoramento e carga dos sedimentos, sendo executado um selo de argila impermeável de forma a proteger o lençol freático. Durante a execução dos serviços foram instalados dispositivos de retenção superficial do tipo ecobarreiras para evitar o carreamento de lixo superficial para as frentes de trabalho. Durante a execução dos serviços foram disponibilizadas embarcações para execução dos trabalhos e do apoio náutico necessário. Foram derrocados e transportados através de batelão 60 m³ de material de 3ª categoria sob lâmina d'água de 4,2m. Houve necessidade também de limpeza manual nos rios e canais em locais de difícil acesso, sendo escavados mais de 400 m³ de material mole saturado. Foi executada também a limpeza mecânica cuidadosa embarcada confinada sob laje de 525 m³ de material sedimentado. Foram removidos através de escavadeira hidráulica embarcada aproximadamente 12.000 m³ de vegetação aquática ao longo do espelho d'água. Foi construído um píer provisório para material saturado com 60m de margem e dois berços de atracação para embarcações de até 20m de comprimento e 3,5m de profundidade. A ponte construída possui 54 metros de extensão desde o início de sua rampa de acesso até o término de sua rampa de descida, tendo sido construída com um vão central único em concreto pré-fabricado protendido. A fundação foi executada concomitantemente em ambas as margens, tendo um lado sido em estacas do tipo raiz com 24" de diâmetro com a utilização de polímero biodegradável para estabilização das paredes da cava ao invés da bentonita, totalizando 40m em solo, 10m em alteração de rocha e 20m em rocha sã. O outro lado foi executado em estaca hélice contínua monitorada de 48" de diâmetro totalizando 45 metros de comprimento. Devido à proximidade com as margens do canal

foi necessário executar uma parede de contenção das fundações em estacas prancha de concreto armado pré-fabricado fck 40 mpa com adição de fibras de polipropileno moldado com formas trepantes de alumínio, totalizando 250m² ou 75 m³, com até 13 metros de comprimento, sendo até 7m de ficha, tendo sido executadas com o bate-estaca embarcado. Foi executado um teste de carga estático em cada tipo de estaca, alcançando até 200t.f., além de ter sido executado ensaio tipo PIT em todas as estacas. As estacas raiz foram limpas através do processo de air lift antes de serem injetadas, e uma delas precisou ser executada com o equipamento embarcado. A fundação das rampas de acesso foi feita através de estabilização de solo do tipo consolidação profunda radial, composta de geodrenos e injeções de argamassa a baixas pressões, totalizando 280 m² de área tratada. As vigas pré-fabricadas protendidas de 18m de comprimento foram posicionadas no apoio através de treliça lançadeira com capacidade de até 140t e 45 m de vão, devido à inexistência de acesso para guindastes, sendo estes utilizados somente para levar as vigas até a proximidade da treliça. Após o lançamento as vigas foram macaqueadas com macacos hidráulicos de até 50t para colocação dos apoios de neoprene fretado totalizando 64 dm³. Foi necessário a utilização de um guindaste de 550t para movimentação das vigas do pátio de pré-fabricados até a treliça lançadeira. As vigas foram pós tensionadas através de cordoalhas não aderentes engraxadas, totalizando 1.584 metros, ou 1.938 kg de cordoalha revestida em PEAD. A ponte possui geometria horizontal e vertical em curva, com escurvidade de 22 graus e meio entre os apoios e largura total de 4,8m. O guarda rodas de concreto armado com 18 metros de comprimento foi pré-moldado em concreto armado leve com argila expandida, microsilica e fibras com peso específico de 1,9 t/m³, sendo grauteado in loco. Para separação entre a pista e a passagem de pedestre, foi executado um segregador em concreto fck = 25 mpa, com 54m de comprimento, moldado no local, com pintura acrílica de secagem rápida de alta resistência à abrasão e elemento refletivo tipo tacha. Foram executados no tabuleiro e nos acessos 280 m² de concreto asfáltico morno com incorporação de material fresado, e compactado através de rolo oscilatório tipo Hamm HDO 90 de baixo impacto. Durante a execução dos serviços foi realizado um trabalho social visando conscientizar a população sobre a quantidade de detritos jogados nos rios e canais da região. Foi executada a gestão ambiental visando a mitigação dos impactos gerados pela obra e a proteção do meio ambiente, especialmente porque a área de intervenção era margeada por mangues. Toda a escavação realizada nas calhas dos rios foi executada com controle de lençol freático através de piezômetros durante as obras. Após o término da execução de todos os serviços, foi realizada a limpeza manual e mecânica de todas as ruas e avenidas por onde foram transportados o material dragado, inclusive com vassoura mecânica auto-propelida com aspiração, e com auxílio de jato d'água. As lixeiras do canteiro de obras foram lavadas à quente e à frio pelo menos 1 vez por semana durante todo o período da obra. Foi executada também a capina de toda a área de intervenção, inclusive às margens das vias e através de capinadeira autopropelida e de roçado manual. Foi executado também o plantio de grama e de espécies arbóreas para recuperação do passivo ambiental e revitalização dos mangues. A área remanescente foi urbanizada e construída uma praça. Foi feito o acompanhamento do monitoramento das edificações na área de abrangência às obras, inclusive fornecimento, instalação e manutenção de marcos de referências; para medição de deslocamentos (desvios, desníveis, recalques) e elaboração de relatórios de controle. Toda a comunicação interna da obra, inclusive com os operadores foi realizada através de radiocomunicadores, e foi realizada a manutenção preventiva, corretiva e operação





de todos os equipamentos utilizados na obra, inclusive dos 30 caminhões de 8 t, dos 5 equipamentos náuticos, das 6 escavadeiras de 30t, dos 2 tratores d6, do guincho de 100t, do guindaste de 550ton e da esteira rolante. Foi utilizado um teleférico de obra para transporte de materiais entre as margens antes da execução da passarela provisória.. A obra foi executada ao lado da Estrada dos Bandeirantes, e de vias de tráfego pesado e intenso, em regime de trabalho ininterrupto. A obra cumpriu todas as exigências de gerenciamento de resíduos da lei 307 do CONAMA, inclusive sendo a descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizados e/ou licenciados a operar pelos órgãos de controle ambiental. A empresa fez a operação e manutenção de todo o sistema hídrico até o recebimento da obra. Após o término da obra foram elaborados os projetos cadastrais "As Built" de todos os projetos executivos. Todos os serviços foram executados em conformidade e de acordo com as normas e diretrizes do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a NBR ISO 9001. A execução da obra seguiu as normas da ABNT, as, as normas do Ministério do Trabalho, notoriamente a NR-18, PPR, PCMAT e todas as outras normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis. A obra foi executada no prazo contratado e constam da planilha orçamentária os seguintes serviços: 1 - **SE20.05.0200(/)** Preparo manual de terreno, compreendendo acerto, raspagem eventualmente ate 0,25m de profundidade e afastamento lateral do material excedente.80m²; 2 - **SE25.90.0200(/)** Serviços de elaboração de projeto estrutural final de engenharia de obras-de-arte especiais (pontes, viadutos e passarelas) em concreto armado e/ou protendido ou estrutura de aço, apresentado em plantas e memória de calculo obedecendo à orientação da PCRJ para obras com área de projeção horizontal inferior a 500m².450m²; 3 - **TC05.05.0550(/)** Transporte de carga de qualquer natureza; exclusive as despesas de carga e descarga tanto da espera do caminhão como de servente ou equipamento auxiliar, em media velocidade (Vm=40Km/h), em Caminhão Basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t.1.024.978,06t.Km; 4 - **TC10.05.0350(/)** Carga e descarga mecânica, com Pa-Carregadeira e Caminhão Basculante a óleo diesel, consideradas para o caminhão a espera, manobra, carga e descarga e quanto à carregadeira, espera e operação.81.368,1t ; 5 - **SC10.05.1450(/)** Servente (inclusive encargos sociais).5.550h 6 - **BP05.05.0050(/)** Base de brita corrida, inclusive fornecimento dos materiais, medida apos a compactação.11m³; 7 - **BP05.05.0250(A)** Construção de aterro, conforme Caderno de Encargos - PCRJ; exclusive escavação e carga, transporte e fornecimento dos materiais.22m³; 8 - **BP05.05.0400(A)** Imprimação de base de pavimentação, conforme Caderno de Encargos - PCRJ.70m² 9 - **BP10.05.0100(A)** Concreto betuminoso usinado a quente, para camada de rolamento, de acordo com as especificações da PCRJ; exclusive transporte da usina para a pista e espalhamento da mistura.17t; 10 - **BP10.05.0200(/)** Espalhamento manual e compactação mecânica de concreto asfáltico usinado a quente, ou de pre-misturado, exclusive fornecimento de todos os materiais.17t; 11 - **BP10.05.0400(A)** Pintura de ligação, inclusive limpeza do trecho a ser trabalhado.70m²; 12 - **FD05.40.0050(A)** Arrasamento de estaca de concreto armado, ate 30cm de lado ou diâmetro.10un; 13 - **FD05.60.0050(/)** Cravação de estaca prancha de concreto pré-moldado, com largura útil de 30cm e comprimento ate 7m, considerando-se toda a superfície da estaca, em terreno de resistência a penetração, exclusive estaca.160m²; 14 - **FD05.65.0150(/)** Estaca raiz com diâmetro de 10", perfurada em solo, incluindo a perfuração, o fornecimento de todos os materiais e a injeção.450m; 15 - **ET05.25.0703(A)** Lançamento de concreto em pecas armadas, inclusive a colocação, o adensamento e o acabamento, exclusive o transporte (TC 05.10.0050),

considerando a produção normal.58m3; **16 - ET05.30.0100(A)** Concreto simples dosado racionalmente para uma resistência mínima característica a compressão de 11MPa, inclusive materiais, preparo, lançamento, colocação e adensamento, exclusive transporte.2m3; **17 - ET05.55.0050(/)** Lona de polietileno (lona terreiro) com espessura de 0,20mm para impermeabilização de solo, medida pela área coberta. Fornecimento e colocação, inclusive com perdas e transpasse.18m2; **18 - ET10.05.0100(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 6,3mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.1.218Kg; **19 - ET10.05.0103(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 8mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.1.218Kg; **20 - ET10.05.0106(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 10mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.913Kg; **21 - ET10.05.0109(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 12,5mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.913Kg; **22 - ET10.05.0112(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 16mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.913Kg; **23 - ET10.05.0115(/)** Aço CA-50 para armadura de concreto, com saliência ou mocha, coeficiente de conformação superficial mínimo (aderência) igual a 1,5, diâmetro de 20mm. Fornecimento, incluindo 10% de perdas e arame 18.915Kg; **24 - ET10.10.0056(/)** Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-50, em barra redonda, com diâmetro igual a 6,3mm.1.218Kg; **25 - ET10.10.0061(/)** Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-50, em barra redonda, com diâmetro entre 6,3mm e 12,5mm.3.044Kg; **26 - ET10.10.0062(/)** Corte, dobragem, montagem e colocação de ferragens nas formas, aço CA-50, em barra redonda, com diâmetro acima de 12,5mm.1.828Kg; **27 - ET15.20.0050(A)** Formas de placas de Madeirit ou similar, empregando-se as de 14mm, resinadas e também as de 20mm de espessura, plastificadas, servindo 4 vezes, e a madeira serrada, auxiliar 1 vez, inclusive fornecimento e desmoldagem, exclusive escoramento.35m2; **28 - ET20.30.0050(/)** Escoramento de formas de caixas de concreto em geral, cintas, blocos de fundação e ou paramentos verticais ate 1,5m; com aproveitamento da madeira 2 vezes, inclusive retirada.35m2; **29 - ET30.05.0050(/)** Aparelho de apoio de Neoprene, fretado (1,40kg/dm3), inclusive preparo do berço. Fornecimento e colocação.28Kg; **30 - ET55.10.0503(/)** Superestrutura de concreto protendido pré-fabricada, para pontes ou viadutos, classe 45, com uma faixa de tráfego e pista de rolamento de 3,20m. Incluindo guarda-rodas, passeios, guarda-corpos metálicos com pintura, transporte ate a obra e montagem. Exclusive revestimento asfáltico e iluminação publica. Vão livre entre 10,01m a 15,00m e largura total de 4,60m.14m; **31 - ET60.05.0071(/)** Concreto importado de usina dosado racionalmente para uma resistência característica a compressão de fck=25MPa.58m3; **32 - IT15.45.0100(/)** Fossa séptica, de câmara submersa, tipo Inhoff de concreto pré-moldado, com capacidade para 10 contribuintes, inclusive escavação e reaterro, exclusive retirada do material excedente. Fornecimento e instalação.1un; **33 - IT15.55.0050(/)** Sumidouro para 10 contribuintes ligado a fossa, exclusive fossas e manilhas. Fornecimento e instalação.1un; **34 - EQ05.05.0062(C)** Caminhão basculante,

capacidade de 5m³, com motorista, material de operação, material de manutenção e licenciamento, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 208CV. Custo mensal.5un.mês; **35 - EQ05.05.0200(A)** Caminhão basculante, com capacidade de 10m³ a 12m³, com motorista, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário produtivo.3.108h; **36 - EQ05.05.0203(I)** Caminhão basculante, com capacidade de 10m³ a 12m³, com motorista, material de operação, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 220CV. Custo horário improdutivo (motor funcionando).1.332h; **37 - EQ05.05.0415(C)** Caminhão com Carroceria Fixa, capacidade de 7,5t, equipado com guindaste hidráulico com capacidade de 3,5t, com motorista operador e um ajudante, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, Guindaste Hidráulico provido de lança de ate 5,90m de extensão e malhal. Custo horário produtivo.34h; **38 - EQ05.05.0421(A)** Caminhão com Carroceria Fixa, capacidade de 7,5t, equipado com guindaste hidráulico com capacidade de 3,5t, com motorista operador e um ajudante, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, guindaste hidráulico provido de lança de ate 5,90m de extensão e malhal. Custo horário improdutivo (motor desligado).14h; **39 - EQ15.05.0212(A)** Escavadeira hidráulica, sobre esteiras, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor de 130HP, peso de operação de 19,70t, caçamba com capacidade de 1,00m³, alcance Maximo de 9,85m e profundidade máxima de escavação de 6,60m. Custo horário produtivo.1.813h; **40 - EQ15.05.0218(I)** Escavadeira hidráulica, sobre esteiras, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor de 130HP, peso de operação de 19,70t, caçamba com capacidade de 1,00m³, alcance Maximo de 9,85m e profundidade máxima de escavação de 6,60m. Custo horário improdutivo (motor desligado).777h; **41 - EQ15.05.0500(A)** Retro-Escavadeira/carregadeira, com operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor de 70HP, carregadeira com sistema de travamento de segurança, capacidade coroada de 0,76m³, força de desagregação de 3600Kgf, capacidade de carga de 2400Kg na elevação máxima, profundidade de escavação de 100mm; escavadeira com capacidade coroada de 0,23m³, com 4 dentes, arco de giro de 180o, força de escavação, profundidade de escavação máxima de 4000mm, altura de carga mínima de 3000mm; cabine com para brisa dianteiro, retrovisores externos e interno e luzes de sinalização conforme normas do CONTRAN. Custo horário produtivo.389h; **42 - EQ15.05.0506(I)** Retro-Escavadeira/carregadeira, com operador, com as seguintes especificações mínimas: motor de 70HP, carregadeira com sistema de travamento de segurança, capacidade coroada de 0,76m³, força de desagregação de 3600Kgf, capacidade de carga de 2400Kg na elevação máxima, profundidade de escavação de 100mm; escavadeira com capacidade coroada de 0,23m³, com 4 dentes, arco de giro de 180o, força de escavação, profundidade de escavação máxima de 4000mm, altura de carga mínima de 3000mm; cabine com para brisa dianteiro, retrovisores externos e interno e luzes de sinalização conforme normas do CONTRAN. Custo horário improdutivo (motor desligado).166h; **43 - EQ35.10.0200(A)** Bomba centrífuga submersível elétrica, para drenagem de água limpa ou com impurezas e partículas abrasivas ou de uso a seco, sem operador, com material de operação, energia elétrica e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor elétrico de 6CV a 3450RPM, mangueira de recalque, cabos de alimentação e comandos elétricos.

Custo horário produtivo.1.512h; **44 - EQ35.10.0203(/)** Bomba centrífuga submersível elétrica, para drenagem de água limpa ou com impurezas e partículas abrasivas ou de uso a seco, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: motor elétrico de 6CV a 3450RPM, mangueira de recalque, cabos de alimentação e comandos elétricos. Custo horário improdutivo.648h; **45 - EQ40.05.0350(/)** Escavadeira sobre esteiras, com Drag - Line, capacidade de 0,78m³, com operador, com material de operação e material de manutenção. Custo horário corrido.740h; **46 - EQ45.05.0159(/)** Compressor de ar, portátil e rebocável, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 250PCM. Custo horário improdutivo (motor desligado).56h; **47 - EQ45.05.0162(/)** Compressor de ar, portátil e rebocável, sem operador, com material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 77CV, pressão de trabalho de 102PSI, descarga livre de 335PCM. Custo horário produtivo.130h; **48 - EQ45.10.0050(A)** Grupo gerador transportável, com potencia de 2500W, sem operador, com material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 5,5CV, 110V / 240V de corrente alternada ou 12V / 8,3A de corrente continua. Custo horário produtivo.2520h; **49 - EQ45.10.0056(/)** Grupo gerador transportável, com potencia de 2500W, sem operador, com as seguintes especificações mínimas: motor a gasolina de 5,5CV, 110V / 240V de corrente alternada ou 12V / 8,3A de corrente continua. Custo horário improdutivo.1080h; **50 - EQ60.99.0500(/)** Teodolito eletrônico, com tripé, bateria, recarregador e demais acessórios, sem equipe de topografia. Custo horário produtivo.555h; **51 - CE05.10.0110(/)** Consultor de serviços técnicos especializados de consultoria de engenharia e arquitetura.740h; **52 - AD05.20.0050(/)** Sondagem a percussão com diâmetro, até 3", com ensaio de penetração (SPT) a cada metro, incluindo relatório contendo classificação tátil visual das amostras, perfis individuais dos furos, planta de localização e respectivas cotas das sondagens. Inclui deslocamento ate 50m de distancia e instalação do tripé em cada furo dentro do canteiro, excluindo mobilização e desmobilização.200m; **53 - AD15.05.0050(/)** Deslocamento, entre furos, de equipamento de sondagem a percussão, incluindo desmontagem e remontagem.1un; **54 - AD15.15.0700(A)** Carreta para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 30t, com motorista operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 330CV, chassi extensível ate 21m e semi-reboque de 3 eixos. Custo horário produtivo.34h; **55 - AD15.15.0706(/)** Carreta para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 30t, com motorista, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 330CV, chassi extensível ate 21m e semi-reboque de 3 eixos. Custo horário improdutivo (motor desligado).14h; **56 - AD20.15.0050(/)** Container escritório, modelo padrão, medindo: (6x2,4x2,55)m, em estrutura de aço, composto por piso de madeira corrida, paredes forradas com compensado naval, teto com isolamento térmico, com 1 porta de (0,80x2,10)m, 2 basculantes de (1,20x1,20)m, WC com pia, vaso sanitário e chuveiro, entrada para ar condicionado com suporte e tomada 3P, 2 pontos de iluminação, 2 tomadas elétricas, distribuição interna das instalações elétricas e hidráulicas ate o ponto de entrada/saída da unidade e peso aproximado de 2t, exclusive carga, descarga e transporte ida e volta ao canteiro. Aluguel mensal.5un.mês; **57 - AD20.15.0100(/)** Container escritório, vestiário ou deposito, modelo padrão, medindo: (6x2,4x2,55)m, em estrutura de aço, composto por piso de madeira, paredes forradas com compensado naval, teto com isolamento térmico, com 1 porta de (0,80x2,10)m, 2 basculantes de (1,20x1,20), entrada



para ar condicionado com suporte e tomada 3P, 2 pontos de iluminação, 2 tomadas elétricas, distribuição interna das instalações elétricas e hidráulicas até o ponto de entrada/saída da unidade e peso aproximado de 2t, exclusive carga, descarga e transporte ida e volta ao canteiro. Aluguel mensal.5un.mês;
58 - AD20.15.0150(/) Container WC, modelo padrão, medindo: (6x2,4x2,55)m, em estrutura de aço, composto por piso de compensado naval revestido com plurigoma, paredes ao natural, teto com isolamento térmico, com 1 porta de (0,80x2,10)m, 2 basculantes de (1,20x1,20), com 5 chuveiros, 3 vasos sanitários, mictório e 3 lavatórios, 2 pontos de iluminação, distribuição interna das instalações elétricas e hidráulicas até o ponto de entrada/saída da unidade e peso aproximado de 2,3t, exclusive carga, descarga e transporte ida e volta ao canteiro. Aluguel mensal.5un.mês;
59 - AD20.20.0050(/) Instalação e ligação provisórias de alimentação de energia elétrica, em baixa tensão (BT), para canteiro de obras, exclusive o fornecimento do medidor.1un; 60 - AD20.25.0210(/) Placa de sinalização para obra na via pública, tipo cavalete articulado, confeccionado em chapa Pet 2,4mm, fundo, textos e símbolos em vinil auto-adesivo, estrutura em aço tratado a base de Wash primer, pintado pelo processo eletrostático, nas dimensões de 0,60m x 1,00m. Fornecimento.10un;
61 - AD20.25.0310(/) Placa de identificação de obra pública, confeccionado em chapa de Pet 2,0mm, fundo, textos e símbolos em vinil auto-adesivo e estrutura de requadro, suporte estruturado em peça de madeira serrada de (7,5 x 7,5)cm pintado, inclusive transporte. Fornecimento e colocação.29m²; 62 - AD25.05.0450(A) Rolo de tela plástica, nas dimensões de (50x1,20)m, na cor laranja, sendo utilizada 2 vezes. Fornecimento.450m; 63 - AD40.05.0050(/) Ajudante (inclusive encargos sociais).925h;
64 - AD40.05.0086(/) Auxiliar técnico (inclusive encargos sociais).925h;
65 - AD40.05.0092(/) Auxiliar de topografia - serviços de campo (inclusive encargos sociais).925h; 66 - AD40.05.0116(/) Encarregado (inclusive encargos sociais).1.110h
67 - AD40.05.0122(/) Engenheiro, arquiteto ou geólogo jr (inclusive encargos sociais).925h; 68 - AD40.05.0152(/) Mestre de obra A (inclusive encargos sociais).925h
69 - AD40.05.0212(/) Topógrafo A - serviços de campo e escritório, com responsabilidade de dirigi-los (inclusive encargos sociais).925h;
70 - AD40.05.0218(A) Vigia (inclusive encargos sociais).2.720h;
71 - IE00.00.8474() Dragagem com escavadeira hidráulica sobre balsa.24.000m³.

Em 14 de junho de 2013.

Engº Wilmar Barbosa Fernandes Lopes

Matr. nº 13/190.890-4

CREA nº 90100979-3-RJ

Engº Alvaro Alves de Abreu

Matr. nº 11/156.542-3

CREA nº 86103527-6

Visto

Em 14 de

junho de 2013.

Wilmar Barbosa Fernandes Lopes

Diretor de Obras e Conservação

Matr. nº 13/190.890-4

CREA 90100979-3-RJ

ANEXO 03



INEA
Processo:
Data:
Folha:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA

1 - A licitante deverá apresentar Atestado(s) de responsabilidade técnica, observadas as disposições contidas no item **6.6.1, alínea "c"**:

Atestados Técnicos onde conste (m) a realização dos seguintes serviços

01	Operação continua de retirada de vegetação aquática e resíduos flutuantes em diversos corpos hídricos de forma manual, mecânica e com utilização de barco de apoio .
02	Carga, transporte e descarga dos materiais até o local de destinação final em área de transbordo ou centro de tratamento licenciados com emissão de manifestos de resíduos.
03	Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais.
04	Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas

2- A licitante deverá comprovar todos os itens acima em no máximo 04 (quatro) atestados, devendo cada item ser atendido por um único atestado.

ANEXO 04

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019

AO

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Av. Venezuela, nº 110 – 4º andar – Sala 409 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ

Comissão de Licitação

A/C.: Sr. Presidente da Comissão de Licitação

OBJETO: "Serviços de operação para remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas em diversos cursos D'Água contribuintes da Baía de Guanabara".

Ref.: Questionamentos - Concorrência nº 007/2017

Recebemos
Rio de Janeiro, 24 de 04 de 2019
VIMAR ID: 20341636
INSTITUTO ESTADUAL DO
AMBIENTE - INEA

Prezados,

De acordo com o item 1.4 do Edital, solicitamos os esclarecimentos abaixo:

1. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência – Orçamento Estimado – consta códigos dos serviços que não estão contemplados na planilha EMOP, deste modo solicitamos a composição de preço dos itens relacionado abaixo.

- 05.105.0901-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional.
- 05.105.0902-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 2 profissional.
- 19.005.0010-5 – Serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante.
- 04.006.0010-5 – Carga Manual e descarga mecânica de detritos com o caminhão toco, capacidade de 8 a 10m3, exclusive ajudantes.
- 04.005.0147-5 – Transporte de detrito com utilização de caminhão basculante no toco, capacidade de 8,00 a 10m3, inclusive motorista
- 04.014.0110-5 – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizados e/ou licenciados a operar pelos órgãos de controle
- 05.105.0114-5 – Serviço de apoio manual para manutenção: Capina, reposição de barreiras, limpeza etc.
- 05.103.0001-5 – Barreira de contenção flutuante ecológica, material termoplástico, reciclável com proteção anti UV, fornecimento e colocação.
- 05.103.0002-5 – Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de 3/4" e espessura de 3/16". As barras transversais tem diâmetro de 1/4" e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de 1/2" polegada, 2 tubo de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior.
Fornecimento.

2. PERGUNTA:

- O INEA fornecerá as licenças operacionais e ambientais exigidas pelos órgãos competentes, para a execução dos serviços?

3. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência - Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras - "Os recursos alocados nos serviços serão utilizados em regra no horário 7:00h (sete) as 17:00 (dezessete) com intervalo de 01h (uma) para refeição dos colaboradores, de segunda a sexta e havendo necessidade, devidamente autorizada pela fiscalização, os serviços poderão ter até 02h (duas) horas extras diárias, bem como, poderá trabalhar aos sábados, domingos e feriados".

O horário estabelecido no termo de referência para execução dos serviços é 7:00h às 17:00h com intervalo de 01h, havendo a possibilidade de 02 horas extras diárias e inclusive trabalhar aos sábados, domingos e feriados, conforme a autorização da fiscalização, e no Orçamento Estimado contempla o pagamento da mão de obra e de equipamento por unidade mês.

- Foi previsto na composição de preço dos itens serviços mecanizados (Cód. 19.005.0010-5) e de apoio manual (Cód. 05.105.0901-5, 05.105.0902-5 e 05.105.0114-5), do Orçamento Estimado, o quantitativo de horas e encargos trabalhista para realização de 2 horas extras diárias e/ou trabalhos aos sábados, domingos e feriados, conforme descrito no Edital?
 - a) Caso negativo, conforme nosso entendimento será inserido previamente na Estimativa Orçamentária as horas excedentes e seus encargos trabalhistas, necessárias para atender a possível demanda. Está correta este entendimento?
 - b) Caso positivo, detalhar os quantitativos e os custos dos encargos trabalhista para os dias da semana, inclusive das horas extras, dos sábados, dos domingos e dos feriados dos cód's 05.105.0901-5, 05.105.0902-5, 05.105.0114-5 e 19.005.0010-5.

4. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência - Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras - "deverá ser utilizada uma equipe de 2 profissionais para apoio manual com uso de barco para desprender o material e redirecioná-lo ao ponto de recolhimento mecanizado".

No Edital de Concorrência - Termo de Referência - Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras - "O equipamento "barco de apoio" será fornecido pelo INEA para guarnecer as ecobarreiras e ser disponibilizado por unidade".

- Como o INEA disponibilizará o barco de apoio para guarnecer as ecobarreiras, podemos entender que órgão disponibilizará também o operador qualificado e todo EPI e EPC necessários para exercer a atividade, conforme legislação trabalhista e marinha? Caso negativo, é correto o entendimento de que será previamente inserida na Estimativa Orçamentária o recurso necessário para contratação do operador da embarcação e todos os equipamentos utilizáveis para navegação e transporte de mão de obra, como também os EPI's e EPC's exigidos pela Legislação trabalhista e pela marinha?
- Como será realizado o transporte do barco e seu abastecimento, tendo em vista que não está contemplado no Orçamento Estimado? Caso seja imputado a CONTRATADA, podemos entender que o item para transporte da embarcação, o item de transporte de

[Assinatura]
2/11

combustível e o item de abastecimento, serão inseridas no Orçamento Estimado, antes da realização dos serviços. Está correto este entendimento?

5. PERGUNTA:

Conforme Edital de Concorrência - Termo de Referência – Item 1 Introdução, informa que “A propósito, o sistema de Ecobarreiras para a contenção de lixo e vegetação flutuante implantado pode ser descrito como sendo de 2 modelos: um de estruturas de contenção flutuante divididas em módulos de material termoplástico com proteção contra raios ultravioleta; e outro sendo uma barreira metálica fabricada em módulos 150x79 cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de 3/4” e espessura de 3/16”. “As barras transversais tem diâmetro de 1/4” e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de 1/2” polegada, 2 tubo de 1.1/4” STD em suas bases inferior e superior conectados, sua instalação sendo por meio de cabos de aço ancorados em blocos de concreto. Este segundo modelo são estruturas que ficam ancoradas nas margens dos rios e alcançam uma profundidade que é o bastante para conter a maior parte dos detritos sobrenadantes que acompanham a vazão do rio”.

A Ecobarreira, de um modo geral, podem ser compostas por materiais diversos, instalados no leito do rio com a finalidade reter as vegetações e lixos flutuantes em pontos estratégicos, facilitando assim a remoção e a destinação final, havendo uma grande similaridade na construção, na manutenção, no modo operante e na instalação dos mais diferentes tipos de barreiras”.

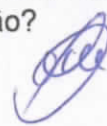
Conforme o Termo de Referencias – item 3 Localização das Ecobarreiras implantadas, são 17 (dezessete) Ecobarreiras e somente 6 (seis) Barreira metálica, são elas: Eco`s 2, 8, 9, 10, 11 e 12.

No escopo dos serviços - item 4 do Termo de Referência, consta que: 3º Manutenção preventiva e/ou corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das ecobarreiras bem como das suas bases operacionais. Esta etapa só se aplicará nos casos em que a funcionalidade dos elementos estiver comprometida.

No item do 5.3 do Orçamento Estimado – cód 05.103.0002-5 – “Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de 3/4” e espessura de 3/16”. As barras transversais tem diâmetro de 1/4” e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de 1/2” polegada, 2 tubo de 1.1/4” STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento”, está sendo remunerado a substituição do módulo completo no quantitativo de 35 unidades

- Qual a totalidade dos módulos da Barreira metálica que se encontra em funcionamento?
- Atualmente quantos módulos da Barreira metálica encontra-se comprometida?
- Na memória de cálculo do item 5.3 – cód 05.103.0002-5 “Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de 3/4” e espessura de 3/16”. As barras transversais tem diâmetro de 1/4” e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de 1/2” polegada, 2 tubo de 1.1/4” STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento”, encontra-se na descrição que foi adotado como

critério para manutenção 15% do total, sendo que no cálculo utilizou somente 10%. Qual o percentual que deverá ser considerado para manutenção?



- Solicitamos que sejam disponibilizadas as cópias dos três orçamentos que serviram de base para criação do item 05.103.0001-5 – Barreira de contenção ecológica, material termoplástico, reciclável com proteção anti UV, fornecimento e colocação.
- Solicitamos que sejam disponibilizadas as cópias dos três orçamentos que serviram de base para criação do item 05.103.0002-5 - Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de 3/4" e espessura de 3/16". As barras transversais tem diâmetro de 1/4" e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de 1/2" polegada, 2 tubo de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento.
- Na parcela de maior relevância técnica, costa a necessidade de comprovação para "Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas" e "Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais", como no mercado existem diversos tipos de Ecobarreiras, compostas pelos mais variados materiais, entende-se que a especificidade de detalhamento da parcela citada pode induzir a uma restritividade do certame, no caso de não serem aceitas a comprovação de instalação de diferentes tipos de materiais, tendo em vista a similaridade da sua instalação. Serão aceitos outros tipos de Ecobarreiras como comprovação de experiência prévia
- Consta na parcela de maior relevância técnica, a necessidade de comprovação para "Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas" e "Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais" sendo que não está previsto no escopo do serviço a instalação de ecobarreiras e sim a manutenção e recuperação de ecobarreiras, sendo estas fabricadas em módulos, ofertada no mercado, sendo de fácil aplicação, substituições e montagem. Desta forma entende-se que as exigências da parcela de maior relevância está mais elevado do que escopo do serviço, desta forma, a empresa com comprovada expertise na instalação de Barreiras de materiais diferentes atenderia plenamente as exigências do edital. Serão aceitos outros tipos de Ecobarreiras como comprovação de experiência prévia?

6. PERGUNTA:

- Não consta no Orçamento Estimado e Memoria de Cálculo – ANEXO 05 e nem na Planilha Orçamentária – ANEXO 06 - Edital de Concorrência, o item 19.005.0010-5 - Serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante, e nem o item de 04.005.0350-B – Transporte de equipamentos pesados em carretas, para as ECO's 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 16 e 17. Podemos entender que caso haja necessidade do equipamento, será previamente inserida o quantitativo para realização dos serviços?

7. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência – Termo de Referência – será executada a retirada de lixo e manutenção de 17 ecobarreiras, instaladas nos principais rios e canais no entorno da Baía de Guanabara, conforme quadro 1.

No Edital de Concorrência - Orçamento Estimado e Memoria de Cálculo – ANEXO 05, serão utilizadas somente 5 escavadeiras, nas Ecobarreiras 2, 9, 10, 11, 12.

- Será necessário deslocamento, da escavadeira para atender as frentes de serviço ou a mesma permanecerá fixa nas ecobarreiras 2, 9, 10, 11 e 12? Havendo necessidade, podemos entender que será inserido na Estimativa Orçamentária o transporte entre as frentes de serviços, já que não consta na planilha orçamentária?

8. PERGUNTA:

- Quantas horas (produtiva e improdutiva) foram consideradas para elaboração da composição do item 4.3 do Orçamento Estimado, cód. 19.005.0010-5 – Serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante, unidade de medida MÊS?

9. PERGUNTA:

- Quantas horas de mão de obra foi considerada para composição do item 4.1 do Orçamento Estimado, cód. 05.105.0901-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional, und de medida MÊS?

10. PERGUNTA:

- Quantas horas de mão de obra foram consideradas para composição do item 4.2 do Orçamento Estimado, cód. 05.105.0902-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 2 profissional, und de medida MÊS?

11. PERGUNTA:

- Quantas horas de mão de obra foram consideradas para composição do item 5.1 do Orçamento Estimado, cód. 05.105.0114-5 – Serviço de apoio manual para manutenção: Capina, reposição de barreiras, limpeza etc, und de medida MÊS?

12. PERGUNTA:

- Como será executada os SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS NAS ECOBARREIRAS 15 e 16, já que não foram contemplados na memória de cálculo o apoio manual (05.105.0901-5 e 05.105.0902-5) e nem o serviço de retirada mecanizada (19.005.0010-5)?

13. PERGUNTA:

Consta no Orçamento Estimado e Memória de Cálculo – ANEXO 05 – Edital de Concorrência - – cód 05.105.0901-5 - Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional para cada Ecobarreiras 13, 14 e 17.

- Os Profissionais, que realizam o apoio manual, ficarão fixos nas ecobarreiras conforme na memória de cálculo ou haverá a possibilidade de apoiar as demais barreiras?

Caso os profissionais fiquem fixos:

- a) Sendo comprovado a ineficácia de um único profissional para realização de todo serviço de remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação do material na base de coleta e posteriormente carga para transporte até destinação final. Conforme nosso entendimento, caso necessite de acrescentar mão de obra para realização do serviço, será inserida previamente no cód. 05.105.0901-5 o quantitativo suficiente para realização do serviço, está correto este entendimento?

Caso os profissionais apoiem as demais Ecobarreiras:

- b) Sendo necessário o apoio manual atuar em mais de uma ecobarreira, entendemos que será inserida o custo do veículo apropriado para realizar deslocamento da mão de obra e ferramenta, de forma a atender a necessidade do contrato e a legislação trabalhista, já que não consta na planilha orçamentária o item de deslocamento da equipe e nem das ferramentas entre as Ecobarreiras?
- c) Ausentando o Profissional da frente de serviço inicialmente designada, a ecobarreira ficará desguarnecida, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo. Está correto este entendimento?

14. PERGUNTA:

Consta no Orçamento Estimado e Memoria de Cálculo – ANEXO 05 – Edital de Concorrência - – cód 05.105.0902-5 - Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de uma equipe de 2 profissionais, para utilização nas Ecobarreiras 1, 2, 8, 9, 10, 11 e 12.

- o Os Profissionais, que realizam o apoio manual, ficarão fixos nas ecobarreiras conforme na memória de cálculo ou haverá a possibilidade de apoiar as demais barreiras?

Caso os profissionais fiquem fixos:

- a) Sendo comprovado a ineficácia de apenas 2 profissionais para remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação na base de coleta e posteriormente carga do transporte para a destinação final. Entendemos que será inserida previamente no cód. 05.105.0902-5 o quantitativo suficiente para realização do serviço, está correto este entendimento?

Caso os profissionais apoiem as demais Ecobarreiras:

- b) Sendo necessário o apoio manual atuar em mais de uma ecobarreira, entendemos que será inserida o custo com o deslocamento da mão de obra e ferramenta, atendendo a necessidade do contrato e a legislação trabalhista, já que não consta na planilha orçamentária o item de deslocamento da equipe e nem das ferramentas para deslocar entre as Ecobarreiras?
- c) Ausentando o Profissional da frente de serviço inicialmente designada, a ecobarreira ficará desguarnecida, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo. Está correto este entendimento?

15. PERGUNTA:

Consta no item 4.1 - cód 05.105.0901-5 – da memória de Cálculo a utilização de um 1 único profissional para atender 5(cinco) Barreiras, são elas Barreiras da Eco's 3 (Vila do Pinheiros, 4 (Baixa do Sapateiro), 5 (Nova Holanda, 6 (Rio Ramos), 7 (Rua Darci Vargas).

- a) Entendemos que será necessário da disponibilidade do veículo de apoio para transporte da mão de obra e das ferramentas entre as cinco barreiras. Desta forma solicitamos a inserção do item para atendimento as exigências do Edital.
- b) Com um único Profissional atendendo as 5 frentes de serviços, as ecobarreiras ficarão desguarnecidas, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo, e/ou vandalismo. Está correto este entendimento?
- c) Sendo comprovado a ineficácia de um único profissional para realização de todo serviço de remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação do material na base de coleta e posteriormente carga para transporte até destinação final das 5(cinco) barreiras, entendemos, que acrescido o quantitativo necessário para realização do serviço. Está correto este entendimento?

16. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência – Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras – “O serviço de vigilância será contratado por posto de trabalho x mês trabalhados. Portanto, será considerado que um mês tem 30 dias, considerando sábado e domingo e devendo nunca as bases das Ecobarreiras ficarem desguarnecidas de vigilância”.

Na Minuta de Contrato – Anexo 11 – Edital de Concorrência – Cláusula Décima-Segunda – Parágrafo Segundo – “Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:” “e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços”.

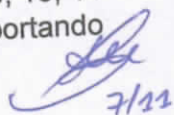
Na Memória de Cálculo do item 1.6 – cód 05.105.0100-5 – Vigia de obra, incluso feriados e finais de semana, está contemplando apenas 9 (nove) postos de vigilâncias, nas Ecobarreiras 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 16, sendo que no edital contemplam 17 (dezessete) Ecobarreiras, ficando 8 barreiras totalmente desguarnecidas.

No edital não consta segurança 24h nas frentes de serviços, em apenas em 9 Ecobarreiras foram contemplados a vigilância no período de 14 horas nos dias semana e de 24h no final de semana e feriado, e em 8 Ecobarreiras não prevê vigilância.

Está previsto no Edital o Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional para atuar em cada Ecobarreiras (Eco's 13, 14 e 17), e um único

profissional para atender a 5 (cinco) Ecobarreiras (Eco's 3, 4, 5, 6 e 7), desta forma sendo impossível realizar as atividades descritas no edital e resguardar a base operacional.

Está previsto no Edital o Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de uma equipe de 2 profissional para atuar nas Ecobarreiras (Eco's 1, 2, 8, 9, 10, 11 e 12), onde removerão o lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas do leito do rio e transportando


7/11

para base para encaminhar para destinação final, ficando claro que não será possível execução do serviço e ainda resguardar a base de apoio.

- O INEA será responsável sobre o furto, roubo, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais, no período que não tiver vigilância nas ecobarreiras, conforme planilha orçamentária? Vale ressaltar que muitas das ecobarreiras encontram-se em área de risco ou próximas delas.

Caso positivo, responder o item a).

- a) Como será restituído o material, ferramenta, máquina, equipamento e qualquer estrutura montado para atendimento do serviço e que seja ou sirva de apoio a CONTRATADA, que venha a ser furtado, roubado ou avariado?

Caso negativo, responder o item b).

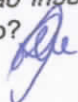
- b) No Orçamento Estimado e Memoria de Cálculo – ANEXO 05 e na Planilha Orçamentária – ANEXO 06, consta apenas 9 (nove) vigias, locados nas Eco's 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 16, no período de 14 horas nos dias semana e de 24h no final de semana e feriado, ficando desguarnecidos 8(oito) Ecobarreiras, as ECO's 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15 e 17. Desta forma, podemos entender que será previamente acrescido na estimativa orçamentária - item de vigia de obra, em quantitativo necessário para atendimento a todas as frentes de serviços durante 24h?

17. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência – Item 7. Mobilização, Tapumes, Trânsito e Sinalização: "Quando os serviços se desenvolverem em vias e/ou áreas públicas deverá a CONTRATADA, proceder a execução de:

- Faixas de seguranças para o livre trânsito de pedestres, especialmente junto às escolas, hospitais e outros pólos de concentração, em perfeitas condições de segurança durante o dia e à noite.
- Proteção das vias de acesso fechadas ao trânsito com barreiras, com a devida sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, ser iluminadas e, em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados.
- Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvios, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.
- Deverá a CONTRATADA providenciar a sinalização dos locais onde se desenvolverão os serviços atendendo à legislação municipal correspondente".

- Para atendimento ao item acima será necessário a confecção de placa, sinalizador, tapume, tela de proteção, entre outros. Podemos entender que os itens necessários para realização do serviço serão acrescidos previamente na planilha orçamentária?
- O INEA será responsável pelas licenças junto aos órgãos competentes para bloqueio, fechamento de vias, caso necessário?
- Será necessário de Operação e Sinalização de Tráfego? Caso positivo, entende-se que esses serviços serão inseridos na planilha orçamentária previamente à sua execução. Está correto esse entendimento?



18. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência - Item 8. Bases Operacionais e Placas de Identificação: "A CONTRATADA será responsável por fornecer e instalar placas de identificação, em locais previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO e conforme legislação da Prefeitura, no modelo INEA.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações fornecidas pela CONTRATADA. Deverão ser confeccionadas em lonas e perfil metálico, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas com pinturas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao plástico pela sua durabilidade e qualidade.

As placas serão afixadas pela CONTRATADA, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. A CONTRATADA será responsável por manter as placas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução do serviço".

- As placas deverão ser colocadas em todas as 17 ecobarreiras? Caso positivo, consta somente 15 placas na memória de cálculo do Edital, desta forma podemos entender que será acrescida previamente na Estimativa Orçamentária?
- Tendo em vista que não consta em nenhuma das 17 Ecobarreiras o serviço de vigilância 24h, as frentes de serviços permanecerão desguarnecidas por um grande período, desta forma poderá haver vandalismo e/ou roubo e/ou furto. Podemos entendemos que, caso necessário, será inserida na Planilha Orçamentária o quantitativo suficiente para reposição de placas de identificação de obra pública, que forem danificadas ou roubadas ou furtadas no período em que tiverem desguarnecidas?

19. PERGUNTA:

- Para uma melhor elaboração do orçamento, solicita-se uma descrição detalhada do estado de conservação das 17 ecobarreiras, já que estão em operação?

20. PERGUNTA:

Conforme Orçamento Estimado e Memoria de Cálculo - ANEXO 05, consta a previsão de 788 und de caçamba Roll-On/Roll-off e 7.265 t de material anual retido, como quadro abaixo.

QUADRO AMOSTRAGEM ULTIMOS 12 MESES DE OPERAÇÃO

ITEM	PERÍODO	QUAND	VOLUME
1	jul/16	30 un.	280,34 t
2	ago/16	52 un.	497,34 t
3	set/16	73 un.	728,33 t
4	out/16	59 un.	610,06 t
5	nov/16	78 un.	680,27 t
6	dez/16	69 un.	522,06 t

7	jan/17	119	un.	924,85	t
8	fev/17	45	un.	471,89	t
9	mar/17	75	un.	798,11	t
10	abr/17	69	un.	666,67	t
11	mai/17	53	un.	433,20	t
12	jun/17	68	un.	651,37	t
MED X MÊS:		66	un.	605,37	t
PREVISÃO ANO		788	un.	7.265	t
PREVISÃO 12/03/18		675	un.	7.265	t

- Se durante a vigência do contrato, for necessário remover uma quantidade de material maior do que o volume estimado no Edital – Planilha orçamentária – ANEXO 06, neste caso, podemos entender que será acrescido previamente o quantitativo necessário do item 4.6 da planilha orçamentária – Coleta e transporte de resíduos em caçamba estacionária "Roll-On/Roll-off", aberta, com capacidade aproximada de 35m³ e no item 4.7 da planilha orçamentária – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizado e/ou licenciado a operar pelos órgãos de controle ambiental, do material excedente?
- Sendo utilizado para disposição final um local autorizado e licenciado para operar pelos órgãos de controle ambiental, mas que não possua balança ou por algum motivo a balança não esteja em condição de constatar o peso(t) real transportado, qual o Peso Específico deverá ser adotado para medir o item 4.5 da planilha orçamentária – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizado e/ou licenciado a operar pelos órgãos de controle ambiental?

21. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência - Termo de Referência – Item 4. Escopo dos Serviços - 2º Carga, transporte e descarga dos materiais até o local de destinação final em área de transbordo ou centro de tratamento de resíduos licenciado.

- Solicitamos a descrição do material (Percentual de lodo) e a análise de caracterização do resíduo oriundo do "SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA

CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", visto que o CTR exige tais informações para recebimento do mesmo.

22. PERGUNTA:

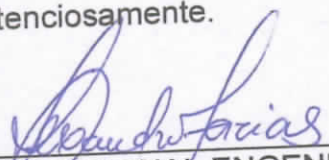
Na Estimativa Orçamentária do Edital de Concorrência consta no item 5.3 – cód 05.103.0002-5 – Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de ¾" e espessura de 3/16". As barras transversais tem diâmetro de 1/4" e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de ½" polegada, 2 tubo de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento.

Na Estimativa Orçamentária do Edital de Concorrência consta no item 5.1 – cód 05.105.0114-5 – Serviço de apoio manual para manutenção: Capina, reposição de barreiras, limpeza etc

- Estamos entendendo que foi considerado no item 5.1 - cód 05.105.0114-5 toda mão de obra qualificada e necessária, para os serviços relacionado ao item 4. Escorpo dos Serviços do Edital – “3º Manutenção preventiva e/ou corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das ecobarreiras bem como das suas bases operacionais”. Está correto este entendimento? **Caso positivo responder, qual a qualificação do profissional considerada pelo órgão na composição do item 5.1 - cód 05.105.0114-5, já que o item não consta na planilha EMOP?**
- Sendo insuficiente o quantitativo de 2 homens para realizar os serviços de Capina, reposição de barreiras, limpeza etc, nas 17 frentes de serviços, conforme memória de cálculo, entendemos que será inserido o quantitativo suficiente para realização do serviço. Está correto este entendimento?
- Como a mão de obra do item 5.1 - cód 05.105.0114-5, realizará atividades nas 17 frentes de serviços, solicitamos que seja inserida na Estimativa Orçamentária o custo do transporte para realizar deslocamento da mão de obra e as ferramentas, atendendo a necessidade do contrato e a legislação trabalhista.

Desde já agradecemos, ficando no aguardo.

Atenciosamente.



DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
ALEXANDRA FARIAS
GER. LICITAÇÃO

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 00.299.904/0001-60
TEL.: (21) 3544-5856
e-mail: alexandraf@dimensionalengenharia.com



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Assunto:	Resposta aos licitantes
Manifestação nº	CN07/2017 – Ecobarreiras E-07/002.8311/2017
Solicitante:	Dimensional Engenharia

À
Assessoria Jurídica de Controle e Acompanhamento Legal - ASCOAL
Com vistas à **DIRAM**

Trata-se de questionamentos apresentados pela empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA, participante do edital de concorrência nacional nº 007/2017 para contratação de responsabilidade desta Diretoria, cujo objeto é **"SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA CONTRIBUNTIES DA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**.

Assim, em atendimento às exigências legais, submete-se resposta aos questionamentos da empresa:

1. PERGUNTA:

No edital de concorrência- Orçamento Estimado- constam códigos dos serviços que não estão contemplados na planilha EMOP, deste modo solicitamos a composição de preço dos itens relacionados abaixo.

- 05.105.0901-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional.
- 05.105.0902-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 2 profissional.
- 19.005.0010-5 – Serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante.
- 04.006.0010-5 – Carga manual e descarga mecânica de detritos com o caminhão toco, capacidade de 8 a 10m³, exclusive ajudantes.
- 04.005.0147-5 – transporte de detrito com utilização de caminhão basculante no toco, capacidade de 8,00 a 10m³, inclusive motorista
- 04.014.0110-5 – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizados e ou licenciados a operar pelos órgãos de controle.
- 05.1050114-5 – serviço de apoio manual para manutenção: Capina, reposição de barreiras, limpeza etc.

inea Instituto Estadual
do Ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- 05.103.0001-5 – Barreiras de contenção flutuante ecológica, material termoplástico, reciclável com proteção anti UV, fornecimento e colocação.
- 05.103.0002-5 – Barreira metálica fabricada em módulos 150x79cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de $\frac{3}{4}$ " e espessura de $\frac{3}{16}$ ". As barras transversais tem diâmetro de $\frac{1}{4}$ " e as extremidades, compondo o quadro são barras redondas de $\frac{1}{2}$ " polegadas, 2 tubos de 1.1/4' STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento

1. Resposta

Vide errata 4, onde constam as respectivas composições solicitadas.

2. PERGUNTA:

O INEA fornecerá as licenças operacionais e ambientais exigidas pelos órgãos competentes, para a execução dos serviços?

2. Resposta

Existe autorização ambiental (AA nº IN 040104) em vigor para operação destas ecobarreiras.

3. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência – Termo de Referência – Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras – “Os recursos alocados nos serviços serão utilizados em regra no horário de 7:00 a 17:00h com intervalo de 01 hora para refeição dos colaboradores, de segunda a sexta e havendo necessidade, devidamente autorizada pela fiscalização, os serviços poderão ter até 02 horas extras diárias, bem como, poderá trabalhar aos sábados, domingos e feriados”.

O horário estabelecido no termo de referência para execução é das 7:00 às 17:00 horas com o intervalo de 01h, havendo a possibilidade de 02 horas extras diárias e inclusive trabalhar aos sábados, domingos e feriados, conforme autorização, e no Orçamento Estimado contempla o pagamento da mão de obra e de equipamento por unidade mês.

- Foi previsto na composição de preço dos itens serviços mecanizados (Cód. 19.005.0010-5) e de apoio manual (Cód. 05.105.0901-5, 05.105.0902-5 e 05.105.0114-5), do Orçamento Estimado, o quantitativo de horas e encargos

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

trabalhista para realização de 2 horas extras diárias e ou trabalhos aos sábados, domingos e feriados, conforme descrito no Edital?

- a) Caso negativo, conforme nosso entendimento será inserido previamente na Estimativa Orçamentária as horas excedentes e seus encargos trabalhistas, necessárias para atender a possível demanda. Está correto este entendimento?
- b) Caso positivo, detalhar os quantitativos e os custos dos encargos trabalhistas para os dias da semana, inclusive das horas extras, dos sábados, dos domingos e dos feriados dos cód's 05.105.0901-5; 05.105.0902-5, 05.105.0114-5 e 19.005.0010-5.

3. Resposta

Vide errata 4. Proceder-se-á conforme composição de preços do item.

4. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência- Termo de referência – Item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras – “deverá ser utilizada uma equipe de 2 profissionais para apoio manual com uso de barco para desprender o material e redirecioná-lo ao ponto de recolhimento mecanizado”.

No Edital de Concorrência – Termo de Referência- item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras- “O equipamento “barco de apoio” será fornecido pelo INEA para guarnecer as ecobarreiras e ser disponibilizado por unidade”

- Como o INEA disponibilizará o barco de apoio para guarnecer as ecobarreiras, podemos entender que órgão disponibilizará também o operador qualificado e todo EPI e EPC necessários para exercer a atividade, conforme legislação trabalhista e marinha? Caso negativo é correto o entendimento de que será previamente inserida na Estimativa Orçamentária o recurso necessário para contratação do operador da embarcação e todos os equipamentos utilizáveis para navegação e transporte de mão de obra, como também os EPI's e EPC's exigidos pela legislação trabalhista e pela marinha?
- Como será realizado o transporte do barco e seu abastecimento, tendo em vista que não está contemplado no Orçamento Estimado? Caso seja imputado a CONTRATADA, podemos entender que o item para transporte da embarcação, o item de transporte de combustível e o item de abastecimento, serão inseridas no Orçamento Estimado, antes da realização dos serviços. Está correto este entendimento?

inea Instituto Estadual
do Ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

4. Resposta

Conforme descrito no Termo de Referência - item 5. Execução dos serviços de operação das Ecobarreiras- O equipamento "barco de apoio" não é de motor a propulsão, logo não deverá ocorrer abastecimento, e será fornecido pelo INEA, sendo disponibilizado em suas devidas bases operacionais, de forma que não haverá necessidade de transporte do mesmo.
Com relação à mão de obra, observar item 4 da composição de preços na errata 4.

5. PERGUNTA:

Conforme Edital de Concorrência- Termo de referência - item 1. Introdução, informa que "A propósito, o sistema de ecobarreiras para a contenção de lixo e vegetação flutuante implantado pode ser descrito como sendo de 2 modelos: um de estruturas de contenção flutuante divididas em módulos de material termoplástico com proteção contra raios ultravioletas e outro sendo uma barreira metálica fabricada em módulos 150x79 cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de $\frac{3}{4}$ " e espessura de $\frac{3}{16}$ ". "As barras transversais tem diâmetro de $\frac{1}{4}$ " e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de $\frac{1}{2}$ " polegadas, 2 tubos de 1. $\frac{1}{4}$ " STD em suas bases inferior e superior conectados, sua instalação sendo por meio de cabos de aço ancorados em blocos de concreto. Este segundo modelo são estruturas que ficam ancoradas na margens dos rios e alcançam uma profundidade que é o bastante para conter maior parte dos detritos sobrenadantes que acompanham a vazão do rio".

A Ecobarreira, de um modo geral, pode ser composta por materiais diversos, instalados no leito do rio com a finalidade reter as vegetações e lixos flutuantes em pontos estratégicos, facilitando assim a remoção e a destinação final, havendo uma grande similaridade na construção, na manutenção, no modo operante e na instalação dos mais diferentes tipos de barreiras".

Conforme o Termo Referência - item 3. Localização das Ecobarreiras implantadas, são 17 (dezessete) Ecobarreiras e somente 6 (seis) Barreiras metálicas, são elas: Eco's 2,8,9,10,11 e 12.

No escopo dos serviços - item 4 do Termo de Referência, consta que: 3ª Manutenção preventiva e ou corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das ecobarreiras bem como das suas bases operacionais. Esta etapa só se aplicará nos casos em que a funcionalidade dos elementos estiver comprometida.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 - Praça Mauá - Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

No item do 5.3 do Orçamento Estimado- cód. 05.103.0002-5 – Barreira metálica fabricada em módulos 150x79 cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de $\frac{3}{4}$ " e espessura de $\frac{3}{16}$ ". "As barras transversais tem diâmetro de $\frac{1}{4}$ " e as extremidades, compondo o quadro são barras redondas de $\frac{1}{2}$ " polegadas, 2 tubos de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento", está sendo remunerado a substituição do m módulo completo no quantitativo de 35 unidades

- Qual a totalidade dos módulos da Barreira metálica que se encontra em funcionamento?

5.1 R: Todos os módulos estão funcionais.

- Atualmente quantos módulos da barreira metálica encontram-se comprometidos?

5.2 R: Vide resposta anterior.

- Na memória de cálculo do item 5.3- Cód. 05.103.0002-5 "Barreira metálica fabricada em módulos 150x 79 cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de $\frac{3}{4}$ " e espessura de $\frac{3}{16}$ ". As barras transversais tem diâmetro de $\frac{1}{4}$ " e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de $\frac{1}{2}$ " polegadas, 2 tubos de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento", encontra-se na descrição que foi adotado como critério para manutenção 15% do total, sendo que no cálculo utilizou somente 10%. Qual o percentual que deverá ser considerado para manutenção?

5.3 R: Deverá ser considerado o que consta no item 5.3 do orçamento.

- Solicitamos que sejam disponibilizadas as cópias dos três orçamentos que serviram de base para criação do item 05.103.0001-5 – Barreiras de contenção ecológica, material termoplástico, reciclável com proteção anti UV, fornecimento e colocação.

5.4 R: Verificar em composição de preços do item 05.103.0001-5, errata 4.

- Solicitamos que sejam disponibilizadas as cópias dos três orçamentos que serviram de base para criação do item 05.103.0002-5 – Barreiras metálicas fabricada em módulos 150x79 cm com barras chatas soldadas de aço galvanizado a fogo com largura de $\frac{3}{4}$ " e espessura de $\frac{3}{16}$ ". As barras transversais tem diâmetro de $\frac{1}{4}$ " e as da extremidade, compondo o quadro são barras redondas de $\frac{1}{2}$ " polegadas, 2 tubos de 1.1/4" STD em suas bases inferior e superior. Fornecimento.

5.5 R: Tais informações estão disponíveis na SECOMP do INEA.

- Na parcela de maior relevância técnica, consta a necessidade de comprovação para "Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas" e " Instalação, manutenção

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria do
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das ecobarreiras e bases operacionais", como no mercado existem diversos tipos de Ecobarreiras, compostas pelos mais variados materiais, entende-se que a especificidade de detalhamento da parcela citada pode induzir a uma restritividade do certame, no caso de não serem aceitas a comprovação de instalação de diferentes tipos de materiais, tendo em vista a similaridade da sua instalação. Serão aceitos outros tipos de Ecobarreiras como comprovação de experiência prévia.

- Consta na parcela de maior relevância técnica, a necessidade de comprovação para "Instalação de sistema de ecobarreiras metálicas" e "Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais" sendo que não está previsto no escopo do serviço a instalação de ecobarreiras e sim a manutenção e recuperação de ecobarreiras, sendo estas fabricadas em módulos, ofertada no mercado, sendo de fácil aplicação, substituição e montagem. Desta forma entende-se que as exigências da parcela de maior relevância está mais elevado do que escopo do serviço, desta forma, a empresa com comprovada expertise na instalação de Barreira de materiais diferentes atenderia plenamente as exigências do edital. Serão aceitos outros tipos de Ecobarreiras como comprovação de experiência prévia?

5.5 R: Considera-se neste caso como Parcela de Maior Relevância Técnica o que consta no anexo 17 do edital, errata 4: Instalação, manutenção preventiva e corretiva para troca de elementos que compõem a estrutura das barreiras e bases operacionais. Sendo assim, não há especificação quanto ao modelo de barreira.

6. PERGUNTA:

* Não consta no Orçamento Estimado e memória de Cálculo – ANEXO 5 e nem na Planilha Orçamentaria- ANEXO 6 – Edital de Concorrência. O item 19.0065.0010-5 – Serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante, e nem o item de 04.005.0350-B – Transporte de equipamentos pesados em carretas, para as ECO's 1,3,4,5,6,7,8,13,14,15,16 e 17. Podemos entender que caso haja necessidade do equipamento, será previamente inserido o quantitativo para realização dos serviços?

6. Resposta:

Entenda-se que o que consta no Termo de Referência e memória de cálculo é o que deve ser seguido.

7. PERGUNTA:

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ- CEP: 20081-312 – Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

No Edital de Concorrência – Termo de Referência – será executada a retirada de lixo e manutenção de 17 Ecobarreiras, instaladas nos principais rios e canais no entorno da baía de Guanabara, conforme quadro 1.

No edital de Concorrência – Orçamento Estimado e Memória de cálculo – ANEXO 05, serão utilizadas somente 5 escavadeiras, nas Ecobarreiras 2,9,10,11,12.

Será necessário deslocamento da escavadeira para atender as frentes de serviços ou a mesma permanecerá fixa nas ecobarreiras 2, 9, 10, 11 e 12? Havendo necessidade, podemos entender que será inserido na Estimativa Orçamentária o transporte entre as frentes de serviço, já que não consta na planilha orçamentária?

7. Resposta:

Segundo o que consta em memória de cálculo, as escavadeiras ficarão fixas a serviço das barreiras especificadas, conforme a própria empresa observou.

8. PERGUNTA:

° Quantas horas (produtivas e improdutivas) foram consideradas para elaboração da composição do item 4.3 do Orçamento Estimado, cód. 19.005.0010-5 – serviço de retirada mecanizada de lixo flutuante, unidade de medida MÊS?

8. Resposta:

Considere o que consta em composição de preços na errata 4.

9. PERGUNTA:

° Quantas horas de mão de obra foi considerada para composição do item 4.1 do Orçamento Estimado, cód. 05.105.0901-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreiras com utilização de 1 profissional, und de medida MÊS?

9. Resposta:

Considere o que consta em composição de preços na errata 4.

10. PERGUNTA:

° Quantas horas de mão de obra foram consideradas para composição do item. 4.2 do Orçamento Estimado, cód. 05.105.0902-5 – Serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 2 profissional, und de medida MÊS?

10. Resposta:

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312 – Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Considere o que consta em composição de preços na errata 4.

11. PERGUNTA:

° Quantas horas de mão de obra foram consideradas para composição do item 5.1 do Orçamento Estimado, cod. 05.105.0114-5 - Serviço de apoio manual para manutenção: capina, reposição de barreiras, limpeza, etc. und. Medida MÊS?

11. Resposta:

Considere o que consta em composição de preços na errata 4.

12. PERGUNTA:

° Como será executado os SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS NAS ECOBARREIRAS 15 e 16, já que não foram contemplados os na memória de cálculo o apoio manual (05.105.0901-5) e (05.0105.0902-5) e nem serviço de retirada mecanizada (19.005.0010-5)

12. Resposta:

Verificar memória de cálculo item 4.1.

13. PERGUNTA:

Consta no orçamento Estimado e Memória de Cálculo – ANEXO 05 – Edital de concorrência – cód. 05.105.0901-5 – Serviço de apoio para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional para cada ecobarreira 13, 14 e 17.

° Os profissionais que realizam o apoio manual ficarão fixos nas ecobarreiras conforme na memória de cálculo ou há possibilidade de apoiar as demais barreiras?

13. Resposta:

A execução deverá ser feita conforme memória de cálculo, logo não haverá deslocamento.

Caso os profissionais fiquem fixos:

- a) Sendo comprovado a ineficácia de um único profissional para realização de todo serviço de remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação do material na base de coleta e posteriormente carga para transporte até destinação final. Conforme nosso entendimento, caso necessite de acrescentar mão

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O Jogo

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

de obra para realização do serviço, será inserida no cód. 05.105.0901-5 o quantitativo suficiente para realização do serviço, está correto este entendimento?

Caso os profissionais apoiem as demais Ecobarreiras:

- b) Sendo necessário o apoio manual atuar em mais de uma barreira, entendemos que será inserida o custo do veículo apropriado para realizar deslocamento da mão de obra e ferramenta, de forma a atender a necessidade do contrato e a legislação trabalhista, já que não consta na planilha orçamentária o item de deslocamento de equipe e nem de ferramentas entre as ecobarreiras?
- c) Ausentando o profissional da frente de serviço inicialmente designado, a ecobarreira vai ficar desguarnecida, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a esta ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo. Está correto este entendimento?

14. PERGUNTA:

Consta no Orçamento Estimado e Memória de Cálculo – ANEXO 05 – Edital de concorrência - cód. 05.105.0902-5 – serviço de apoio manual e remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de equipe de 2 profissionais para utilização nas ecobarreiras 1,2, 8, 9, 10, 11 e 12.
° Os profissionais que realizam o apoio manual ficarão fixos nas ecobarreiras conforme na memória de cálculo ou haverá a possibilidade de apoiar as demais barreiras?

14. Resposta:

A execução deverá ser feita conforme memória de cálculo, logo não haverá deslocamento.

Caso os profissionais fiquem fixos:

- a) Sendo comprovado a ineficácia de apenas 2 profissionais para remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação na base de coleta e posteriormente carga do transporte para destinação final. Entendemos que será inserida previamente no cod. 05.105.0902-5 o quantitativo suficiente para realização do serviço. Está correto este entendimento?

a.R.

A eficácia dos serviços é de responsabilidade da gestão da empresa.

- b) Sendo necessário o apoio manual em atuar em mais de uma ecobarreira, entendemos que será inserida o custo com o deslocamento da mão de obra e ferramenta, atendendo a necessidade de contrato e a legislação trabalhista, já que não consta na planilha orçamentária o item de deslocamento da equipe e nem de ferramentas para deslocar entre as barreiras?

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312 – Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

b.R.

Não será necessário deslocamento.

- c) Ausentando o profissional da frente de serviço inicialmente designado, a ecobarreira vai ficar desguarnecida, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a esta ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo. Está correto este entendimento?

c.R.

É de responsabilidade da empresa a cobertura dos serviços.

15. PERGUNTA:

Consta no item 4.1 – cód. 05.105.0901-5 - da memória de cálculo a utilização de 1 único profissional para atender 5 (cinco) barreiras, são elas: eco 3 (Vila Pinheiro), eco 4 (Baixa do Sapateiro), eco 5 (Nova Holanda), 6 (rio Ramos), eco 7 (rua Darcy Vargas).

- a) Entendemos que será necessário da disponibilidade de veículo de apoio para transporte da mão de obra e das ferramentas entre as cinco barreiras. Desta forma solicitamos a inserção do item para atendimento as exigências do edital.

a.R.

Considerando que tais barreiras se encontram num raio de 1 km de distância entre si, não haverá necessidade de transporte da mão de obra. Para o caso de alguma necessidade de transporte de ferramentas, consta em planilha, item 1, veículo que poderá ser utilizado para este fim.

- b) Com um único profissional atendendo as 5 frentes de serviços, as ecobarreiras ficarão desguarnecidas, desta forma será necessário a inclusão de horas de vigia para cobrir a ausência do profissional ou isentar a CONTRATADA de qualquer dano e/ou furto e/ou roubo, e/ou vandalismo. Está correto este entendimento?

b.R.

Conforme memória de cálculo, não há previsão de vigilância onde não houver contêiner.

- c) Sendo comprovada a ineficácia de um único profissional para realização de todo serviço de remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas na ecobarreira, acomodação do material na base de coleta e posteriormente carga para transporte até destinação final das 5 barreiras, entendemos, que acrescido o

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312 – Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

quantitativo necessário para realização do serviço. Está correto este entendimento?

c.R.

A comissão de fiscalização tomará as providências que julgar necessárias mediante a ocorrência de fato concreto.

16. PERGUNTA:

No edital de Concorrência – Termo de Referência – Item 5. Execução dos serviços de operação das ecobarreiras – “O serviço de vigilância será contratado por posto de trabalho x mês trabalhados. Portanto, será considerado que um mês tem 30 dias, considerando sábado e domingo e devendo nunca as bases das ecobarreiras ficarem desguarnecidas de vigilância”.

Na minuta do Contrato – Anexo 11 – Edital de Concorrência – Cláusula décima segunda – parágrafo segundo – “Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de: e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços.”

Na memória de cálculo do item 1.6 – cód. 05.1050100-5 – Vigia de obra, incluso feriados e finais de semana, está contemplados apenas 9 postos de vigilâncias, nas ecobarreiras 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 16, sendo que no edital contemplam 17 (dezessete) ecobarreiras, ficando 8 barreiras totalmente desguarnecidas.

No edital não consta segurança 24h nas frentes de serviços, em apenas em 9 barreiras foram contemplados a vigilância no período de 14 horas nos dias semana e de 24h no final de semana e feriado, e em 8 ecobarreiras não prevê vigilância.

Está previsto no edital o serviço de apoio manual para remoção do lixo flutuante na ecobarreira com utilização de 1 profissional para atuar em cada ecobarreira (eco's 13, 14, e 17), e um único profissional para atender a 5 (cinco) ecobarreiras (eco's 3, 4, 5, 6 e 7), desta forma sendo impossível realizar as atividades descritas no edital e resguardar a base operacional.

Está previsto no edital o serviço de apoio manual para remoção de lixo flutuante na ecobarreira com utilização de uma equipe de 2 profissionais para atuar nas ecobarreiras (eco's: 1, 2, 8, 9, 10, 11 e 12), onde removerão o lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas do leito do rio transportando para base para encaminhar para destinação final, ficando claro que não será possível execução do serviço e ainda resguardar a base de apoio.

- O INEA será responsável sobre furto, roubo, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais, no período que não tiver vigilância nas ecobarreiras, conforme planilha

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

orçamentária? Vale ressaltar que muitas das ecobarreiras encontram-se em áreas de risco próximas delas.

Caso positivo, responder ao item a).

- a) Como será restituído o material, ferramenta, máquina, equipamento e qualquer estrutura montada para atendimento do serviço e que seja ou sirva de apoio a CONTRATADA, que venha a ser furtado, roubado ou avariado?

a.R. A comissão de fiscalização tomará as providências que julgar necessárias mediante a ocorrência de fato concreto.

Caso negativo, responder o item b).

- b) No Orçamento Estimado e Memória de Cálculo – ANEXO 05 Planilha Orçamentária – ANEXO 06, consta apenas 9 (nove) vigias, locados nas Eco's 1,2,8,9,10,11,12,13 e 16, no período de 14 horas nos dias semana e de 24h no final de semana e feriado, ficando desguarnecidos 8 (oito) Ecobarreiras, as ECO's 3,4,5,6,7,14,15 e 17. Desta forma, podemos entender que será previamente acrescido na estimativa orçamentária – item vigia de obra, em quantitativo necessário para atendimento a todas as frentes de serviços durante 24 horas?

17. PERGUNTA:

No edital de concorrência – Termo de Referência – Item 7. Mobilização. Tapumes, Trânsito e Sinalização: “Quando os serviços se desenvolverem em vias e ou áreas públicas deverá a CONTRATADA, proceder a execução de:

- Faixas de seguranças para livre trânsito de pedestres, especialmente junto às escolas, hospitais e outros polos de concentração, em perfeitas condições de segurança durante o dia e à noite.
- Proteção das vias de acesso fechadas ao trânsito com barreiras, com a devida sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, ser iluminadas e, em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados.
- Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvios, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.
- Deverá a CONTRATADA providenciar a sinalização dos locais onde se desenvolverão os serviços atendendo à legislação municipal correspondente”.
- Para atendimento ao item acima será necessário confecção de placa, sinalizador, tapume, tela de proteção, dentre outros. Podemos entender que os itens necessários para realização do serviço serão acrescidos previamente na planilha orçamentária?

Resposta:

inea Instituto Estadual
do Ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Seguiu-se minuta padrão do edital. No entanto, não haverá necessidade de acréscimo neste quesito à planilha, pois os serviços serão executados dentro das bases operacionais.

- O INEA será responsável pelas licenças junto aos órgãos competentes para bloqueio, fechamento de vias, caso necessário?

Resposta:

A execução é de responsabilidade da contratada.

- Será necessário Operação e Sinalização de tráfego? Caso positivo, entende-se que esses serviços serão inseridos na planilha orçamentária previamente à sua execução. Está correto esse entendimento?

Resposta:

Não haverá necessidade, visto que toda manobra deverá ocorrer dentro da área da base operacional.

18. PERGUNTA:

No Edital de Concorrência – Termo de Referência – Item 8. Bases operacionais e Placas de Identificação: “A CONTRATADA será responsável por fornecer e instalar placas de identificação, em locais previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO e conforme legislação da Prefeitura, no modelo INEA.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas. Proporções e demais orientações fornecidas pela CONTRATADA. Deverão ser confeccionadas em lonas e perfil metálico, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas com pinturas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao plástico pela sua durabilidade e qualidade.

As placas serão afixadas pela CONTRATADA, em local visível preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. A CONTRATADA será responsável por manter as placas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução do serviço.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- As placas deverão ser colocadas em todas as 17 ecobarreiras? Caso positivo, consta somente 15 placas na memória de cálculo do Edital, desta forma podemos entender que será acrescida previamente na Estimativa Orçamentária?

Resposta:

Consultar memória de cálculo e planilha orçamentária, onde constam 84 m².

- Tendo em vista que não consta em nenhuma das 17 Ecobarreiras do serviço de vigilância 24h, as frentes de serviços permanecerão desguarnecidas por um grande período, desta forma poderá haver vandalismo e ou roubo e ou furto. Podemos entender que, caso necessário, será inserida na Planilha Orçamentária o quantitativo suficiente para reposição de placas de identificação de obra pública que forem danificadas ou roubadas ou furtadas no período em que tiverem desguarnecidas?

Resposta:

A empresa deverá proceder conforme o que consta em Termo de referência e planilha orçamentária. A comissão de fiscalização tomará as providências que julgar necessárias mediante a ocorrência de fato concreto.

19. PERGUNTA:

- Para uma melhor elaboração do orçamento, solicita-se uma descrição detalhada do estado de conservação das 17 ecobarreiras, já que estão em operação?

19.R: Trata-se de um contrato de operação e de manutenção remunerado por custo unitário de serviços prestados. Considerando o atual estado de conservação das 17 ecobarreiras que estão disponíveis à visita, o detalhamento dos serviços necessários já constam na planilha orçamentária.

20. PERGUNTA:

- Conforme Orçamento Estimado e Memória de Cálculo – ANEXO 05, consta a previsão de 788 und. De caçamba Roll- On // Roll - off e 7.265 t. de material anual retido, como quadro abaixo.

QUADRO AMOSTRAGEM ULTIMOS 12 MESES DE OPERAÇÃO

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ- CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

ITEM	PERIODO	QUAND.	VOLUME
1	Jul/16	30 und.	280,34 t
2	Ago/16	52 und.	497,34 t
3	Set/16	73 und.	728,33 t
4	Out/16	59 und.	610,06 t
5	Nov/16	78 und.	680,27 t
6	Dez/16	69 und.	522,06 t
7	Jan/17	119 und	924,85 t
8	Fev/17	45 und	471,89 t
9	Mar/17	75 und	798,11 t
10	Abr/17	69 und	666,67 t
11	Mai/17	53 und.	433,20t
12	Jun/17	68 und	651,37 t
	MED X MÊS	66 und	605,37 t
	PREVISÃO ANO	788 und.	7.265 t
	PREVISÃO 12/03/18	675 und.	7.265

- Se durante a vigência do contrato, for necessário remover uma quantidade de material maior do que o volume estimado no Edital – planilha orçamentária – ANEXO 06, neste caso, podemos entender que será acrescido previamente o quantitativo necessário do item 4.6 da planilha orçamentária – Coleta e transporte de resíduos em caçamba estacionária “Roll-on // Roll – off”, aberta, com capacidade aproximada de 35 m³ e no item 4.7 da planilha orçamentária – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizado e ou licenciado a operar pelos órgãos de controle ambiental, do material excedente?

Resposta:

A comissão de fiscalização tomará as providências que julgar necessárias mediante a ocorrência de fato concreto.

- Sendo utilizado para disposição final um local autorizado e licenciado para operar pelos órgãos de controle ambiental, mas que não possua balança ou por algum motivo a balança não esteja em condição de constatar o peso (t) real transportado, qual o peso específico deverá ser adotado para medir o item 4.5 da planilha orçamentária – Descarga de materiais e resíduos em locais de disposição final autorizado e ou licenciado a operar pelos órgãos de controle ambiental?
- Caberá à contratada a forma de gestão para proceder conforme edital.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria do
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avênida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312 – Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br

ANEXO 05



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A n° E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

Controle de Versões

Versão	Data	Autor	Notas da Revisão
00	06/07/2017	ASCOAL	
01	08/08/2017	ASCOAL	
02	15/12/2017	ASCOAL	Atendimento às determinações do TCE-RJ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA
CONCORRÊNCIA n° _____/2017

1- INTRODUÇÃO

1.1 O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA torna público que, devidamente autorizada pelo seu Presidente, no Processo Administrativo n.º E-07/002.8311/2017, **fará realizar** no dia _____, às _____ horas, no _____ ANDAR, SALA _____, na Av. Venezuela, n.º. 110, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO**, e **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.06, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, pelo Decreto n.º 3.149, de 28/04/80 e Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, normas estas que os Licitantes e interessados declaram conhecer.

1.2 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

1.3 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) Toners originais da marca/modelo HP Laser Jet P1505n – código CB436A, na Av. Venezuela, 110, 4º Andar, Sala 409 - Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

1.4 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Av. Venezuela, 110, 4º Andar, Sala 409, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, ou por meio do telefax n.º (21) 2334-9430.

1.4.1 Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados observado o disposto no item 1.2.

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: : Av. Venezuela, 110, 4º Andar, Sala 409, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, ou por meio do telefax n.º (21) 2334-9430.

1.5.1 Caberá ao Presidente do INEA, auxiliado pelo Presidente da Comissão de Licitação, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.2.

2- DO OBJETO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

2.1 O objeto da presente **CONCORRÊNCIA** consiste em “**SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUATICAS EM DIVERSOS CURSOS D’ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA**”, conforme especificado e quantificado no Termo de Referência (**Anexo 07**) deste Edital.

2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas parcelas de maior relevância técnica as constantes do **Anexo 17**.

3- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 O valor global estimado da obra (limite estabelecido), com base na Planilha de Custos Unitários (Anexo 05 - Orçamento), referente ao Boletim EMOP do mês de Setembro de 2017, é de **R\$ 7.905.587,43 (sete milhões, novecentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos)**.

FONTE: 104
PROGRAMA DE TRABALHO: 24041751201623977
NATUREZA DA DESPESA: 4490

4 - TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 A presente licitação rege-se pelo **tipo menor preço global** e regime de empreitada por **preço unitário**.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente Concorrência todas as empresas interessadas, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A n° E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

5.2 Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

5.2.1 Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a penalidade em qualquer esfera da Administração Pública.

5.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

5.5 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

6. DA FASE DA HABILITAÇÃO

6.1. DOS CADASTRADOS

6.1.1 Poderão participar da licitação os inscritos no Registro Central de Fornecedores mantido pela Superintendência de Suprimentos da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG ou no Registro Geral de Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro – RGE, a cargo da EMOP, mediante a entrega, na data de apresentação das propostas de cópia autenticada do citado registro e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

6.1.2 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1; 6.4.1; alínea a, do item 6.5.1 e 6.7.1.

6.1.3 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no subitem 6.6.1.

6.2 DOS NÃO CADASTRADOS

6.2.1 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nas cláusulas 6.3 a 6.7, observando-se a cláusula 6.8, em qualquer caso.

6.2.2. A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Registro Central de Fornecedores ou no Registro Geral de Empreiteiros, o qual se subordinam a análise por parte do órgão central respectivo em processo específico e segundo as normas vigentes.

6.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada do instrumento de nomeação dos diretores em exercício.

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do CC, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do CC, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia que o aprova, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

h) Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do **Anexo 14**, do Edital.

6.4 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da certidão de tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (ICMS), mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado e Finanças e Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou ainda, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
- d.1) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positivas com efeitos de negativa), ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
- d.2) Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre serviço de qualquer natureza.
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- h) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante;

6.4.2 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

6.4.3 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

6.4.4 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

6.4.5 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.5.1.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

a) **Índice de Liquidez Geral:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que **1,0 (um)**, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1,0$$

b) **Índice de Liquidez Corrente:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que **1,0 (um)**, apurado nas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > \text{OU} = 1,0$$

c) **Índice de Endividamento:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que **1,0 (um)**, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} = \text{OU} < 1,0$$

6.5.2 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

6.5.2.1 Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a **R\$ 790.558,74 (setecentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, relativo ao valor estimado para a contratação.

6.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

b) apresentação de atestado (s) de responsabilidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, que comprovem aptidão pertinente e compatível do licitante com o objeto da licitação, conforme descritos no ANEXO 17.

c) prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2;

c.1) comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à licitante, a ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro no CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviço, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

c.2) em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante ou a cópia autenticada do Livro de Registros de Ações servirá de documento à comprovação do vínculo, que deve vir acompanhado de declaração do sócio em questão, na qual se comprometerá a não se retirar da sociedade antes de encerrada a prestação de serviço;

c.3) a declaração a que se refere o item c.2 deverá contar com a anuência da sociedade que a ela se vincula;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

c.4) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas;

d) declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;

f) prova da disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, em conformidade com o quadro que constitui o Anexo 18, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

6.6.2. Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópia autenticada das respectivas certidões de registro no CREA/CAU, relativas aos serviços atestados.

6.6.3. Atestado de visita, que será fornecido pela Diretoria de Recuperação Ambiental-DIRAM, devendo comparecer preposto credenciado pela empresa licitante desde que a visita seja previamente agendada com o órgão antes da realização do certame. Podendo ser substituída por uma declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham onerar a Administração.

6.7 – DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

6.7.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do **Anexo 13**, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

6.8 – DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

6.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.8.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.9 – DAS COOPERATIVAS

6.9.1 - Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências da cláusula 6.2.1 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

I – ata de fundação;

II – estatuto (com ata da assembléia de aprovação);

III – regimento interno (com ata da aprovação);

IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V – edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VI – registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;

VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

6.9.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

7- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1 No local, data e hora fixados na cláusula 1.1, apresentarão os licitantes suas propostas em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I - ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº ____/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II - ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº ____/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

7.2 Os documentos dos envelopes “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e “B” - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

7.3 Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, encadernados, com as folhas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante. A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticados pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzidos por tradutor juramentado.

7.4 Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a abertura do envelope A.

7.5 O ENVELOPE "A" conterá os documentos especificados na cláusula 6.

7.6 Os documentos do ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados em 04 (quatro) vias, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (**Anexo 08**) ou modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico ou digitado e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

7.6-A O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta comercial, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do **Anexo 9**.

7.7 O ENVELOPE "B" (PROPOSTA DE PREÇOS) deverá conter: a Proposta de Preço em duas vias, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, apresentados em pasta, preenchidos, por meio mecânico, sem emenda, rasura, entrelinha ou ressalva.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

7.8 A Proposta de Preço (**Anexo 8**), modelo fornecido pela Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricado pelo representante legal, deverá informar o preço total dos serviços a executar, referente ao mês da apresentação da proposta, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso, e ser devidamente assinada pelo representante legal do Licitante.

7.9 Na hipótese de fornecimento de novos modelos da Proposta de Preço, estas somente serão entregues mediante devolução das anteriormente fornecidas ao Licitante.

7.10 A Planilha Orçamentária, que constitui o **Anexo 6**, deverá ser preenchida pelo Licitante, com informação expressa referente aos seus custos unitários, em moeda corrente, respeitante ao mês de apresentação da proposta, constando ainda o total por item e o somatório.

7.11 No preço proposto e apresentado em moeda nacional serão computadas todas as despesas para execução dos serviços, a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente Concorrência e todas as despesas com instalação do canteiro dos serviços, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI – Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta Concorrência, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.

7.12 A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelo (**Anexo 16**), discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

7.13 O BDI máximo admitido nesta licitação é de **22% (vinte e dois por cento)**, devendo cada licitante preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI.

7.14 Na forma do disposto no § único, do art. 1º, do Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, todos os itens da planilha orçamentária deverão ser objeto de composição detalhada, especificando os preços unitários e quantidades de materiais, mão de obra, equipamentos, despesas indiretas e/ou quaisquer outros insumos que tenham sido considerados por ocasião da fixação do preço unitário.

7.15 Caso os valores planilhados, em alguns itens, tenham sido coletados diretamente do mercado, deverão ser enviadas as pesquisas de mercado que lhe deram origem, contendo a identificação da empresa consultada, as especificações completas do material cotado, com vistas a permitir a verificação da compatibilidade entre os preços estimados e aqueles de mercado.

7.16 O Cronograma Físico-Financeiro dos serviços, obedecendo ao prazo previsto no item 7.1, conforme modelo, que constitui o **Anexo 4**, deverá conter o percentual do valor de cada categoria de serviço em relação ao valor total, indicado mês a mês, obedecendo, ainda, desembolso financeiro acumulado máximo, conforme abaixo descrito:

7.17 Da memória de cálculo deverão constar todos os itens planilhados.

7.18 Da Planilha Orçamentária não deverão constar orçados em separado os insumos de mão de obra e equipamentos, por serem parte dos serviços contratados, evitando-se a duplicidade de sua previsão.

7.19 As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação, junto com os envelopes "A" e "B". Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida nesta cláusula, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

7.20 Do instrumento procuratório mencionado na cláusula 7.19 acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

7.21 A carta de credenciamento (**Anexo 1**), a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere a cláusula, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

7.22 Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

7.23 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

7.24 Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão de Licitação.

8 - DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes "A" e "B", apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto, deverão estar munidos da carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.

8.1.1 Além dos documentos mencionados no item 8.1, os licitantes deverão apresentar fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo 19 – Declaração de inexistência de penalidade;**

8.1.2 Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

8.1.3 Caso o Licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 8.1.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Comissão de Licitação declarar tal condição.

8.2 A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando, todavia, aqueles que se apresentem sem o devido credenciamento impossibilitados de responder pelo Licitante e, em seu nome, praticar qualquer ato.

8.3 Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A” e “B” de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os envelopes “A” de todos os



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão de Licitação. Após a abertura dos envelopes "A", a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

8.4 No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os envelopes "B" serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

8.5 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes "A" será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas na cláusula 6 deste edital.

8.6 Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇOS, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação.

8.7 Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇOS, observado o prazo de recurso estabelecido em lei. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

8.8 Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

8.9 No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertos os Envelopes “B” - PROPOSTAS DE PREÇOS dos licitantes habilitados, as quais serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes de cada licitante, e devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “B” Proposta de Preços, mediante recibo.

8.10 As Planilhas Orçamentárias serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

8.10.1 Erro de multiplicação do custo unitário pela quantidade correspondente - será retificado, mantendo-se o custo unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.

8.10.2 Erro de adição - será retificado conservando-se parcelas corretas e trocando-se a soma.

8.11 O preço total, apresentado na Proposta de Preços, corrigido pela Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com os procedimentos constantes no **subitem 8.10** e após anuência do Licitante, constituirá o valor da proposta. Se o Licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

8.12 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital, aquelas com preço excessivo, e aquelas que tiverem preço manifestamente inexecutável.

8.13 Considerar-se-á de preço excessivo a proposta com valor superior ao limite estabelecido neste Edital.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

8.14 Em conformidade com o § 1º, art. 48, Lei Federal n.º 8.666/93, presumem-se inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I – média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para a contratação;

II – valor estimado da contratação;

8.15 Poderão, também, ser consideradas inexequíveis as propostas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os do mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução e objeto do contrato.

8.16 Nas hipóteses das cláusulas 8.13 e 8.14, deverá a Comissão fixar prazo não inferior a 72 horas para que o (s) Licitante (s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhes a composição de preços unitários para comparação com insumos e salários de mercado. A demonstração será acompanhada, pelo menos, dos seguintes documentos e informações:

- a) número, mês e ano da publicação pesquisada, de onde foram retirados os preços dos materiais e da mão-de-obra, bem como, em cada item, o número da respectiva página pesquisada, anexando sua cópia;
- b) quando se tratar de preços pesquisados no mercado, o Licitante adotará o procedimento anterior também com relação ao preço da mão-de-obra e apresentará declaração do fornecedor, comprometendo-se a vender o material pelo preço constante da sua Proposta de Preços;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

c) quando o Licitante alegar a propriedade do material terá que comprová-lo por meio idôneo ou mediante a juntada da respectiva nota fiscal emitida em seu nome.

8.17 O Licitante terá sua proposta de preços desclassificada, nas seguintes hipóteses:

- a) se deixar de cotar qualquer um dos itens ou alterar a(s) quantidade(s) constante(s) da Planilha Orçamentária (**Anexo 06**);
- b) se cotar preços diferentes para uma mesma composição;
- c) se apresentar a Proposta de Preços (**Anexo 08**) em outra forma que não a prevista neste edital;
- d) ultrapassar o preço global estimado no item 3.2
- e) se o preço unitário ultrapassar os limites admitidos no orçamento estimado, na forma do previsto no Decreto n.º 42.445, de 04.05.10.
- f) apresentar BDI acima do percentual de 22% (vinte e dois por cento).

8.18 Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o menor preço total.

8.19 No caso de empate entre as propostas de menor preço será utilizado o critério de sorteio, em ato público, com a presença de todos os licitantes.

8.20 Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

8.21 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% àquela mais bem classificada.

8.22 Havendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

8.22.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, proposta escrita de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese na qual terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.22.2 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

8.22.3 Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas com vistas a se identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.24 Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

8.25 O julgamento das propostas de preços (envelope “B”) e a sua classificação final será objeto de ata circunstanciada, que será assinada pelos Licitantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

8.26 Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados que ainda não tiverem retirado os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser notificados a fazê-lo, no prazo de 60 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

8.27 O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ 26/03 e a Resolução SER 047/2003, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.28 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério do INEA. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.28.1 A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pelo INEA quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

8.28.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula 8.28 implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

8.666/93, sendo facultado ao INEA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.29 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

8.29.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do INEA este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.30 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.31 A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

9- DA ADJUDICAÇÃO

9.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Presidente do INEA, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

9.2 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá o INEA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A n° E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

9.3 Na forma do disposto na Lei n° 7.258 de 12.04.2016, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil empregados, 5% (cinco por cento)

9.4 Na hipótese de não atendimento do disposto na cláusula 9.3, poderá a Administração contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o art. 64, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, na forma prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

9.5 Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

9.6 O licitante vencedor deverá demonstrar, mediante declaração a ser apresentada no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços, com fornecimento de mão-de-obra, que procede à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o art. 1º do Decreto n.º 36.414 de 25.10.2004.

9.7 O licitante vencedor que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados fica dispensado do cumprimento do item 9.3 supra, devendo apresentar declaração na qual informa a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

quantidade de funcionários que compõem o referido quadro, como condição precedente à assinatura do contrato.

10 - DO PRAZO

10.1 O prazo de vigência do contrato será de **14 (quatorze) meses**, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

10.2 O prazo máximo para a execução é de **12 (doze) meses** corridos e será contado a partir da autorização para início, que será expedida em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato.

10.3 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista que não se trata de serviço contínuo.

11. DA GARANTIA

11.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contando da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o §1º do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

11.2 As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

11.3 Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", art. 48, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, será exigida para



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e o valor da correspondente proposta.

11.4 O levantamento da caução contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.

11.5 Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao contratante, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

11.6 Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o INEA se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela contratada, na recomposição das perdas e danos sofridos. A contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à sua notificação.

11.7 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa Contratada deverá complementar, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, o valor da caução para que seja mantido o percentual de origem do valor do Contrato.

11.8 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

11.9 A garantia apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida pelo licitante, cobrirá os seguintes eventos, dentre outros: prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada, prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

12. MEDIÇÕES

12.1 A contratada deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Memorando de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição:

a) O Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes;

b) O visto do CREA-RJ, caso o Licitante seja de outro Estado da Federação.

12.2. As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pelo INEA justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com o Manual de Fiscalização do INEA.

12.3 As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos *croquis* de cálculo das quantidades medidas) com identificação dos locais da sua realização.

12.4 Nos projetos de Arquitetura, Cálculo Estrutural e Geotecnia e de Instalações prediais e especiais, a medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais mencionados para o seu pagamento:

12.5 Caso haja necessidade de acréscimo no item “Administração Local”, durante a execução contratual, seu valor não poderá a mesma relação percentual, entre o valor do referido item e o valor total contratado.

12.6 O Instituto Estadual do Ambiente, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, após a medição, entregará ao Contratado o cálculo da medição, para fins de faturamento.

12.7 Para fins da medição dos serviços, em consonância com os itens **12.3** e **12.4**, o item “administração local” deverá ser cobrado na proporção do percentual da execução das obras.

12.8 Os serviços de ensecadeira, escoramento e esgotamento de vala somente serão executados após detalhado levantamento de dados sobre o terreno, especialmente sondagens e ensaios, de modo a constatar informações como nível de água, talude natural e índices de suporte, que devem servir de base para a tomada de decisão sobre as soluções técnicas mais recomendadas, bem como, as quantidades de serviço envolvidas, devendo-se anotar em diário de obras as condições executivas observadas no canteiro.

12.9 A medição do item de transporte deverá indicar a origem, o destino, o percurso e o equipamento utilizado.

12.10 Não serão aceitas solicitações para alterações nas velocidades de transportes, após a realização da licitação. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos. Somente serão aceitas solicitações para alteração das velocidades de transporte, após a realização da licitação, no caso de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

impedimento à execução do objeto em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo ser esta modificação tecnicamente demonstrada e justificada.

12.11 O adequado controle dos serviços de remoção dos resíduos descarregados deverá ser realizado por tiquetes da balança de pesagem dos caminhões na entrada dos locais de disposição final.

13 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

13.1 O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, na forma prevista no inciso I, alínea "a", do Art. 73, da Lei Federal n.º 8.666/93.

b) definitivamente, na forma do inciso I, alínea "b", do Art. 73, da lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade do Contratado, conforme disposto no item seguinte.

13.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.3 A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

13.4 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

13.5 A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

13.6 A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

13.7 A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 13.6 e 13.7 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

13.8 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

13.9 No caso do item 13.8, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

14 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

14.2 A cada 30 (trinta) dias fará o CONTRATADO a emissão das faturas dos serviços realizados, aceitos e verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro (Anexo 3) e obedecido o sistema de medições previsto na cláusula 12.

14.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

14.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

14.3.2 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

14.4 O contratado deverá apresentar, juntamente com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no serviço.

14.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

14.6 O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificado pela Presidente do INEA será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados.

14.7 O pagamento de serviços executados antes das datas previstas nos cronogramas (serviços adiantados) dependerá das disponibilidades de caixa do CONTRATANTE, observado o percentual de desconto a que se refere a cláusula 14.5.

14.8 O pagamento somente será liberado mediante apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos, que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

- a) respectivas medições, faturas e notas fiscais;
- b) comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária;
- c) comprovante de recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

d) Cópia do documento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA, a ser apresentado no caso da realização da primeira medição ou quando houver alteração do profissional responsável.

14.9 Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização, justificando-se nos autos toda e qualquer divergência em relação à estimativa.

14.10 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data-base do orçamento, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo índice setorial das Famílias do Boletim Mensal de Custos publicado pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP e, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001, conforme representado pela seguinte fórmula:

$PR = (IM/IO) \times PO$, onde:

PR - preço unitário após o reajustamento estabelecido;

IM - índice mensal relativo ao 12º mês contado da data base do orçamento;

IO - índice relativo ao mês da data base do orçamento;

PO - Preço Unitário contratual;

14.11 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

14.12 Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

14.13 É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

14.14 Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

14.15 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

15.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

15.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

15.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 15.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

15.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 15.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

15.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 15.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

15.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 15.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

15.5 A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida nos itens 13.6 e 13.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

15.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 15.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

15.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do item 15.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

15.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

15.9 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 15.1, e no item 15.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

15.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

15.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 15.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 15.1.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

15.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

15.13 As penalidades previstas no item 15.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

15.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

15.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **INEA** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

15.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 14.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:
DIRAM/ASJUD
ID: 443156-3

Fls.

16 - DOS RECURSOS

16.1 Os recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos à Presidente do INEA. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

16.2 A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços, terão efeito suspensivo.

16.4 A intimação dos atos referidos nas alíneas *a, b, c e e* do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

17 – FORO

17.1. É competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação, à contratação e à execução dela decorrentes o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

18.1 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração que não corresponda à realidade dos fatos.

18.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

18.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6 Serão disponibilizadas para todos os licitantes as memórias de cálculo dos quantitativos dos serviços planilhados, possibilitando a estes visualizar com clareza os quantitativos estimados.

18.7 É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.8 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
P.A nº E-07/002.8311/017	
Data: 23/06/2017	Fls.
Rubrica: DIRAM/ASJUD ID: 443156-3	

19 - DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Só será admitida a subcontratação de partes da obra que contemplem serviços indicados no **ANEXO 20**.

19.2 A subcontratação será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE. As consultas deverão vir acompanhadas da qualificação técnica da empresa subcontratada.

19.3 Os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelos contratados, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

19.4 A subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integral e solidariamente responsável perante à realização dos serviços.

19.5 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pela CONTRATADA.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017.

Ruy Vaz

Diretor de Recuperação Ambiental

Lincoln Murcia

Coordenador Executivo e de Planejamento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

P.A nº E-07/002.8311/017

Data: 23/06/2017

Rubrica:

DIRAM/ASJUD

ID: 443156-3

Fls.

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria
CREA-RJ 1983102782

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Rua Manuel Duarte 68 – São Francisco – Niterói – RJ - CEP 24360-520
Tel/Fax.: (21) 2611-2380 – (21) 98661-0095 – email: joaolsmcardoso@gmail.com

INSTITUIÇÕES E EMPRESAS ATENDIDAS:

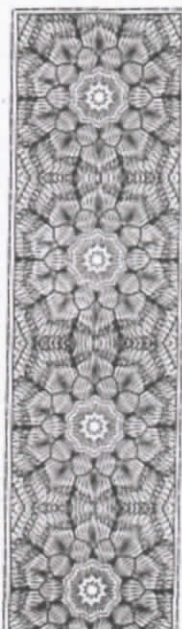
- 01 - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU.
- 02 - JOÃO FORTES ENGENHARIA S/A
- 03 - FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER.
- 04 - FUNDAÇÃO CERJ DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS.
- 05 - MITRA ARQUIOCESANA DE NITERÓI.
- 06 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CERJ.
- 07 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ .
- 08 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ALCÂNTARA – MACASA.
- 09 - RIO DIESEL VEÍCULOS E PEÇAS S/A.
- 10 - AUTO VIAÇÃO BANGU.
- 11 - EVANIL TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- 11 - YAMAGATA ENGENHARIA S/A – YESA.
- 12 - SAUER S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS.
- 13 - COMPANHIA BRASILEIRA DE HOTÉIS RITZ.
- 14 - SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A.
- 15 - A. DIAS CURVELLO EMPREENDIMENTOS IMOB. E PARTICIPAÇÕES.
- 16 - SERVIÇOS ELÉTRICOS E MATERIAIS PARA INDÚSTRIA S/A – SEMISA.
- 17 - N. B. ENGENHARIA S/A.
- 18 - HOTÉIS OTHON S/A.
- 19 - REDE DE HOTEIS GANDARA S/A.
- 20 - VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA.
- 21 - VILLA RÉGIA EMPRESA HOTELEIRA LTDA.
- 22 - HOTEL E RESTAURANTE MIRAMAR
- 23 - HOTEL PRAIAMAR.
- 24 - PLANETÁRIA TURISMO HOTELEIRO LTDA.
- 25 - SHALIMAR HOTEL LTDA.
- 26 - HOTEL JARDIM GÁVEA.
- 27 - VIAÇÃO SENHOR DO BONFIM LTDA.
- 28 - CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE N. S. DE FÁTIMA DE NOVA IGUAÇU S/A.
- 29 - CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SÃO JOSÉ LTDA.
- 30 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ONCOLOGIA - IBO.
- 31 - TARMON ENGENHARIA LTDA.
- 32 - CIMARTE ARTEFATOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
- 33 - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO – UNIMED.
- 34 - IMG - ICARAÍ MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
- 35 - CHEADE ENGENHARIA LTDA.
- 36 - CENTRO PRO-MELHORAMENTOS DE SANTA ROSA.
- 37 - CONSTRUTORA FERNANDES MACIEL LTDA.
- 38 - BACUS CONSTRUTORA LTDA.
- 39 - EBIM S/A – INDÚSTRIA NAVAL.
- 40 - PGS INVESTIGAÇÃO PETROLÍFERA LTDA.
- 41 - SETAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A.
- 42 - VERITAS DO BRASIL LTDA.
- 43 - HALLIBURTON PRODUTOS LTDA.
- 44 - SOTER – SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA S/A.
- 45 - JPR PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 46 - CONTESI CONSTRUÇÕES LTDA.
- 47 - ITAUBA ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 48 - PINTO DE ALMEIDA ENGENHARIA S/A.
- 49 - PANALPINA LTDA.
- 50 - SHELL DO BRASIL LTDA.
- 51 - ALFANAVE TRANSPORTES MARÍTIMOS S/A.
- 52 - EL PASO ÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.
- 53 - MACASA – MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- 54 - NIGATEC INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA.
- 54 - ENGELETO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria
CREA-RJ 1983102782

- 56 - CREDIBOM – COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES E DA DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
- 57- OCEÂNICO DAY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
- 58 - INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA LTDA.
- 59 - MOTO CAR MOTO CARIOCA LTDA.
- 60 - J. W. GINÁSTICA LTDA – BODY TECH
- 61 - GACOM – PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 62 - ELEVADORES TONUS DO BRASIL LTDA.
- 63 - FORNECEDORA DE CARNES NOVA GAÚCHA LTDA.
- 64 - AUTO LOTAÇÃO INGÁ LTDA.
- 65 - APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
- 66 - AUTO LOTAÇÃO MAUÁ.
- 67 - PENDOTIBA IMOBILIÁRIA LTDA.
- 68 - JM CONSTRUÇÕES LTDA.
- 69 - PREMAG – SISTEMA DE CONSTRUÇÕES LTDA.
- 70 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VOLPI.
- 71 - BOTAFOGO TRADE CENTER SPE LTDA.
- 72 - CONDOMÍNIO LÊS RESIDENCE SAINT TROPEZ
- 73 - WROBEL ENGENHARIA LTDA.
- 74 - BRASCO LOGISTICA OFFSHORE LTDA.
- 75 - LRM – CONSTRUÇÕES LTDA.
- 76 - CONSTROY CONSTRUÇÕES LTDA.
- 77 - ARTE CONCRETA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
- 78 - CASAS GUANABARA DE COMESTÍVEIS LTDA.
- 79 - CAP FERRAT ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S/A.
- 80 - ANFRA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.
- 81 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ELIZIO PAULO VIEIRA.
- 82 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ITABAIANA.
- 83 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LIDO BUSINESS.
- 84 - ALIPIZZ ALIMENTAÇÃO E COMESTÍVEIS LTDA – MISTER PIZZA.
- 85 - RESTAURANTE SUNSAKI LTDA.
- 86 - PLACON – PLANEJAMENTO, CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.
- 88 - CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.
- 89 - CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.
- 90 - TÉCNICAS ELETRO MECÂNICAS TELEM S.A.
- 91 – CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO
- 92 – THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO
- 93 - À EQUIPE - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 94 - GRUPO AVANÇO E ALIADOS LTDA.
- 95 - FACTUAL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.
- 96 – SEGAL E COSTA ADVOGADOS
- 97 - DELITE CONSTRUÇÕES LTDA.
- 98 - J. W. GINÁSTICA LTDA.
- 99 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
- 100 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BOTAFOGO PRIVILEGE.



uff



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CERTIFICADO

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e o PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO

TRABALHO

realizado no período de AGOSTO/1997 a AGOSTO/1998, com carga horária total de 660h horas,

confere o presente CERTIFICADO a JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO

nascido (a) 18/05/58 nacionalidade BRASILEIRA natural RIO DE JANEIRO

Cédula de Identidade nº 83102782-D expedida CREA - RJ

Niterói, 29 de JANEIRO de 19 99

Prof. Eng. Sérgio Antonio Abunahman
Coordenador

Prof. Eng. Paulo Cesar M. Santos, M.Sc.
Vice Diretor da Escola de Engenharia

Prof. Eng. Paulo Cesar M. Santos, M.Sc.
Vice Diretor da Escola de Engenharia

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria
CREA-RJ 1983102782

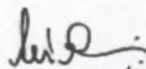


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

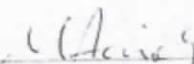
CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE O ENG. JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
PARTICIPOU do 1º CURSO DE EXTENSÃO EM ENGENHARIA LEGAL E DE AVALIAÇÕES, como CONFERENCISTA
REALIZADO no período de 07 de maio de 1990 a 13 de junho de 1990, com a duração de 60 horas (48 teor. + 12 prat.)

NITERÓI, RJ 13 de junho de 1990


COORDENADOR DO EVENTO
PROF. ENG. SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
Matr. U.F.F. nº 2161-2


PARTICIPANTE


PRO-REITOR DE EXTENSÃO
PROF. ENG. PAULO CEZAR DE MAGALHÃES BASTOS
Matr. U.F.F. nº 2161-3

 CREA-RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE ESCOLA DE ENGENHARIA ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA FLUMINENSE DE ENGENHARIA	 A C F E
<h2>C E R T I F I C A D O</h2>		
Conferido a: JOÃO LUIS S. M. CARDOSO.		
Por ter participado do julgamento simulado do curso de: "ENGENHARIA LEGAL, DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS JUDICIAIS."		
Realizado no período de: 27 de Março a 26 de Abril de 2001.		
 Prof Eng. Sérgio Antonio Abunahman, Not.Esp. Coordenador Técnico Instrutor	 Prof Eng. Paulo Cezar de Magalhães Bastos, M.Sc. Coordenador de Extensão Chefe do TET	
Niterói, 26 de Abril de 2001.		



exemplar
training

C E R T I F I C A D O

Conferido ao Conferencista Eng. **JOÃO LUIS DE SOUSA M. CARDOSO**

Por ter participado do Curso de Extensão:

" ENGENHARIA LEGAL, AVALIAÇÕES E PERÍCIAS JUDICIAIS "

Realizado no período de 25 de Julho a 31 de Agosto de 2006.
Com carga horária total de 60 horas.

REINALDO PINTO A. FILHO
Desembargador do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Prof. Eng. SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN, Not. Esp.
Coordenador Técnico

LUCIANO FONSECA P. BARATTA, (Perito, Analista de Sistemas).
Coordenador Administrativo

Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 2006.

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria
CREA-RJ 1983102782

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



DECLARAÇÃO



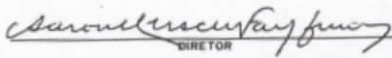
Declaro que JOÃO LUIZ DE S. MIRANDA CARDOSO participou academicamente do curso ENGENHARIA LEGAL, AVALIAÇÕES E PERÍCIAS JUDICIAIS, oferecido pelo Departamento de ENGENHARIA CIVIL e administrado pela Coordenação Central de Extensão da PUC - Rio, no dia 30/11/13, com carga horária de 3horas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2013.


ALFREDO TELESPERSON DE OLIVEIRA
Coordenador Central de Extensão

Rua Marquês de São Vicente 225 - Casa XV
Gávea - 22453-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 3527-1384
Fax: (21) 3527-1394



 ENG. SERGIO ANTONIO ABRAMOWICZ Coordenador	 NÚCLEO DE TREINAMENTO TECNOLÓGICO	Nº 11164
CERTIFICADO		
Conferido a o <u>ENGº JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO</u>		
por sua participação no Curso de Atualização Profissional		
PERÍCIAS E AVALIAÇÕES, CONFERENCISTA E DEBATEDOR		
realizado no período de <u>06 . 10 . 86</u> a <u>23 . 10 . 86</u>		
Rio de Janeiro, <u>23</u> de outubro de 1986		
		 DIRETOR

EXEMPLO

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

CERTIFICADO

Certificamos que JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO

participou do CURSO DE "ENGENHARIA LEGAL DE AVALIAÇÕES"



COMO CONFERENCISTA

realizado no período de 26/11 A 13/12/1990

Rio de Janeiro, 13 de DEZEMBRO de 1990


DIRETOR
MARIA ANTÔNIA DE J. SARMENTO


COORDENADOR
ENG. SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN

 NÚCLEO DE TREINAMENTO TECNOLÓGICO	Nº 10259
CERTIFICADO	
Conferido a <u>DR. JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO</u>	
por sua participação no Curso de Atualização Profissional	
<u>PERÍCIAS & AVALIAÇÕES, Como Palestrista.</u>	
realizado no período de <u>07 . 04 . 86</u> a <u>25 . 04 . 86</u>	
Rio de Janeiro, <u>25</u> de <u>abril</u> de <u>1986</u>	 DIRETOR

noticiasnoticiasnoticiasnoticiasnoticias

Abunahman é destaque na CEE

O engenheiro Sérgio Abunahman, que é natural de Niterói, ocupou 30 das 120 horas de duração do curso de pós-graduação em Engenharia de Avaliações, destinado ao aperfeiçoamento de engenheiros portugueses, em consequência do ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Européia. Ele também é professor de Cálculo da Universidade Federal Fluminense, e foi o único especialista estrangeiro à CEE a ministrar aula no curso, que teve expositores da Alemanha, da França, Espanha e Portugal.

Na opinião do professor e engenheiro - que foi o primeiro colocado no concurso público de provas e títulos para professor da UFF, diretor do CREA-RJ e há 10 anos atua como diretor do Instituto de Engenharia Legal do Rio de Janeiro - a Engenharia de Avaliações está bastante desenvolvida na Europa, especialmente na Inglaterra, Itália, França, Alemanha e Espanha.

De acordo com informações do Jornal "O Fluminense", os primeiros conceitos de especialização adotados no Brasil tiveram sua origem na Inglaterra, e hoje o Brasil é um país respeitador nessa área, tanto assim que, um dos seus profissionais, foi escolhido para ministrar o maior número de aulas no primeiro curso sobre a especialidade em Portugal, embora a CEE tenha em seus quadros engenheiros competentes oriundos dos próprios países-membros.

Abunahman ainda é consultor de numerosas empresas e, na área internacional, da USAID (United States Agency for International Development), tendo sido escolhido, juntamente com o engenheiro João Luís S.M. Cardoso e o arquiteto Ivan Oest, para avaliar a representação da ONU em Brasília.

PARTICIPE

VI Cobreop

CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS

BELO HORIZONTE, 27 A 31 DE AGOSTO DE 1990



O presidente do Instituto de Engenharia Legal, Paulo César Coutinho, fala sobre as dificuldades que o engenheiro-perito enfrenta no mercado de trabalho.

Presidente do IEL afirma: perito só habilitado

Temos posse, no mês passado, a nova Diretoria do Instituto de Engenharia Legal - IEL (veja composição). O novo presidente, Paulo César Coutinho, conta com uma longa experiência pois já dirigiu o IEL anteriormente por quatro vezes e se diz da "velha guarda", aposentado, e por isso mesmo em condições de batalhar pelas aspirações dos associados. Quem visita a sede do Instituto, no 22º andar do Edifício Clube da Engenharia, no centro do Rio, já pode constatar algumas modificações, entre elas, a presença marcante do engenheiro Paulo César Coutinho, que vem atendendo os associados, todas as dias, a partir das 14 horas.

Entrevistado pela reportagem do BOLETIM, com a participação da Comissão Editorial Gabriel Viana da Mota, Paulo César declarou que está colocando em prática todos os pontos do programa de trabalho como forma de dinamizar o Instituto e ter uma atuação prática frente aos efeitos da crise econômica na profissão de perito. De acordo com ele, "a maioria da população ainda não tem meios para fazer seu apelo à justiça. A justiça é cara e demorada e o cidadão comum não tem meios para fazer isso. Além disso, tem um outro fator interessante, enquanto diminui o número de processos de atuação de perito, aumenta o número de candidatos para fazer perícia. E tudo isso acontece em virtude das dificuldades enfrentadas pela classe. A medida que cresce o desemprego, o engenheiro tem dificuldade de iniciar suas atividades em outros ramos, aparece um

número cada vez maior de peritos procurando trabalhar no setor".

BC - Seria uma segunda atividade profissional?

PCC - O que antes era segunda atividade, de hoje, passa a ser, muitas vezes, a primeira, diante da falta de oportunidade oferecida pelo mercado de trabalho. Muitos engenheiros se formam e não tem oportunidade de ter emprego fixo. Para exercerem a atividade de Perito, são mobilizados por desembargadores, juízes e advogados.

BC - A justiça requisita os serviços do engenheiro-perito?

PCC - A indicação do perito é feita por advogado ou juiz. No processo, quando há uma questão técnica a ser resolvida, o juiz nomeia um perito e as partes nomeiam os seus respectivos técnicos.

BC - E todos os peritos também são avaliados?

PCC - A avaliação é uma atividade particular, como qualquer outra. Se houver necessidade de determinar o valor de bem qualquer, seja ele móvel ou imóvel. Um proprietário que quer vender um apartamento pode usar um corretor ou um avaliador qualificado, um engenheiro. Os corretores ficam num círculo restrito de atividade. Tem corretor que faz uma avaliação correta num apartamento em Copacabana, mas se for em Ilha de São Cristóvão etc, ele não é capaz. Já o perito-engenheiro que tem uma formação teórica capaz de fazer a anteposição dos dados e se adaptar a qualquer realidade.

GABRIEL - Nesse caso, você tem o avaliador comercial que vai verificar quanto vale o

imóvel. O que existe é o avaliador das condições do imóvel época da construção, estado em que se encontra, garantia etc, e aí entra o engenheiro. A diferença essencial é essa.

BC - Ou seja, ele não tem competência para avaliar esses itens?

PCC - Não tem habilitação. Nem legal nem técnica.

GABRIEL - É importante ressaltar que o corretor de imóvel, o economista, vêm querendo entrar num mercado, que julgamos seja do profissional da engenharia. O CREA procura tirar do mercado esses profissionais não habilitados. Ou seja, "cada macaco no seu galho".

BC - E como o IEL vem atuando?

PCC - O Instituto não pode, de forma isolada, tomar todas as providências para combater esses abusos. Ele comunica ao CREA que tem ajudado na busca de soluções. Mas ainda é uma situação difícil, pois os juízes, pela lei, podem nomear as pessoas que julgam merecedoras. O que fazemos é protestar, tornar público e lutar para afastar os profissionais não qualificados.

O Presidente do CREA, engenheiro Alberto Cardoso, que esteve presente, trabalhando em seu gabinete, por ocasião da entrevista, deu seu depoimento a respeito de um convênio com o IEL, onde seria exigido o reconhecimento da ART dos profissionais que atuam na área de Perícia.

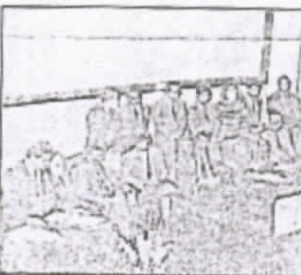
- É um assunto que nos tem preocupado e dedicamos uma boa parte de nossa atuação, no sentido de conscientizar os profissionais da necessidade do Arquivo Técnico. AART é antes de mais nada, um processo de garantia do Arquivo Técnico do profissional, previsto na legislação. Na área de atuação do IEL, o mesmo CREA vem trabalhando no sentido de não só conscientizar esses profissionais a fazerem a ART, como também vem atuando para garantir o mercado de trabalho do profissional habilitado, enviando todos os esforços junto à Corregedoria, objetivando habilitar os juízes das diferentes varas, a passarem a usar os serviços de profissionais habilitados. O Conselho de Engenharia do Estado de



Gabriel Viana da Mota (E) Presidente do Paulo César Coutinho

DIRETORIA

Presidente: Paulo César Coutinho; Vice-Presidente: Sérgio Antonio Abundância; 1º Secretário: Luis Rocha Corrêa; 2º Secretário: Eriel de Velasco Barreto; 1º Tesoureiro: Arlindo Soriano; 2º



A solenidade de

Tesoureiro: Rodolfo Gil Tosi, Diretor Cultural: Álvaro Germano Albernaz, Diretor Administrativo: Luis Claudio

Netunha de Souza, CONSELHO DIRETOR: Augusto Francisco Mathias, Antônio Rodrigues Pereira, Italo Sara-bunda Walker, José Shipper, João Luis de Sousa Miranda Cardoso, Luiz Pereira de Almeida,

Marcelo Gomes e Pedro Almeida, Sebastião Antônio dos Santos, Thelma Rogado Junior, Antônio Cesar Pereira, Carlos Fernando Braga Neto, Lara Maria Linhares Nagle, João Machado Fonseca Filho, Jackson de Miranda Basti, Milton Jacob Mandelblatt, Otávio Carvalho da Valle, Primo José Cavalliere, Shirley Collares E. da Conceição, Wander Claudio Nogueira do Prado, CONSELHO FISCAL: Ary Saul Rabinovitch, Rogério Lira, Eraldo Pereira Guimarães.



- Foto do presidente do Clube da Engenharia

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO
Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria
CREA-RJ 1983102782

PORTARIA
ASSUNTO: CREDENCIAMENTO DE PERITOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NITERÓI-RJ

PORTARIA/GAB/DRF/NITERÓI-RJ/Nº 100/00, de 21 de dezembro de 2000.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM NITERÓI-RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF/227, de 03 de setembro de 1998, publicada no DOU de 04 de setembro de 1998, e tendo em vista o disposto nos arts. 13 e 14 da IN SRF nº 157, de 22 de dezembro de 1998;

RESOLVE:

Credenciar, para prestação de assistência técnica de identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, na jurisdição desta Delegacia, no período de 01/01/2001 a 31/12/2002, os peritos a seguir relacionados:

NOME	C.P.F.	ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO
João Luis de Sousa M. Cardoso	475.286.057-00	Engenharia Civil/Arquitetura
Fernando Bouças Coimbra	033.340.407-63	Engenharia Civil/Arquitetura
Juvenal de Carvalho Sampaio	387.379.737-20	Engenharia Mecânica
Elcino Del Penho Junior	262.159.415-34	Engenharia Mecânica
Isnãrd Campelo Filho	290.123.507-78	Engenharia Elétrica/Eletrônica
Valdir Agueda Lopes Filho	331.871.187-04	Engenharia Elétrica/Eletrônica
Wanderley da Silva Fernandes	372.038.517-53	Engenharia Elétrica
Ricardo Henrique Souto Fortes	295.706.117-15	Engenharia Naval
Carlos Alfredo Becker Amaral	002.083.700-30	Gemologia

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se

YOMANS DUQUE ESTRADA
Delegado

BOLETIM DE SERVIÇO : NR. : DATA : BOL. PAG. :
DAMF/RIO DE JANEIRO : 22 () DE DE 2000 :

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Publicado no DOU de
11.12.2000

PORTARIA
ASSUNTO: CREDENCIAMENTO DE PERITOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NITERÓI-RJ

PORTARIA/GAB/DRF/NITERÓI-RJ/Nº 103/02, de 20 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM NITERÓI-RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF/259, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 29 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto nos arts. 13 e 14 da IN SRF nº 157, de 22 de dezembro de 1998;

RESOLVE:

Credenciar, para prestação de assistência técnica de identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, na jurisdição desta Delegacia, no período de 01/01/2003 a 31/12/2004, os técnicos de nível superior a seguir relacionados: 1- João Luis de Sousa Miranda Cardoso, CPF nº 475.286.057-00; 2- Fernando Bouças Coimbra, CPF nº 033.340.407-63; 3- Elcino Del Penho Junior, CPF nº 262.159.415-34; 4- Emerson Corrêa Botelho, CPF nº 185.243.707-34; 5- Juvenal de Carvalho Sampaio, CPF nº 387.379.737-20; 6- Isnãrd Campelo Filho, CPF nº 290.123.507-78; 7- Valdir Agueda Lopes Filho, CPF nº 331.871.187-04; 8- Ricardo Henrique Souto Fortes, CPF nº 295.706.117-15; 9- Carlos Alfredo Becker Amaral, CPF nº 002.083.700-30.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se

YOMANS DUQUE ESTRADA
Delegado

BOLETIM DE SERVIÇO : NR. : DATA : BOL. PAG. :
DAMF/RIO DE JANEIRO : 24 () DE DE 2002 :

403 manutenção dos elevadores; que o ar condicionado está com tudo em perfeito
404 estado, com ar central em quase todo o prédio; que o arquiteto do CREA esteve
405 verificando todas as torneiras, instalações, válvulas, tudo o que foi possível,
406 percebendo-se que todas estão funcionando; que não há infiltração aparente;
407 que, logicamente, vai-se ter que consertar alguma coisa; que existe também um
408 prédio na Rua do Passeio, porém o seu preço era de seis milhões de reais; que
409 já estava-se verificando esse prédio há seis meses, mas que agora foi preciso
410 acelerar a apreciação do assunto, porque o fenômeno inflação pode voltar,
411 podendo mesmo ter-se uma elevação de preço; daqui a pouco, em vinte ou trinta
412 por cento, o que impossibilitaria a compra, acrescido o fato de o Presidente do
413 CONFEA ter se comprometido em se esforçar em aprovar empréstimo pelo
414 CONFEA de um milhão de reais, valor igual ao da primeira parcela a ser paga na
415 compra, sendo o seu preço de três milhões, uma parcela a cada ano, com
416 reajuste pela UFIR, e que este ano somente ter-se-ia o gasto de cerca de
417 duzentos e cinquenta mil reais na reforma; que o prédio tem dez andares e se
418 pode fazer com que ele seja mais seguro do que o prédio em que ora funciona o
419 CREA-RJ; que não é necessário fazer nada no piso, é só deixar o taco, que é de
420 peroba, que, no hall dos elevadores, existe uma parte com material à prova de
421 fogo e uma porta corta-fogo, formando, junto à escada, uma área de escape para
422 os ocupantes do prédio; que pode-se colocar uma escada externa; que todos os
423 andares dispõem de sistema de alarme, de sistema de hidrante, não tendo
424 sistema de sprinkler, mas existia o sistema de prevenção e combate a incêndio;
425 que havia um laudo de avaliação do Engenheiro João Luiz Miranda Cardoso, por
426 indicação do Engenheiro Sérgio Antonio Abunahman, que opinou pelo valor de
427 três milhões, duzentos e quarenta mil e, portanto, o valor da compra será inferior
428 ao avaliado; que, no valor, não estão incluídas a loja do térreo e a sobreloja; foi
429 lida a ata da Comissão, que aprovou a compra do prédio da Rua Buenos Aires,
430 que foi assinada pelo Orientador, Conselheiro Nilo Garcia Júnior, e pelos
431 Conselheiros Antônio Carlos Pereira Franco, Roberto de Almeida Luiz, Denise
432 Oliveira Jaccoud, Sérgio da Costa Velho, Paulo Cesar Gomes dos Santos e José
433 Silvério Barboza; que há um estacionamento da Prefeitura, rotativo a cada duas
434 horas, e nas ruas próximas, parecendo que, na Rua do Ouvidor e na Avenida
435 Presidente Vargas, há prédios de estacionamento, também próximo à Avenida
436 Rio Branco, dois outros prédios, que seriam auxiliares, mas que não existia vaga
437 de garagem no prédio a ser comprado; que já se têm quatro vagas num
438 estacionamento na Rua Têtilo Ottoni, quase esquina com a Rua Miguel Couto e
439 poder-se-ia talvez instalar a Prefeitura quanto à possibilidade de se ter algumas
440 vagas na rua; que o prédio é mais perto do metrô do que o nosso atual; que
441 ficaria como indicativo destinar-se com mil para a compra de vagas de
442 estacionamento no mesmo prédio das já existentes; que se fez uma verificação
443 nas instalações elétricas, constatando-se que os disjuntores, que são
444 magnéticos, bem como toda a parte do PC estão em ótimo estado, mas que,
445 quanto à potência prevista como suficiente, far-se-ia uma consulta à
446 concessionária e que, dependendo do seu gerenciamento, a se fazer, talvez seja

Multas: 246 anuladas no mesmo dia do recurso

Suaram recate acusações do Ministério Público e o juiz que tem respaldo jurídico para cancelar infrações questionadas

O Ministério Público (MP) de Niterói, no dia 11 de setembro, anulou 246 multas de trânsito emitidas em 2002, após o juiz da 2ª Vara Civil, Dr. João Luís de Sousa Miranda Cardoso, reconhecer a validade jurídica das infrações questionadas.

O MP alega que as multas foram emitidas sem o devido processo legal, pois não foram realizadas as devidas diligências para a comprovação da infração.

O juiz, por sua vez, reconheceu a validade jurídica das infrações, pois foram devidamente comprovadas as infrações cometidas pelos condutores.

O juiz também reconheceu a validade jurídica das multas, pois foram devidamente comprovadas as infrações cometidas pelos condutores.

O juiz também reconheceu a validade jurídica das multas, pois foram devidamente comprovadas as infrações cometidas pelos condutores.

O juiz também reconheceu a validade jurídica das multas, pois foram devidamente comprovadas as infrações cometidas pelos condutores.

Garotinho reformulará policiamento comunitário

Governo estadual promete debater ações sociais com moradores do Morro do Cavalão

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, promete reformular o policiamento comunitário no Morro do Cavalão, após a realização de uma reunião com os moradores da comunidade.



Demolição de prédio terminará em até 40 dias

Construtora ainda não sabe o que será erguido no local

A construtora JM Construtora, responsável pela demolição do prédio da Rua General Pereira da Silva, em Niterói, informou que a demolição será concluída em até 40 dias.

Para sua casa com bom gosto

Trabalhe para distribuir, informar e vender produtos de qualidade, com preços especiais, em sua cidade.

Seja você, 2003-2004

Teoria

Surpresa de Natal

Maracujá, Espinha Santa, Eucalipto, Quitosana, Colagen, Enersang

DROGARIAS Varejão dos Remédios

ENTREGA EM DOMICÍLIO, SEM ACRÉSCIMOS

Demolição de prédio terminará em até 40 dias

Construtora ainda não sabe o que será erguido no local

Alexandre Duarte

O edifício Nossa Senhora de Fátima, na esquina da Avenida Roberto Silveira com a Rua General Pereira da Silva, em Niterói, será totalmente demolido dentro de 30 a 40 dias. Há cerca de duas semanas andaluzes podem ser vistos no local.

A construtora JM Construtora, que realizou uma obra ao lado do prédio quando ele ameaçou desabar, comprou todos os apartamentos do Nossa Senhora de Fátima e está realizando a demolição.

O trabalho será por partes, gradual, não haverá uma imploração. Ainda não decidimos o que vamos construir na área, se faremos, por exemplo, um projeto único, incorporando a obra que estava sendo feita ao lado — informa o diretor comercial da JM, Rogério Maciel.

Na conservação foi uma das causas do problema

Em 18 de junho deste ano, a 2ª Vara Civil de Niterói libertou a demolição do edifício.

No mesmo mês do episódio, entramos na Justiça com uma ação de produção antecipada de provas, pedindo que peritos elaborassem um laudo sobre o fato, já que desconfiávamos de que a nossa obra não tinha sido a responsável pela destruição.

O laudo, que foi assinado pelos peritos José Amal Jr. e João Luís Cardoso (designados pela Justiça) e recebido em 19 de abril pela 2ª Vara Civil, constatou que os problemas no edifício foram causados por falta de conservação, vazamentos em tubulações e rompimento da estrutura.

Se deu em função da deterioração da sua infraestrutura, originária de deficiências construtivas, agravadas (...) pela ação de águas subterrâneas (...), por infiltrações (...), pelo rompimento da rede de água (...), nos dias de 1974 (...).

Ainda corre na Justiça uma ação de pedido de indenização contra a JM, movida pela moradora de um prédio ao lado da área, o de número 250 da Rua General Pereira da Silva, um dos vizinhos da época. Segundo a 2ª Vara Civil, não há previsão para a conclusão da ação.

Em 18 de outubro de 2002, os moradores do Nossa Senhora de Fátima, com 57 anos e quatro andares, tiveram de deixar as pressões, e o prédio foi interditado — parte da sua estrutura começou a ceder, provocando um deslocamento de 20 centímetros.

Perícia civil

O laudo dos peritos José Ismael Júnior e João Luiz Cardoso, com 1.650 folhas, em 11 volumes, aponta a infraestrutura do edifício Nossa Senhora de Fátima como a causadora do tombamento do prédio. As sapatas já estavam

deterioradas pela ação da água no subsolo. A avaliação sugere também a construção de um novo prédio na Avenida Roberto Silveira.

Perícia criminal

Já os peritos do Instituto Carlos Éboli apontam também como causa do problema o rompimento dos pilares e mostram que o prédio estava em queda antes do início das obras. A construtora JM comprou todos os apartamentos do edifício ameaçado.

Morro limpo

O juiz Plínio Pinto Coelho, atendendo solicitação do promotor Marcelo Buhatem, deu prazo de 15 dias para que a presidente da Clin, Dayse Monassa, comece a recolher diariamente o lixo e a cobrir o chorume no Morro do Céu.

Pronto-socorro

O prefeito Godofredo Pinto já escolheu onde instalará o pronto-socorro da Região Oceânica. Será em frente à Renault, em terreno hoje ocupado por um borracheiro.

Inquilina de Deus

Uma senhora doou a casa onde mora a uma igreja evangélica de Pendotiba. De posse da escritura, a instituição passou a lhe cobrar R\$ 300 de aluguel, fora taxas. Mas como ela está com o pagamento atrasado, recebeu ameaça de despejo.

Pardal do assalto

Rogers Maisonnette respeitava o limite de 50km/h na Estrada de Itaipi. Mas um dia, à noite, surgiram dois ladrões e ele pisou fundo para escapar do assalto. Cabreiro, agora passa voando e já foi multado 15 vezes em um mês.

GILSON MONTEIRO



JORGE ROBERTO, Godofredo Pinto e João Sampaio na festa da Wrobel



MOREIRA FRANCO, sua mult



CECILIA ZVEITER e Waldemar no show de Ivan Lins para convidados

● **PISANTES:** A designer americana Margareth Walc sugeriu a César Coelho, da Swains, a exportação de sapatos e bolsas para a Eu

● **ALIANÇA:** O procurador Justiça Cristiano Cullen Vi vai se casar com Ermida d. Carvalho, sábado, às 19h, sua casa de Piratininga. O já tem três filhos.

● **NÚPCIAS:** Cecilia Macer Bernardo Bartijotto vão se no dia 3 de maio, às 19h,

e-mail: gilsonmonteiro@ig

Eng. JOÃO LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO

Engenharia Legal - Avaliações - Consultoria

CREA-RJ 1983102782



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Gestão de Pessoas
Escola de administração Judiciária (ESAJ)
Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DIDES)

DECLARAÇÃO

A Escola de Administração Judiciária - ESAJ, integrante do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, conforme Dec. 44.382/2013, publicado no D.O. do dia 12/09/2013, parte I do Poder Executivo, declara, para os devidos fins, que o professor **JOÃO LUIZ DE SOUSA MIRANDA CARDOSO**, CPF: 475.286.057-00, ministrou aulas no curso **PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**.

❖ **Turma PAAJ 01 2017** – Módulo BÁSICO

Tema:

- 1) Noções e princípios de avaliação do patrimônio material de uma empresa. Os critérios utilizados nas avaliações judiciais dos bens imóveis e móveis. – carga horária 04 horas (aula ministrada em 02/06/2017)

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2017

Angela Cardoso Pingitore
Diretora da Escola de Administração Judiciária – ESAJ
Matrícula 15566



Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça
Rua Dom Manuel, n° 29, Sala 407 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20010-010
Tel.: + 55 21 3133-3322 / + 55 21 3133-3794 – E-mail: esaj@tjrj.jus.br – PROT.
2278



Válido até 14/09/2018

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

CURRICULUM VITAE

Nome : **SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN**

Data de nascimento: 27 de fevereiro de 1.944

Naturalidade: Niterói, RJ.

1) Formação Profissional:

-Engenheiro Industrial Mecânico, graduado em 1966 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense.

2) Títulos acadêmicos:

2-1) Professor de Cálculo Integral, Diferencial e Infinitesimal da Escola de Engenharia da Universidade do Estado da Guanabara (1967-1970);

2-2) Professor de Análise Vetorial e Geometria Diferencial da Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (1967-1969);

2-3) Professor de Matemática II da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (1969);

2-4) Professor de Cálculo, Equações Diferenciais e **Engenharia de Avaliações** do Instituto de Matemática da Universidade Federal Fluminense (1969-1996), aprovado em concurso público de provas e títulos em 1º lugar (média 9,5);

2-5) Professor de Materiais de Construção Mecânica do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense, aprovado em concurso público de provas e títulos (1977-1979);

2-6) Professor Visitante do Instituto Superior Técnico de Lisboa (1.990), tendo sido o primeiro profissional brasileiro a ministrar um curso de Engenharia de Avaliações na Europa;

2-7) Professor Visitante da Ohio State University, USA (1979);

2-8) Professor da EMERJ—Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

2-9) Professor em mais de uma centena de cursos de Engenharia Legal e Perícias no Brasil e no exterior.

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

2

2-10) Professor da PUC/RJ — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em cursos de extensão de Engenharia Legal e de Avaliações.

3) Livros Publicados:

3-1) *Equações Diferenciais*, destinado ao ciclo básico de Engenharia, Física, Matemática e Análise de Sistemas;

3-2) *Exercícios de Álgebra Vetorial*, destinado aos mesmos cursos;

3-3) *Avaliação de Imóveis Comerciais; Arbitramento de Aluguéis*, destinado a Engenheiros e Arquitetos militantes em Engenharia de Avaliações;

3-4) *Curso Básico de Engenharia Legal e de Avaliações*, destinado ao mesmo público (Editora PINI, São Paulo, 4ª edição) e em edição castelhana editado na Venezuela (Miguel Camacaro Ediciones, Caracas, 2.005), e em fase de tradução para língua inglesa pelo Professor Eng. Julio Torres Coto da Universidade de Tijuana, México.

3-5) *O Pum Traícoeiro*, crônicas, com apresentação do Ministro Humberto Gomes de Barros, presidente do STJ e renda destinada à Casa Maria de Magdala, entidade que abriga crianças portadoras do vírus HIV (Zoomgraf-K, edição do autor, 2007).

4) Cursos Realizados:

4-1) Direção e Gerência de Empresas, GEPI, UFF, 1968, nível extensão;

4-2) Lubrificantes e Lubrificação, Instituto Brasileiro de Petróleo, RJ, 1974;

4-3) Engenharia de Segurança do Trabalho, UERJ, 1975, nível especialização;

4-4) Engenharia de Tráfego, UFF / IPR, 1975, nível extensão;

4-5) Engenharia de Avaliações, 1979, IEL, ministrado pelo Prof. Ing. DANTE GUERRERO, Presidente do Tribunal de Tasaciones da República Argentina, 1979, nível extensão;

4-6) Juiz Arbitral, pela Associação Sul Americana de Arbitragem, 2.002.

5) Cursos Ministrados/Conferências:

-Mais de uma **centena** de cursos ministrados na área de Engenharia Legal, Perícias e Avaliações, como coordenador e conferencista, a maioria sob o patrocínio dos **Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e**

3

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

Agronomia locais e também do CONFEA--Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Tribunal de Contas do ERJ, Academia Nacional de Policia (Brasília), nos seguintes estados do Brasil: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Amapá, Mato Grosso, Distrito Federal, Maranhão, Paraná, Amazonas, Pará, Ceará, Goiás, Distrito Federal e Pernambuco; No exterior, nesta área, ministrou cursos em Portugal, Panamá, Chile, Colômbia, Venezuela, Costa Rica e Paraguai;

-Coordenador e Professor dos Cursos de Extensão em Engenharia Legal e de Avaliações da Universidade Federal Fluminense, ministrados regularmente desde 1.990 duas vezes ao ano até 2003 e atualmente coordenador do mesmo curso ministrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ;

-Mais de uma centena de conferências e aulas magnas proferidas no Centro de Estudos do antigo Tribunal de Alçada Cível do RJ, na OAB/RJ, na EMERJ -- Escola da Magistratura do Est. do RJ, CREA's, CONFEA, em Faculdades de Direito e de Engenharia, órgãos de classe, congressos etc

- Coordenador e palestrante do I SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PERÍCIAS realizado na EMERJ- ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em janeiro de 2009.

6) Artigos Publicados:

- Inúmeros artigos publicados in *Caderno Brasileiro de Avaliações e Perícias, Livro de Estudos Jurídicos, Doutrina, Boletim do Instituto de Engenharia Legal.*

7) Cargos e Funções Exercidos:

7-1) Engenheiro chefe do Serviço de Estradas e Caminhos da Prefeitura Municipal de Niterói (1980);

7-2) Engenheiro chefe do Serviço de Produção Industrial da mesma Prefeitura (1978);

7-3) Engenheiro chefe do Núcleo de Segurança e Prevenção de Acidentes daquela Prefeitura (1977);

7-4) Chefe-de-Gabinete da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da Prefeitura de Niterói (1982);

7-5) Conselheiro do C.R.E.A.--RJ em seis mandatos, tendo sido Diretor daquele Conselho em três mandatos (dois como Diretor 3º tesoureiro,

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

4

encarregado das Inspetorias e um como Diretor 2º tesoureiro, encarregado da dívida ativa), foi coordenador adjunto da Comissão de Ética daquele Conselho e coordenador da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas do CREA;

7-6) Diretor do Instituto de Engenharia Legal por dez anos (1979/1989) e Vice Presidente no mandato de 1991 / 1.993, tendo ocupado a 2ª tesouraria e a 2ª secretaria.

7-7) Membro do Conselho Diretor daquele Instituto no período de 1.989 / 1991 e atualmente (2009-2012) sendo o mais votado para aquele Conselho.

8) Trabalhos na Área de Perícias e Avaliações:

- Perito da Confiança de inúmeros magistrados da capital e comarcas, dos Tribunais de Alçada e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como da Justiça Federal e do Trabalho, tendo avaliado por nomeação do Exmo. **Sr. Presidente do Tribunal Regional Federal, Des. Fed. Paulo Freitas Barata**, a sua sede.

- Avaliou, por nomeação do Exmo. **Des. Antonio Carlos Amorim**, Presidente do Eg. Tribunal de Justiça do RJ, as unidades pertinentes à sede do Poder Judiciário ocupadas por organizações não pertinentes àquele Poder;

- Perito de confiança dos escritórios de advocacia Drs. José da Silva Maquieira, José Carlos Ribeiro Filho, Renato Garcia Justo, Jorge Almir Gonçalves, Paulo Zide, Celso Albuquerque Barreto, Pedro Elias Avvad, Alberto Gaspar, Sergio Sender, Marcos Ferré Coutinho, Sérgio Sarmiento Marques, Ulderico Pires dos Santos, Sérgio Bermudes, Miguel Lins, Sérgio Zveiter, Waldemar Deccache, Ulysses Leocádio, Celso Felício Panza, Luiz Antonio Campos Mello, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, Alfredo Taunay, Carlos Vieira Reis, José Luiz Caram, João Augusto Basílio, Carlos Roberto Barbosa Moreira, Lobo & Ibeas, Saad Advogados, Bastos Tigre, Andrade & Fitchner, Marlan Marinho, Carlos Roberto Siqueira Castro, Roberto Nepomuceno, Antonio Martins de Almeida, Claudio Lobo entre outros;

- Consultor de inúmeros grupos empresariais, tais como Brascan, Renasce, Multiplan, Bozano Simonsen Centros Comerciais S/A, Hoteis Othon, Rede Luxor de Hotéis, Pinto de Almeida Engenharia, RJZ Engenharia, Yamagata Engenharia, Grupo Fluminense de Comunicação, Wrobel Construtora, Grupo Jabour, Proshopping, Shopping Center do Meier, Esso Brasileira de Petróleo, JM Construtora, Brasfels S/A, Fashion Mall S/A, Br Malls, Iguatemi Shopping Centers, Agenco e outros.

5

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

- Dentre as grandes unidades avaliadas, citam-se os prédios do RIO-SUL, BARRASHOPPING (então o maior shopping center da América Latina), PLAZA SHOPPING (Niterói), HOTEL SHERATON RIO, HOTEL CAESAR PARK RIO, HOTEL RIO PALACE (atual SOFTEL RIO), RIO OTHON PALACE, BELO HORIZONTE OTHON, RIO BRANCO 1, HOTEL COPACABANA PALACE, SEDE DA ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM BRASÍLIA, ESTALEIRO BRASFELS em Angra dos Reis etc.

- Na área naval / industrial, avaliou, dentre outros os desempenhos das seguintes embarcações: CRESCENT GIPSY, DIANE MARIE (maior barco atuneiro em operação no Brasil em 1.982), RHONDA SUE, SOLANA STAR, este último avaliado por solicitação do CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES, tendo sido a primeira propriedade de traficantes leiloadada no Brasil.

9) Perito da confiança dos Exmos. Srs. Desembargadores ao longo da sua militância forense: Hilário Duarte de Alencar, Pedro Fernando Ligiero, Luiz Fux (atual ministro do STJ), Ivânio da Costa Carvalho Caiuby, Manoel Carpena Amorim, Reinaldo Pinto Alberto Filho, Maria Collares Felipe da Conceição, Leticia de Farias Sardas, Nametala Machado Jorge, Jorge Luiz Habib, Carlos Alberto Torres de Mello, Jorge Fernando Loretti, Antonio José Azevedo Pinto, Nilza Bittar, Miguel Angelo Barros, João Carlos Pestana de Aguiar Silva, Albano Mattos Correa, Marcus Antonio de Souza Faver, Darcy Lizardo Lima, João Antonio da Silva, José Mota Filho, Paulo Freitas Barata, Elmo Guedes Arueira, Clarindo de Brito Nicolau, Jeanecy Therezinha de Souza, Mariana Pereira Nunes Feteira Gonçalves, Áurea Pimentel Pereira, Ronald Valladares, Luiz Felipe Haddad, Francisco Motta Macedo, Goulart Pires, Antonio de Castro Assumpção, Oswaldo Portela de Oliveira, Polinício Buarque de Amorim, Gilberto Fernandes, Afrânio Sayão de Paula Antunes, Sylvio Capanema de Souza, Antonio Felipe Neves, Martinho Campos, João W. Dib, Nagib Slaibi Filho, Gamaliel Quinto de Souza entre outros.

10) Títulos Honoríficos:

- Único engenheiro detentor da MEDALHA DO MÉRITO DA JUSTIÇA CRIMINAL concedida pelo egrégio Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro;
- Membro honorário de inúmeras entidades de Perícias e Avaliações do País;

6

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

- **Notória Especialidade na área da Engenharia Legal e de Avaliações concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (1988) e pela Universidade Federal Fluminense (1.996).**

- **Detentor do título de *Destaque da Engenharia Nacional* concedido pelo IBEC—Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos.**

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2.011

Eng.º SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN

Referências pessoais (as autoridades abaixo relacionadas poderão ser contatadas nos seus telefones residenciais, fornecendo informações sobre o signatário):

- a) *Des. Marcus Antonio de Souza Faver, ex Presidente do T.J. e do TRE, atual decano e ex membro do Conselho Nacional de Justiça, Tel.: (24) 2243-0774*
- b) *Des. Paulo Gomes da Silva Filho, ex Corregedor Geral de Justiça do R.J. ex vice presidente do TJ e ex presidente do Tribunal de Alçada Criminal do RJ. Tel.: (21) 2621-2069*
- c) *Des. Hilário Duarte de Alencar, ex Presidente da Mútua dos Magistrados do R.J., ex vice presidente do Tribunal de Alçada Cível do RJ, membro do Conselho de Vitaliciamento dos novos Juizes, Tel.: (21) 2621-3772*
- d) *Des. Nagib Slaibi Filho. Tel.: (21) 2714-5412*
- e) *Des. Federal Paulo Freitas Barata, ex Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e decano daquela Corte, Tel.: (21) 2259-9244.*
- f) *Ministro Humberto Gomes de Barros, ex presidente do S.T.J. Tel.: (61) 3248-4452*
- g) *Des. João Carlos Pestana de Aguiar Silva, ex Vice Presidente do TJRJ. Tel.: (21) 2259-2821*
- h) *Des. Reinaldo Pinto Alberto Filho, Membro do Conselho da Magistratura do TJRJ, Tel.: (21) 2616-1069*
- i) *Des. Jorge Uchoa de Mendonça, presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil, ex presidente do Tribunal de Alçada Criminal do RJ. Tel.: (21) 2620-1144/2620-0044*
- j) *Des. José Mota Filho, Tel.: (21) 2714-6077*
- k) *Des. Jorge Luiz Habib, Tel.: (21) 2238-0640*

7

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN
ENGENHEIRO
C.R.E.A. Nº 1.445-D R.J.
Tel.: 2620 -7142

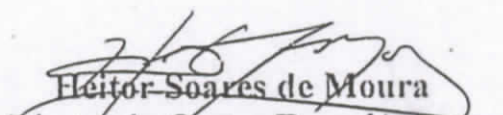
- l) Des. Gilberto Fernandes, Tel: (21) 2620-0253*
- m) Des. Índio Brasileiro Rocha, Tel: (21) 2727-6984*
- n) Des. Antonio José Azevedo Pinto, corregedor geral de Justiça do TJRJ Tel: (21) 2627-4391*
- o) Des. Albano Mattos Correa, Tel: (21) 2711-6678*
- p) Des. Ademir Paulo Pimentel, Tel: (21) 2622-5536*
- q) Des. Maria Henriqueta do Amaral F. Lobo, Tel: (21) 2239-4603*
- r) Des. Newton Paulo Azeredo da Silveira, ex presidente do Tribunal de Alçada Cível do RJ, Tel: (21) 2554-6727*
- s) Des. Nametala Machado Jorge, 1º vice presidente do TJRJ e ex presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Tel: (21) 2710-0157*
- t) Des. Antonio Carlos Nascimento Amado, Tel: (21) 2710-2694*
- u) Des. Pedro Fernando Ligiero., Tel: (21) 2247-5119*
- v) Des. Ellis Hermydio Figueira, ex corregedor geral de Justiça do RJ, Tel: (21) 2247-3568*
- w) Des. Elmo Guedes Arueira, Tel: (21) 2711-2986)*
- x) Des. Áurea Pimentel Pereira, Tel: (21) 2556-1638*
 - Des. Thiago Ribas Filho, ex presidente do TJRJ e do TRE, Tel:(21) 2570-2037*
 - Des. Jorge Fernando Loretto, ex presidente do TJRJ e do TRE, Tel: (21) 2719-6925*
 - Des. Federal Consuelo Yatsuda Morumizato Yoshida, membro do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tel (11) 3813-0195*
 - Des. Estênio Cantarino Cardozo, ex presidente do Tribunal de Alçada Criminal do RJ (tel.2620-5530)*
 - Des. Ricardo Rodrigues Cardozo, diretor geral da EMERJ, presidente da 15ª Câmara Cível do TJRJ, tel 986581004*
 - Des. Mauro Dickstein, presidente da 16ª Câmara Cível do TJRJ, tel. 9998677333*

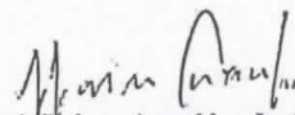
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO TECNOLÓGICO – ESCOLA DE ENGENHARIA**

Niterói, 20 de Setembro de 1996.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o **Prof. Sérgio Antonio Abunahman**, possui **NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO** na área de **ENGENHARIA LEGAL E DE AVALIAÇÕES**, ministrando cursos desta matéria em nossa Universidade, desde 1990.


Heitor Soares de Moura
Diretor do Centro Tecnológico


José Jairo Araújo de Souza
Diretor da Escola de Engenharia

Estado está entre os maiores centros de avaliações do país

O Engenheiro Sérgio Antônio Abunahman, considerado pelas mais importantes entidades de engenharia do país, a maior autoridade na área de "engenharia legal e de avaliações", ministrou no mês de abril um curso sobre o tema aos profissionais capixabas. O curso visou a qualificação dos profissionais na área de perícias judiciais e avaliações. Segundo Abunahman, "apesar de habilitado pelo diploma, o profissional não tem, na universidade, uma formação direcionada para essa área". Ele afirmou ainda, que o Espírito Santo concorre em igualdade de condições com os maiores centros de avaliação do país, inclusive na área laboratorial, onde as novas técnicas são rapidamente absorvidas aqui no Estado, através do Instituto de Avaliações e Perícias do Espírito Santo - IAPES. Para o juiz de direito e também palestrante do curso, Reinaldo Pinto Alberto Filho, a especialização na área de avaliações e perícias é importante, uma vez que, com a especialização, o profissional recebe orientações básicas para o desempenho dessa função.

Foto: CREA-ES



Abunahman: maior autoridade na área

II Congresso Estadual de profissionais

Reunidos na 725ª Sessão Plenária, realizada no dia 12 de março, os conselheiros do CREA-ES aprovaram a constituição da Comissão Organizadora do II Congresso Estadual dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que será realizado nos dias 20, 21 e 22 de junho. A Comissão tem como componentes os representantes do Plenário engº civil Lúcia Helena Vilarinho e o engº florestal Amélio Botelho de Almeida, os representantes de entidades engº agrônomo Miguel Ângelo de Aguiar e engº civil Carlos Alberto Feitosa Perim e, como suplente da Comissão, foi eleito o engº agrônomo Álvaro João Bridi. A Comissão se reúne todas as sextas-feiras, no auditório do CREA-ES. Uma de suas metas é viabilizar também, durante o Congresso, a realização de uma palestra sobre o tema "o engenheiro e o Neo-liberalismo" e um painel sobre "Desenvolvimento, Tecnologia e o Mercado de trabalho".

CREA-ES

Diretoria:

Presidente- Paulo Eubach
Vice-Presidente- Demilson G. Martins
1º Secretário- Rogério do N. Ramos
2º Secretário- Márcia de A. Ribeiro
1º Tesoureiro- Ged. S. Lima
2º tesoureiro- Fernando C. O. Souza

JORNAL DO CREA

Jornalista Responsável:

Alcione Vazzoler Reg. nº 618/95
Redação- Andressa Rebonato; Almir Neto
Impressão- Gráfica Espírito Santo
Tiragem: 13.000 (distribuição d. rigida)
End: Av. Princesa Isabel, 54 Ed. Caparaó,
8º e 9º andares - Vitória-ES
CEP 29010-906
tel. 222-2444

Opinião

Reforma Agrária Já!

O assassinato por execução sumária de trabalhadores rurais sem terra em Edoardo dos Carajás-PA, sublinha mais uma vez a selvageria que os latifundiários não hesitam em praticar com o objetivo de tanto impedir a Reforma Agrária no Brasil. A reação dos brasileiros de classe média e urbanos ante a injustificável violência não pode limitar-se à indignação e outros sentimentos que costumamos dedicar a fatos desagradáveis que não estão a nosso alcance evitar. A Reforma Agrária é um projeto estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país, com o qual devemos estar comprometidos pois significa a democratização do acesso à terra produtiva para que, finalmente, se exerça a função social da propriedade. Particularmente, a Engenharia tem muito a contribuir, desde agora, para viabilizar os projetos de Reforma Agrária que começam a tornar-se realidade em cada assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Por exemplo, a necessidade prioritária de obras de infra-estrutura e superestrutura em assentamentos, abre um campo para atuação profissional aos engenheiros para que haja qualidade de vida para os trabalhadores e suas famílias. O SENGE-ES, juntamente com as entidades às quais está filiado, a FISENGE e a CUT, apóia decididamente a luta do MST. Neste momento de luto, é ainda mais necessário a solidariedade de todos os trabalhadores, no campo e na cidade. Por isso, procuramos sensibilizar os profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, com suas entidades de classe, a organizarem-se para influir na campanha nacional por Reforma Agrária, já!

Engº Civil Carlos Eduardo Pini Leitão
Presidente do SENGE-ES

A diretoria do SINTAES, vem em nome dos técnicos agrícolas do Estado do Espírito Santo, agradecer o empenho que o CREA-ES teve em ajudar financeiramente para que pudessemos realizar a nossa excursão técnica ao Sul do país (SP e RS) no período de 06 a 14 de março último e que foi de grande valia para o nosso Estado, pelos conhecimentos adquiridos, além do intercâmbio com outras instituições

Antônio Carlos Balbino
Presidente do SINTAES

PROFESSORES



SÉRGIO A. ABUNAHMAN (Coordenador)

Engenheiro, Professor de Cálculo da Universidade Federal Fluminense (19º lugar em concurso público), Professor da UERJ, Diretor do Instituto de Engenharia Legal, Perito de Confiança da Justiça, do Tribunal de Alçada e 1ª Instância do Foro do Rio de Janeiro. Perito de Confiança da Justiça do Trabalho. Mais de 1000 laudos realizados. Vários livros publicados, entre os quais "Avaliação de Imóveis Comerciais, Arbitramento de Aluguéis". Tem em preparação, com o Professor Barata, o livro "Processo Expropriatório no Direito Brasileiro".



PAULO FREITAS BARATA

Advogado, Doutor em Direito Privado Especializado (PUC-RJ), Juiz Federal lotado na 8ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Professor Universitário, inúmeras conferências proferidas sobre a matéria e co-autor do livro "Processo Expropriatório no Direito Brasileiro" (em elaboração).



CELSO APRÍGIO GUIMARÃES NETO

Engenheiro, Membro da Comissão Especial de Avaliações do Estado do Rio de Janeiro (75/80), Membro da Comissão de Normas de Perícias e Avaliações da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Presidente do Instituto de Engenharia Legal. Perito em inúmeras Varas Cíveis. Inúmeras palestras proferidas. Trabalhos publicados na área.

CURSO

PERÍCIAS & AVALIAÇÕES

DIA	ASSUNTO	EXPOSITOR
04/11 2ª feira	O objetivo do curso. O processo de avaliação; conceitos gerais. Avaliação; conceitos gerais. Avaliação de imóveis urbanos; princípios fundamentais e métodos. Normas Brasileiras que regem a matéria: NB-140/65 e NB-502/77 da ABNT; Instrução Normativa nº 01/81 do S.P.U. Confeção de Laudos.	Celso Aprígio
05/11 3ª feira	A Pesquisa de Dados. Cadastro sumário. Homogeneização de informes. Estatística aplicada aos métodos de pesquisa — distribuição t de STUDENT e critério excludente de CHAUVENET.	Sérgio Abunahman
06/11 4ª feira	Avaliação de terrenos urbanos. Avaliação de construções. Depreciação.	Sérgio Abunahman
07/11 5ª feira	Processo Expropriatório no Direito Brasileiro — Parte I — Aspectos jurídicos da Desapropriação.	Paulo Barata
11/11 2ª feira	Avaliação de Imóveis Comerciais; Arbitramento de Aluguéis — Parte I.	Sérgio Abunahman
12/11 3ª feira	O Processo Expropriatório — Parte II — As inovações contidas no Novo Ante-projeto da Legislação Expropriatória. Normas e Procedimentos de Perícias Judiciais: a Posição do Perito e Assistentes Técnicos.	Paulo Barata
18/11 2ª feira	Avaliação de Imóveis Comerciais; Arbitramento de Aluguéis — Parte II.	Sérgio Abunahman
19/11 3ª feira	Perícias em Sinistros; casos reais: a) Incêndio no Teatro do Hotel Nacional Rio; b) Desabamento do Edifício Saint-Marie, em Niterói.	Sérgio Abunahman
20/11 4ª feira	Desapropriações: Métodos de avaliação de imóveis desapropriados. Mutilações e faixas de servidão.	Sérgio Abunahman
21/11 5ª feira	Debates com Juizes e Peritos. Entrega dos certificados.	

** O livro mais vendido do Brasil de Engenharia Legal e de Avaliações, com apresentação do Eng. Alberto Lélío Moreira e contra capa do Des. Nagib Slaibi Filho:*

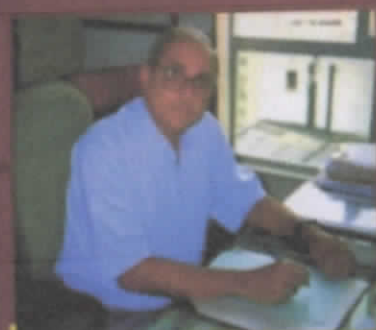


CURSO BÁSICO DE ENGENHARIA LEGAL E DE AVALIAÇÕES

SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN

4ª edição revista e ampliada

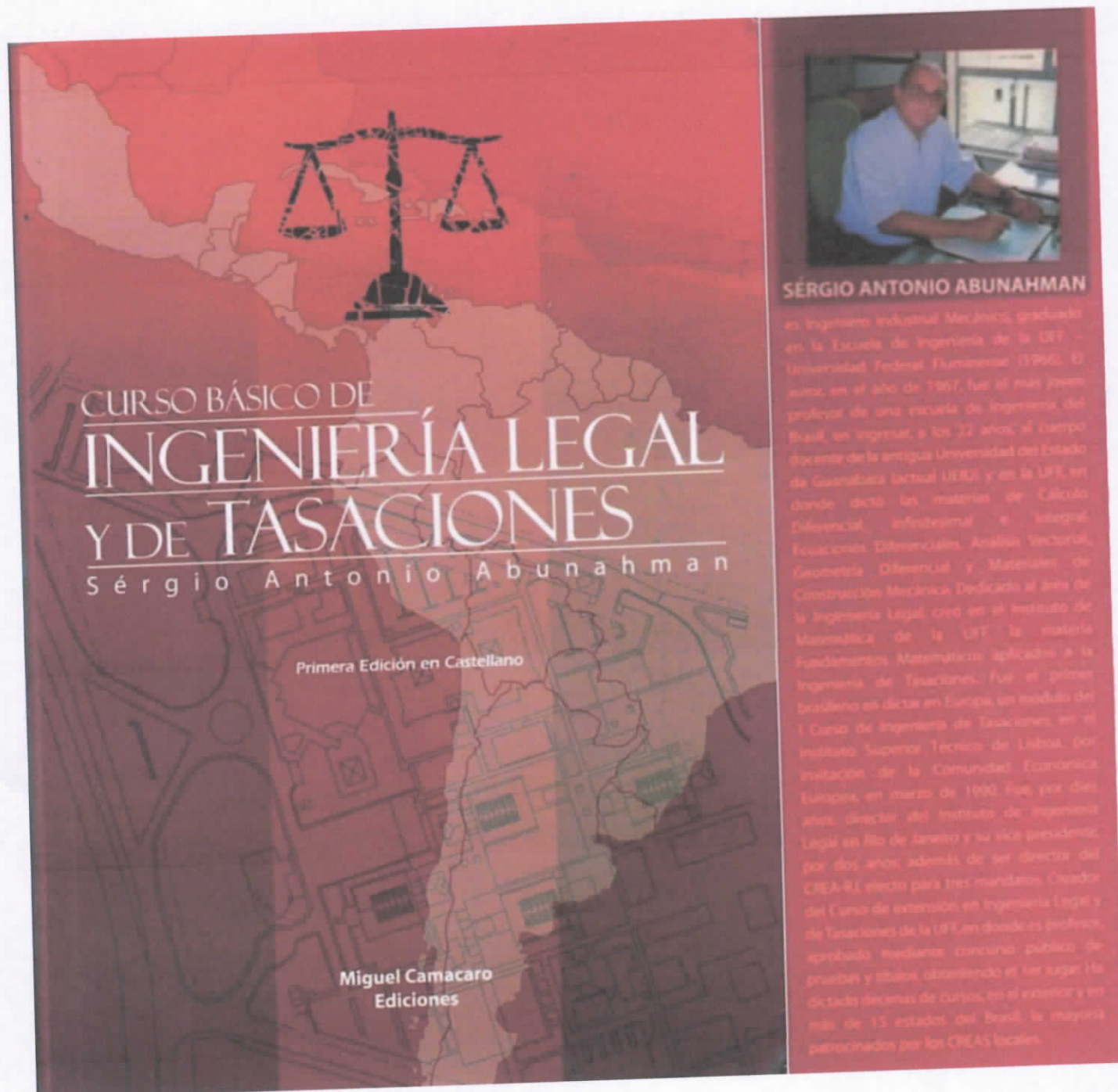
PINI



SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN

é Engenheiro Industrial Mecânico, graduado em 1966 pela Escola de Engenharia da UFF - Universidade Federal Fluminense. O autor foi, à época (1967), o mais jovem professor de uma escola de engenharia do País, ao ingressar, aos 22 anos, no corpo docente da antiga Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e na UFF, onde lecionou as cadeiras de Cálculo Diferencial, Infinitesimal e Integral, Equações Diferenciais, Análise Vetorial, Geometria Diferencial e Materiais de Construção Mecânica. Dedicado à área da Engenharia Legal, criou no Instituto de Matemática da UFF a cadeira de Fundamentos Matemáticos Aplicados à Engenharia de Avaliações, sendo o primeiro engenheiro brasileiro a ministrar na Europa um módulo do I Curso de Engenharia de Avaliações a convite da Comunidade Econômica Europeia, no Instituto Superior Técnico de Lisboa, em março de 1990. Foi diretor do Instituto de Engenharia Legal no Rio de Janeiro por dez anos e seu vice-presidente por dois anos, além de diretor do CREA-RJ eleito em três mandatos. Criador do Curso de Extensão em Engenharia Legal e de Avaliações da UFF, de onde é professor aprovado em concurso público de provas e títulos em 1º lugar, já ministrou dezenas de cursos, no exterior e em mais de 20 estados do Brasil, a maioria patrocinados pelas CREAs locais.

** Edição em castelhano vendida em 14 países, lançado em Caracas, Venezuela, em 2005*



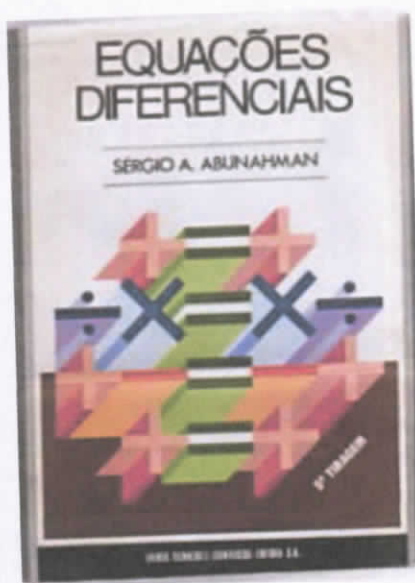
SÉRGIO ANTONIO ABUNAHMAN

es Ingeniero Industrial Mecánico, graduado en la Escuela de Ingeniería de la UFF - Universidad Federal Fluminense (1966). El autor, en el año de 1967, fue el más joven profesor de una escuela de Ingeniería del Brasil, en ingresar a los 22 años al cuerpo docente de la antigua Universidad del Estado de Guanabara (actual UERJ) y en la UFF, en donde dictó los materias de Cálculo Diferencial, Integral, Ecuaciones Diferenciales, Análisis Vectorial, Geometría Diferencial y Materiales de Construcción Mecánica. Dedicado al área de la Ingeniería Legal, creó en el Instituto de Matemática de la UFF la materia Fundamentos Matemáticos Aplicados a la Ingeniería de Tasaciones. Fue el primer brasileño en dictar en Europa un módulo del Curso de Ingeniería de Tasaciones en el Instituto Superior Técnico de Lisboa, por invitación de la Comunidad Económica Europea, en marzo de 1990. Fue, por diez años, director del Instituto de Ingeniería Legal en Rio de Janeiro y su vice-presidente, por dos años, además de ser director del CREA-RJ, electo para tres mandatos. Creador del Curso de extensión en Ingeniería Legal y de Tasaciones de la UFF, en donde es profesor, aprobado mediante concurso público de pruebas y títulos, obteniendo el 1er lugar. Ha dictado decenas de Cursos, a el exterior y en más de 15 estados del Brasil, la mayoría patrocinados por los CREAs locales.

* Livro de crônicas, com apresentação do Min. Humberto Gomes de Barros, ex presidente do STJ e cuja renda é integralmente destinada à Casa Maria de Magdala que abriga crianças portadoras de HIV.



*Outros livros publicados:



ARQUITETURA E URBANISMO

Parques Urbanos de São Paulo

1ª edição, dez/93
Rosa Grena Klüss



Neste livro, a arquiteta-paisagista Rosa Grena Klüss busca a origem da carência de áreas verdes na capital paulista. Para isso, selecionou oito parques - Luz, República, Dom Pedro II, Siqueira Campos, Adimãção, Ibirapuera, Morumbi e Carmo - de forma que exemplificassem o processo global. Esses parques foram analisados em suas origens e evoluções, seu entorno e suas funções dentro da vida da cidade. Fundamentando-se na história, a autora confrontou a evolução dos parques urbanos com o processo de urbanização da cidade para esboçar algumas diretrizes a seguir na utilização do potencial natural dos sítios urbanos, a fim de garantir a qualidade ambiental de nossas cidades.

Projeto de Divulgação Tecnológica: Racional Eng./Pem Eng - Apoio: SLW

Ref.: 1.197 - 212 págs. - 28 x 28 cm

Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento

1ª edição, 4ª tiragem, jul/99
Vicente Del Rio



26,00

Este livro é recomendado a estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo. É dividido em duas partes: na primeira, são comentadas as origens e características básicas do desenho urbano, enfocando como uma postura crítica nascida nos anos 60 e seu estágio atual. E, na segunda, é discutido o papel do desenho urbano no processo de planejamento das cidades, algumas temáticas setoriais e instrumentos ainda pouco utilizados para sua implementação, como o zoneamento de incentivos, solo criado ou os pacotes de desenhos. Aborda a dificuldade de concordância sobre uma definição precisa do real significado do desenho urbano. Contém ilustrações.

Projeto de Divulgação Tecnológica: Brassinter SA

Ref.: 1.162 - 200 págs. - 21 x 21 cm

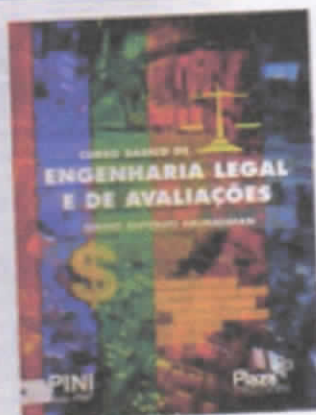
AVALIAÇÕES

LANÇAMENTO

CAMPEÃO DE VENDAS!

Curso Básico de Engenharia Legal e de Avaliações

1ª edição, mar/99
Sérgio Antonio Abunahman



29,00

Curso Básico de Engenharia Legal e de Avaliações é a obra que vem preencher a lacuna existente na literatura específica, qual seja, um único livro abrangendo matéria pericial e avaliativa, na teoria e na prática. É o livro texto do consagrado Curso de Extensão em Engenharia Legal e de Avaliações da Universidade Federal Fluminense, assim como dos inúmeros cursos que o autor tem ministrado em todo o Brasil e no exterior.

Projeto de Divulgação Tecnológica: Plaza Shopping

Ref.: 3.257 - 304 págs. - 16 x 23 cm

Dimensional - Alexandra Farias

De: LICITAÇÃO INEA <licitacao.inea@gmail.com>
Enviado em: terça-feira, 2 de julho de 2019 15:00
Assunto: Re: ATA DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CN 07/2017 - INEA

Prezados boa tarde qualquer inconformismo quanto à inabilitação da licitante deve ser apresentado na forma prevista no edital, no mais destacamos que a decisão desta comissão fora publicada no DOERJ em 28/07, começando-se o prazo recursal no dia 01/07.

Não verificamos qualquer razão que justifique a reabertura de prazo, bem como salientamos que o ato que deu início ao prazo não fora a ata, mas a publicação.

Indicamos como válida a manifestação dos responsáveis técnicos que apontam, no nosso entendimento, não haver nenhum atestado indicativo da capacidade técnica operacional das licitantes inabilitadas, o que dispensa a indicação pleiteada.

O mais reafirmamos nossa busca pelo correto procedimento e ressaltamos que os autos encontram-se disponíveis para eventual análise da licitante.

Atenciosamente.

Em seg, 1 de jul de 2019 às 18:14, Dimensional - Fabio Trigo <fabiot@dimensionalengenharia.com> escreveu:

Prezados,

A DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA ("Dimensional"), na condição de empresa licitante da Concorrência CN 07/2017, cujo objeto é a prestação dos "SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DE LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CUSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA", e em atenção à correspondência eletrônica encaminhada no dia 28.06.2019, pela Comissão Permanente de Licitação (licitacao.inea@gmail.com), vem expor e requerer o que adiante segue:

No dia 27.06.2019, em conformidade com a solicitação realizada pela Presidência da Comissão de Licitação, durante a Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação, a Dimensional encaminhou um e-mail registrando a falta do devido apontamento, na Ata da Sessão, acerca de quais dos serviços de maior relevância, dispostos no Anexo 17 do Edital, os atestados apresentados pela Dimensional não conseguiram comprovar a sua prévia expertise, o que acabou por culminar com o não atendimento ao item 6.6.1, alínea "c", do Edital, solicitando, por conseguinte, os devidos esclarecimentos, para que, assim, restassem obedecidos e respeitados os princípios norteadores dos processos licitatórios, além dos constitucionalmente garantidos, como do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Em resposta, enviada também por e-mail, no dia 28.06.2019, a Comissão encaminhou uma manifestação da Área Técnica do Instituto, informando, ainda, que, na hipótese de eventual divergência entre a Ata e o apontado pelo Departamento Técnico, iria-se proceder a retificação "em momento oportuno".

Por sua vez, a Área Técnica do Instituto, por meio de correspondência eletrônica encaminhada pelo Servidor Sr. Haylander Novaes (haylander.novaes@gmail.com), informou que as inabilitações da Dimensional e de outra licitante (Contek) deram-se por não terem atendido o item 6.6.1, alínea "b", sob a alegação de que não foram constatadas a comprovação de aptidão das Licitantes, pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme transcrição abaixo:

1. Inabilitação empresa Contek engenharia S/A

Conforme item 6.6.1 "b", foi constatado que a EMPRESA não comprova aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

2. Inabilitação empresa Dimensional engenharia LTDA

Conforme item 6.6.1 "b", foi constatado que a EMPRESA não comprova aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Verifica-se, assim, que mais uma vez o INEA não teceu sobre quais dos quatro serviços de maior relevância os atestados técnicos apresentados pela Dimensional verificaram-se insuficientes para considera-la habilitada no Certame, mantendo-se o generalismo viciado, constante na Ata da Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação, cuja pormenorização e esclarecimento foram, justamente, o objeto da correspondência eletrônica da Dimensional, perpetuando, a Comissão, na prática de ato administrativo em total afronta ao princípio constitucional do devido processo legal, prejudicando, assim, o contraditório e a ampla defesa, também garantidos constitucionalmente.

Diante disso, a Dimensional reitera o pedido anteriormente formulado, por meio da correspondência eletrônica de 27.06.2019, requerendo, a esta i. Comissão de Licitação, que seja informado e esclarecido quais dos quatro serviços classificados como de parcela de maior relevância, dispostos no Anexo 17 do Edital, os atestados técnicos apresentados pela Dimensional mostraram-se insuficientes para atendimento, uma vez que a Ata de Sessão não dispõe de elementos suficientes para a configuração da devida motivação do ato administrativo, o que pode ensejar a nulidade do referido ato ou, até mesmo, de todo o certame, o que esta Licitante pretende evitar.

Por derradeiro, a Dimensional destaca a importância, para fins da correta obediência ao diploma legal regente (Lei nº 8.666/93), as regras editalícias e os princípios norteadores do direito administrativo, como

da isonomia, legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e publicidade, que a comunicação acerca dos serviços de maior relevância, supostamente não comprovados nos atestados da Dimensional, dê-se de igual maneira à realizada pelo ato que a inabilitou, **seja através de uma retificação da Ata ou por meio de uma nova Ata, em ambos os casos devidamente publicada no Diário Oficial, momento a partir do qual passará a fluir o prazo recursal.**

Atenciosamente,

Fábio Trigo

Gerente Jurídico

(21) 96730-9766

(21) 3544-5800



De: Dimensional - Fabio Trigo

Enviada em: quinta-feira, 27 de junho de 2019 18:00

Para: 'licitacao.inea@gmail.com' <licitacao.inea@gmail.com>

Cc: Dimensional - Alexandra Farias <alexandraf@dimensionalengenharia.com>; Dimensional - Vinicius

Benevides <viniciusb@dimensionalengenharia.com>; Dimensional - Guilherme R.

<guilhermer@dimensionalengenharia.com>; Dimensional - Bruno Mendes

<brunom@dimensionalengenharia.com>; Dimensional - Jeanne Darc

<jeannelicitacao@dimensionalengenharia.com>

Assunto: ATA DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CN 07/2017 - INEA

Prezados,

Às 11h do dia 27.06.2019 as empresas licitantes – dentre elas a Dimensional Engenharia LTDA, doravante simplesmente denominada Dimensional – compareceram à sede do INEA, com fins de participar da Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação da Concorrência CN 07/2017, cujo objeto é a prestação dos **SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DE LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACRÓFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CUSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA**

Como se evidencia na Ata da aludida Sessão, sagraram-se habilitadas as empresas Matos Teixeira Eng. e Serviços LTDA. e D.A.S. Engenharia LTDA, e, dentre as inabilitadas, a Dimensional, por, genericamente, não ter atendido as exigências dispostas no item 6.6.1, alínea “c”, referente à atestação de sua capacidade técnica, conforme transcrição abaixo:

“DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA está inabilitada por afronta ao item 6.6.1, alínea ‘c’ do edital, os atestados foram insuficientes para atestar a capacidade técnica da licitante.”

Ocorre que, como tais exigências restringem-se à comprovação dos serviços considerados como de maior relevância, por sua vez dispostos no Anexo 17, esta ilustre Comissão Permanente de Licitação não especificou quais dos quatro serviços de maior relevância técnica os atestados apresentados pela Dimensional mostraram-se insuficientes para a verificação de sua prévia experiência, incorrendo, desta forma, em grave afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal, prejudicando o contraditório e a ampla defesa, o que pode ensejar a nulidade do referido ato administrativo e, até mesmo, de todo o certame, o que se pretende evitar.

Assim, em completa conformidade com a solicitação realizada pela Presidência da Comissão, durante a Sessão de Divulgação de Resultado de Habilitação, no sentido de formalizar o presente requerimento por meio de correspondência eletrônica, além de visar a legalidade do processo licitatório e garantir que os atos administrativos nele praticados sejam devidamente motivados e respeitem os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, a Dimensional requer, a esta i. Comissão de Licitação, que seja informado e esclarecido quais dos quatro serviços classificados como de parcela de maior relevância, dispostos no Anexo 17 do Edital, os atestados técnicos apresentados pela Dimensional mostraram-se insuficientes para atender a exigência contida no item 6.6.1, alínea “c”, do Edital.

Atenciosamente,

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

Fábio Trigo

Gerente Jurídico

(21) 96730-9766

(21) 3544-5800

SERVIÇO DE COMPRAS e NÚCLEO DE LICITAÇÕES

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

CNPJ: 10.598.957/0001-35

COEXEC- Coordenadoria Executiva e de Planejamento

GEAD - Gerência Administrativa

End: Av. Venezuela 110, sala 405 - Saúde - RJ

Cep: 20081-315

Tel.: +55 (21) 2334-9430/ 9644





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Ata da Sessão Pública para prosseguimento do certame com a Abertura dos Envelopes "B" – Proposta de Preços referente à Concorrência Nacional CN nº 01/2015, para **"PROJETO EXECUTIVO, IMPLANTAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS DAS ECOBARREIRAS, INSTALAÇÕES DE BARREIRAS DE CONTENÇÃO DE LIXO FLUTUANTE E SERVIÇO DE REMOÇÃO DOS MESMOS EM DIVERSOS CURSOS D' ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**. Às dez horas do dia quinze de junho do ano de dois mil e quinze, na Avenida Venezuela, nº 110, 2º Andar, Sala de Reuniões da Presidência, Saúde, Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria INEA nº. 594 de 01 de abril de 2015, e publicada no Diário Oficial de 09 de abril de 2015, as folhas 27 e 28, com seus representantes abaixo assinados, para prosseguimento do certame com a Abertura do Envelope "B" – Propostas de Preços. Decorrido o prazo para interposição de recursos, sem a interposição dos mesmos, o Presidente da Comissão prosseguiu o certame com a Abertura dos envelopes "B" Propostas de Preços das licitantes habilitadas, estando presentes as seguintes empresas assim representadas: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA pela Senhora ALEXANDRA DE FARIAS BERNARDO e MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA pelo Senhor ERIC PALMEIRA DE MATOS TEIXEIRA conforme credenciamentos. Abertos os envelopes "B" - Proposta de Preços a Comissão divulgou os seguintes preços ofertados: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA – R\$ 20.890.417,03 (Vinte Milhões e Oitocentos e Noventa Mil e Quatrocentos e Dezessete Reais e Três Centavos) e MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – R\$ 18.880.916,79 (Dezoito Milhões e Oitocentos e Oitenta Mil e Novecentos e Dezesseis Reais e Setenta e Nove Centavos). Após análise das propostas a Comissão anunciou a licitante MATOS TEIXEIRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA como vencedora do certame, por ter ofertado o menor preço, sendo o mesmo abaixo do estimado no Edital. Após a divulgação do resultado, o Presidente da Comissão arguiu os representantes legais das licitantes quanto a interposição de recursos contestando estes resultados, os representantes declararam abdicar do direito de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pela Comissão e pelos representantes legais das proponentes.



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de São Fidélis



Moção de Aplausos

Na forma que dispõe o Regimento Interno, a Câmara Municipal de São Fidélis, na sessão plenária do dia 13 de agosto de 2018, aprovou por unanimidade a Moção de Aplausos a

DIMENSIONAL ENGENHARIA Ltda.

pelos relevantes serviços prestados através do Programa Limpa Rio no município de São Fidélis, serviços estes que foram de grande valia para os munícipes, merecendo assim o reconhecimento deste Parlamento.

São Fidélis/RJ, 21 de agosto de 2018.

Higor Porto
Vereador Autor


CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO

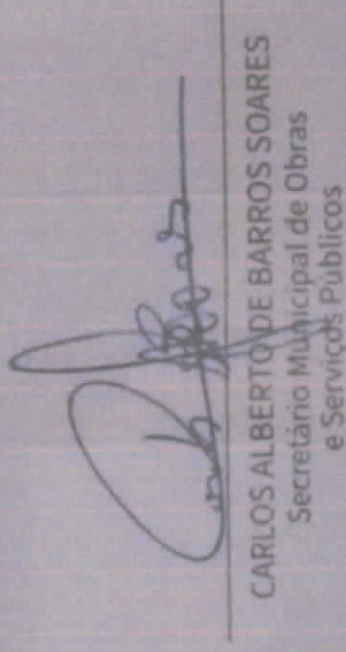
Agradecemos a

Dismunxoral Engenharia Ltda.

pelos bons e relevantes serviços prestados a Prefeitura Municipal de Itatiaia
na **LIMPEZA DO RIO DAS PEDRAS**, demonstrando grande eficiência, lealdade,
e habilidade no desempenho de suas funções. Muito obrigado!

Itatiaia, 21 de julho de 2017.


EDUARDO GUEDES DA SILVA
Prefeito de Itatiaia


CARLOS ALBERTO DE BARROS SOARES
Secretário Municipal de Obras
e Serviços Públicos



Itatiaia
PREFEITURA

SECRETARIA DE
OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paracambi

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO

A Empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ 00.299.904/0001-60, pelo seu extraordinário desempenho, como forma de agradecimento e apoio ao Município de Paracambi, por sua atuação de destaque nas benfeitorias prestadas aos munícipes em relação à prevenção.

Esta homenagem reconhece a determinação, força e coragem dessa Empresa com compromisso nos serviços, seriedade e ética no exercício de suas atribuições e a importância da qualidade desse atendimento.

Assim, o Legislativo Municipal de Paracambi congratula-se com a honrosa Empresa.

Paracambi, 01 de Março de 2018

Alan Silva dos Santos
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI

EM, 11/03/2018
Votação

APROVADO EM, 01/03/2018

Presidente da Câmara

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ITANHANGÁ - JULHO 2014		
		
ITANHANGÁ - DEZEMBRO 2014		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ITANHANGÁ - DEZEMBRO 2014		
		
ITANHANGÁ - AGOSTO 2015		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA




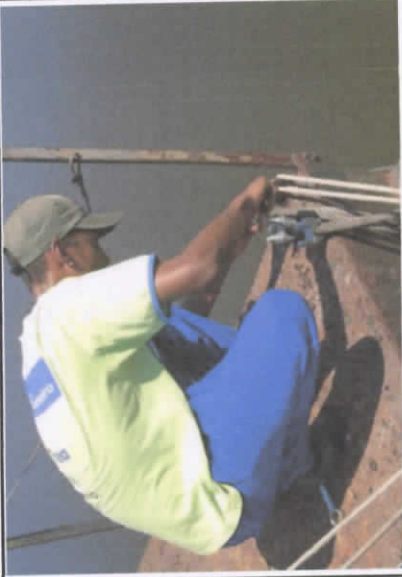


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ITANHANGÁ - SETEMBRO 2015		
		
ITANHANGÁ - SETEMBRO 2015		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA



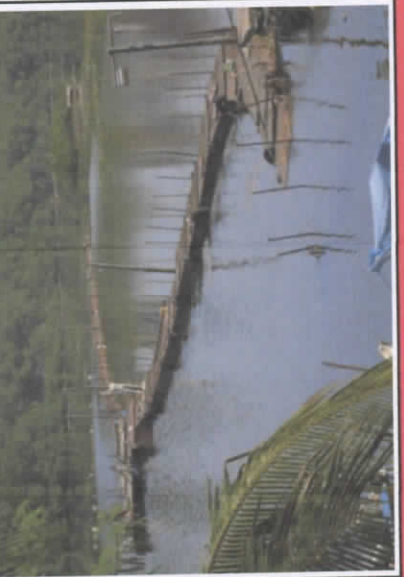



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ITANHANGÁ - SETEMBRO 2015		
		
ITANHANGÁ - SETEMBRO 2015		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA







RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ITANHANGÁ - SETEMBRO 2015		
		
RIO MERITI - JANEIRO 2018		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA

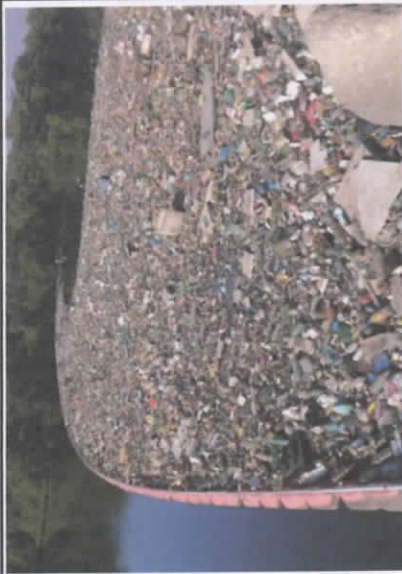



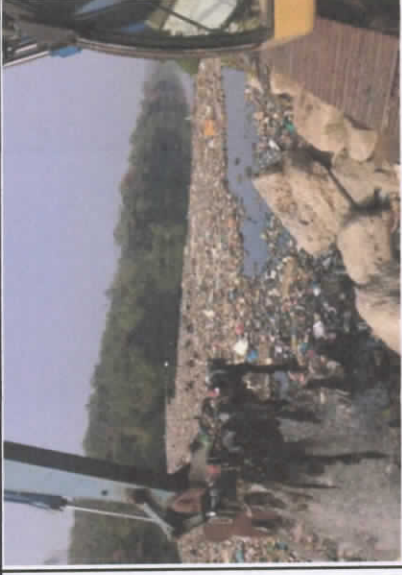
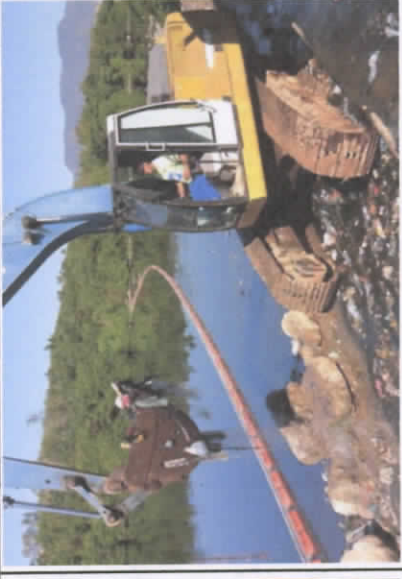
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RIO MERITI - ABRIL 2018		
		
RIO MERITI - MAIO 2018		
		

DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO Nº 69/2013-INEA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RIO MERITI - JUNHO 2018			
			
RIO MERITI - JULHO 2018			
			



Câmara Municipal de Araruama



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Araruama

Protocolo sob o nº 2365

Ar.º _____ Fls. nº _____

em 18/08/2015

Mocção DE APLAUSOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA

Levado em, 18/08/15

Presidente

Requeiro a Mesa, depois de cumpridas as formalidades legais e representando os demais Edis da Câmara Municipal de Araruama, seja consignada **MOÇÃO DE APLAUSOS** a **EMPRESA DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** pela ação de retirada de sedimentos do leito do Rio Mataruna em toda sua extensão.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente moção em face do seu acompanhamento na referida ação, promovendo melhor fluxo de água do rio e, evitando, dessa forma, seu transbordamento nesse período de fortes chuvas.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2015.

Carlos Henrique F. Dutra
Vereador - PR
Carlinhos Dutra

Carlos Henrique Ferreira Dutra
Vereador Carlinhos Dutra

Claudio Norberto Gonçalves
Vereador - PV

Rone Rossy da S. Abreu
Vereador - PTdoB
Rone Rossy

Cristiane Meireles Lopes
Vereadora
2ª Vice Presidente

Carlos Alberto Siqueira da Silva
PRESIDENTE

Cirildo Fernandes da Silva
Vereador CIRILDO
Lider do PSL

DRA. ROSANA GARDEAZABAL
Vereadora
Lider PROS

Jizamar Coutinho Souza
VEREADOR
1º VICE PRESIDENTE

José Magno Martins
Vereador - Solidariedade
Magno Dheco

Paulo Roberto Corrêa Junior
Vereador Paulinho Jr
Lider do PSL

José Domingues Eurico
Vereador - PSD
Zeinho

Raimundo Alberto de Souza
Vereador - PROS
Sargento Raimundo

Maria da Penha Bernardes
Vereadora
PENHA
Lider do Governo



menu

MENU

CA

O DIA

BUSCAR NO DIA

i x

O DIA NA BAIXADA

Programa Limpa Rio chega a Japeri para prevenir enchentes

O canal Quebra-Coco, que provocou inundações de mais de um metro de altura, em 2013, começou a ser dragado pouco antes do meio-dia, no trecho da Avenida Javar

Por O Dia

Publicado às 16h41 de 16/05/2018 - Atualizado às 16h41 de 16/05/2018





Japeri ganhou programa de prevenção de enchentes – Divulgação

Rio – De olho nas chuvas de verão, o prefeito de Japeri, Carlos Moraes, deu o pontapé inicial ao projeto de prevenção às inundações, que vai limpar e desassorear pelo menos 42 km de extensão dos sete principais rios e canais da cidade e beneficiar 5.710 famílias que moram em regiões ribeirinhas.

A maratona faz parte do Programa Limpa Rio, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), lançado nesta terça-feira, no bairro Delamare, um dos mais castigados pelas chuvas de verão de 2013. Na época, pelo menos em 30% da população sofreu com o problema das enchentes.

O canal Quebra-Coco, que provocou inundações de mais de um metro de altura, em 2013, começou a ser dragado pouco antes do meio-dia, no trecho da Avenida Javari. O trabalho vai ser estendido ao canal Teófilo Cunha, e aos rios dos Poços, D'Ouro, Santana, Santo Antônio e São Pedro.

① ×

5

a mesa em Caxias

Instalados em Nova Iguaçu
portamento em relação a
inal do lixo

lembrou que “felizmente” não houve registro de enchentes no município, ao longo de um ano e meio de governo. “Ainda assim, é preciso fazer o trabalho de prevenção para que no futuro as chuvas não provoquem transtornos à população, como ocorreu em 2013”, frisou.

O prefeito disse ainda que o acúmulo de lixo e de matéria orgânica nas águas, além de causar danos ao ecossistema, como mortandade de peixes e a proliferação de roedores, insetos e animais peçonhentos, ainda pode transmitir doenças às comunidades que ali vivem.

Responsável pelas negociações entre a Prefeitura e o Governo do Estado, o secretário municipal do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Kerly Gustavo, disse que o Programa Limpa Rio é fundamental, se levado em consideração o assoreamento de rios canais e valões, com suas margens sendo tomadas por vegetação e resíduos sólidos.

“Ficamos preocupados com a população de Japeri, diante do histórico de enchentes e alagamentos na cidade, principalmente nos bairros Alecrim, Delamare, Primavera, Jardim William, Citrópolis, Beira Rio, Chacrinha e Nova Belém”, explicou.

Kerly Gustavo também lembrou que em dezembro de 2013, centenas de famílias sofreram com os transtornos causados pelas fortes chuvas. “Na época, de acordo com os dados da estação de monitoramento do Sistema de Alerta, o índice pluviométrico na região alcançou 58,4mm, e o que era previsto para um mês, ocorreu em apenas uma hora de chuva”, lembrou.

Coordenador do Programa Limpa Rio, Luiz Antônio Correia disse ao prefeito Carlos Moraes que se torna urgente um projeto que atue de forma preventiva para recuperar rios, lagos, córregos e demais corpos hídricos.

Já o vice-prefeito, Cezar Melo, fez um apelo à população no sentido de que colaborem com a Prefeitura, evitando jogar lixo, sofá, geladeira e outros tipos de eletrodomésticos no leito dos rios e valões da cidade. “Vamos manter os rios limpos para evitar transtornos”, conclamou.

A solenidade de lançamento do Programa Limpa Rio contou ainda com a presença dos secretários municipais, Maicom Fabiano, de Obras e Serviços; Luiz Barcelos, de Desenvolvimento Econômico; e Ernane Alves, da Defesa Civil, além do secretário Executivo de Governo, Rodrigo Marques.





Ex-aeromoças revelam o que realmente acontece a bordo

Desafio Mundial | Patrocinado

Panela que não usa óleo vira febre em Rio De Janeiro

GoldChef | Patrocinado

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

Finance Nancy | Patrocinado

Este novo drone está abalando os principais fabricantes de drones

Drone X Pro | Patrocinado

MAIS SOBRE:

BAIXADA

ENCHENTES

JAPERI

Relacionadas

O DIA NA BAIXADA - 11/11/2018

Unhas com estilo

Empresária investe em conforto para clientes

O DIA NA BAIXADA - 11/11/2018

Natal traz a esperança de novo emprego

Comércio abre cerca de duas mil oportunidades de trabalho na Baixada

O DIA NA BAIXADA - 11/11/2018

Nova Iguaçu: Todo o cuidado com os cabelos

Antes de qualquer procedimento, o cabelo do cliente passa por uma análise detalhada, isso inclui até a tonalidade mais adequada

O DIA NA BAIXADA - 11/11/2018

Belford Roxo comemora a cultura

Município tem programação extensa com apresentações de shows e humor, além de várias oficinas



Mais lidas

1. INSS desembolsou mais de R\$ 2 bilhões com auxílio-reclusão em quatro anos
2. O baile de Isadora
3. Oscar Halac: Meninas usam calças compridas
4. Técnico ambiental: inscrições abertas
5. Operação da Superintendência da Zona Sul remove estruturas que serviam de moradias irregulares

Escolha do Editor

Draco e MP fazem operação contra milícia que atua em favelas da Zona Norte e Oeste do Rio

Moradora do Morro Boa Esperança diz que local já havia sido interditado

Sobreviventes lamentam tragédia em Niterói: 'Como serei forte?'

Bandidos ateam fogo em ônibus na Baixada Fluminense e deixam passageiros feridos

Bombeiros continuam trabalhando nos escombros após tragédia em Niterói

Rivais 'tiram onda' após Flamengo ser derrotado pelo Botafogo em clássico. Confira os memes!



NEWSLETTER O DIA

Receba gratuitamente o melhor conteúdo do DIA no seu e-mail e mantenha-se sempre atualizado.

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/o-dia-na-baixada/2018/05/5540854-programa-limpa-rio-chega-a-japeri-para-prevenir-enchentes.html>

digite seu e-mail

Assinar

Dinamicar
www.dinamicarpneus.com.br *Pneus*

PNEUS PIRELLI
R\$ 175/65 R14 **799,00**

PNEUS PIRELLI
R\$ 205/55 R16 **229,00**

LIGUE AGORA: **3995-3658**

SHOPPING

			
Lavadora De Alta Pressão 165bar 1800w 110v Vlp1800 Vulcan	Pneu Continental Aro 15 195 65 R15 PowerContact 2 91H	Ventilador Oscilante De Mesa New Premium Grade Plástica 50cm Branco Bi - Volt -	Bicicleta Chrome Line Feminina Aro 24 Blue Pro Tork Ultra
10 x R\$82,90	6 x R\$56,35	4 x R\$56	6 x R\$75,15

**Áudio vaza em transmissão de clássico e gera
sociais**

O Dia

Silvio Santos diz que Claudia Leitte o deixa 'e cantora ao vivo

O Dia

Este drone é a invenção mais incrível de 2018

DroneX Pro | Patrocinado

Descoberta prata que reduz drasticamente a

Max Moringa | Patrocinado

Paulo Zulu revela novo clareador dental

Janeiro

WhiteMax Clareador Dental | Patrocinado

Últimas de O Dia na Baixada

16H41 - 16/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Programa Limpa Rio chega a Japeri para prevenir enchentes

Rio - De olho nas chuvas de verão, o prefeito de Japeri, Carlos Moraes, deu o pontapé inicial ao projeto de prevenção às inundaç&...

03H00 - 16/05/2018 - JOGOS DA BAIXADA

O ilustre desconhecido que deu um elástico em Thiago Silva

A história de Eric de Oliveira, de 32 anos, repete um enredo de muitos jogadores brasileiros nos últimos anos. Sem oportunidade no Brasil, o atleta que foi revela...

03H00 - 16/05/2018 - JOGOS DA BAIXADA

Maior que Neymar? A rua onde a camisa preferida é de outro craque

A rua Oiticica, em Nova Iguaçu, onde o meia Eric de Oliveira deu os primeiros passos, dribles e chutes, continua a mesma dos seus tempos de infância. Revelado pelo...

16H38 - 14/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Ecopontos instalados em Nova Iguaçu mudam comportamento em relação a destinação final do lixo

Rio - Os nove ecopontos instalados em locais estratégicos (onde a população costumava jogar lixo no chão) na região de Tinguá já...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Dia das Mães com festa

Teatro, oficinas e música. Hoje, o dia é delas e, para comemorar, tem programação bem variada para homenagear as mães. Há opções para todos os gostos na Baixada Fluminense. E, melhor de tudo...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Baixada em cartaz

O mês de maio vai ser agitado para as companhias teatrais da Baixada Fluminense. Do drama à comédia, os grupos vão tomar a região. E com preços bem acessíveis. O drama cômico 'Rose' fará única a...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Empoderamento feminino

Conciliar as tarefas de casa com a maternidade e ainda empreender é desafio para muitas mulheres. Para auxiliar em tal processo, o projeto 'Papó de Empreendedora' vai realizar wo...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

De olho no futuro e no mercado de trabalho

Quem está em busca de formação profissional deve ficar atento. O Pronatec está com inscrições abertas em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. As vagas são para os cursos de Almojarife, Espanhol ...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

O QUE ROLA NA BAIXADA

CINEMA KINOPLEX GRANDE RIO R. Maria Soares Sendas 111 -Centro,São João de Meriti. Sala 1: STAR WARS - OS ÚLTIMOS JEDI (DUB) (3D):14h30, 17h30, 20h30. Sala 1:JUMANJI - BEM VINDO A ...

03H00 - 13/05/2018 - O DIA NA BAIXADA

Na luta para manter as atividades

A ONG Casa Jovem Júnior tem mudado a realidade de muitas crianças do bairro Coréia, na cidade de Mesquita. Entre brincadeiras, pinturas e cineminhas improvisados, entre outras atividade...

VEJA MAIS NOTÍCIAS



[\(HTTP://PARACAMBI.RJ.GOV.BR/\)](http://paracambi.rj.gov.br/) [NOTÍCIAS \(HTTP://200.164.238.180/NOTICIAS/\)](http://200.164.238.180/NOTICIAS/) [GABINETE \(HTTP://200.164.238.180/GABINETE/\)](http://200.164.238.180/GABINETE/)
[SECRETARIAS \(HTTP://PARACAMBI.RJ.GOV.BR/SECRETARIAS/\)](http://paracambi.rj.gov.br/secretarias/) [PARACAMBI](#) [IMPrensa \(HTTP://PARACAMBI.RJ.GOV.BR/IMPrensa/\)](http://paracambi.rj.gov.br/imprensa/)
[PROJETOS \(HTTP://200.164.238.180/PROJETOS-PREFEITURA-DE-PARACAMBI/\)](http://200.164.238.180/projetos-prefeitura-de-paracambi/) [SERVIÇOS](#) [MAPA DO SITE \(HTTP://PARACAMBI.RJ.GOV.BR/MAPA-DO-SITE/\)](http://paracambi.rj.gov.br/mapa-do-site/)
[FALE CONOSCO \(HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/E/1FAIPQLSFOEUF_O6F7SW-3NAPS7XJJMPATYU7FIB7EV41YAR7AYJVVOG/VIEWFORM\)](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIPQLSFOEUF_O6F7SW-3NAPS7XJJMPATYU7FIB7EV41YAR7AYJVVOG/VIEWFORM)



(http://paracambi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/limpa-rio.jpeg)

[Notícias \(http://paracambi.rj.gov.br/category/noticias/\)](http://paracambi.rj.gov.br/category/noticias/)

Limpa Rio chega ao bairro Guarajuba

22/09/2017 (http://paracambi.rj.gov.br/noticias/limpa-rio-chega-ao-bairro-guarajuba/) [Assessoria de Comunicação](#)
(http://paracambi.rj.gov.br/author/carol/)

O rio que corta o bairro Guarajuba está recebendo o programa Limpa Rio nessa sexta e será apenas o primeiro da lista.

A máquina escavadeira do Programa Limpa Rio chegou no Guarajuba nesta sexta-feira (22). A limpeza do rio é um pedido antigo dos moradores do bairro, já que a última retirada de materiais aconteceu há mais de 10 anos.

Todo material retirado será encaminhado para um local apropriado, com licença do Inea. Estão envolvidos no processo uma escavadeira e mais de três caminhões. Tudo isso sem ônus para o município.

"Essa limpeza só foi possível graças a parceria com o governador Luiz Fernando Pezão e os deputados estaduais André Correa e Dr. Deodalto. Fico muito honrada em poder concretizar um desejo antigo da população do bairro", afirmou a prefeita Lucimar Ferreira.

Guarajuba é só o primeiro a receber o Limpa Rio

De acordo com o responsável do Inea pela operação, o Guarajuba é apenas o primeiro a receber a limpeza. "Nossa programação é limpar o rio do Dr. Eiras e o dos Macacos também", garantiu Rafael.

O Programa Limpa Rio tem como objetivo a manutenção e limpeza dos leitos e margens dos corpos hídricos. As demandas são identificadas a partir de requerimentos das prefeituras locais, associações de moradores, representantes da comunidade ou por requerimentos à ouvidoria do Inea.

[IPTU 2018 \(http://paracambi.ccar](http://paracambi.ccar)

[DECLAN 2018 \(http://paracambi.](http://paracambi)

[TRANSPARÊNCIA \(http://paracam](http://paracam)

[CONTROLADORIA GERAL \(http://](http://)

[PORTAL DO CIDADÃO \(http://par](http://par)

[CONSELHO DE SAÚDE \(http://200](http://200)

[Nota Fiscal Eletrônica \(http://w](http://w)

[Sistema de Ouvidoria
e-OUV 2683-9109 \(https://sistem](https://sistem)

[Legislação \(http://200.164.238](http://200.164.238)

[Concurso \(http://paracambi.rj.g](http://paracambi.rj.g)



(https://
www.ins
tagram.c
om/pref
eiturade
paracam
bi)
(https://
www.yo
utube.co
m/user/
Paracam
biOfical)

<http://paracambi.rj.gov.br/noticias/limpa-rio-chega-ao-bairro-guarajuba/>



Home Tempo Real Polícia Cidade Política Economia Esporte Brasil Mundo Lazer Colunas Mosaico Classificado

TEMPO REAL PMs libertam refém de assaltantes em Rio Claro

Capa / Cidade / Resende: Rio Sesmarias recebe serviços de desassoreamento



Cidade

RESENDE: RIO SESMARIAS RECEBE SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO

Matéria publicada em 3 de fevereiro de 2016, 21:52 horas

Trabalho foi solicitado pela Defesa Civil com a finalidade de melhorar o escoamento e minimizando os impactos das chuvas



Limpeza: Trabalho prevê a retirada de bancos de areia e barro, desde onde o rio deságua até a Ponte Nilo Peçanha (Foto: Divulgação PMR)

Resende – A prefeitura de Resende, em parceria com o Programa Limpa Rio do Governo do Estado, iniciou nesta quarta-feira (3) os serviços de desassoreamento das margens na foz do Rio Sesmarias. O trabalho prevê a retirada de bancos de areia e barro, desde a ponte onde ele deságua no Rio Paraíba do Sul até a Ponte Nilo Peçanha (Ponte Velha).

Segundo o presidente da Agência do Meio Ambiente de Resende (AMAR), Wilson Moura, os serviços foram solicitados pela Defesa Civil com a finalidade de melhorar o escoamento do Rio Sesmarias, minimizando os impactos de alagamentos neste período de chuvas de verão.

Os maquinários e funcionários foram disponibilizados pelo estado, sem ônus para o município. São quatro caminhões basculantes e uma escavadeira hidráulica. Os serviços foram autorizados pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro e pela Secretaria de Estado do Ambiente, por meio do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

– Além da areia e barro, vamos eliminar lixo e materiais que ficam presos nesses bancos. A previsão é que o trabalho tenha a duração de três meses, mas depende também das condições climáticas – explicou Wilson Moura, ressaltando que a prefeitura e o Estado vão realizar serviços de limpeza e não obras no

PUBLICIDADE



Pesquisar

Pesquisa avançada

(/Portal/PesquisaAvançada/index.htm)

Um clique

Fale com o Inea

(<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Institucional/FalecomoINEA/index.htm?lang=PT-BR>)

Portal do Governo (<http://www.rj.gov.br/web/guest>)

Início (/Portal/index.htm?lang=) Institucional (/Portal/MegaDropDown/Institucional/index.htm?lang=) Inea mais perto (/Portal/MegaDropDown/Regionais/index.htm?lang=) Qualidade Ambiental (/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbiental/index.htm?lang=)

LICENCIAMENTO BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS GESTÃO DAS ÁGUAS
 (/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbiental/index.htm?lang=) (/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/index.htm?lang=) (/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/index.htm?lang=)

Não exibir nesta sessão

Está no ar o aplicativo Inea Licenciamento!

inea
LICENCIAMENTO

Mais facilidade e agilidade para você empreender no Estado do Rio de Janeiro. Com o aplicativo INEA Licenciamento, o empreendedor poderá realizar o enquadramento de sua atividade sem ter conhecimento técnico e dar entrada no seu pedido de licenciamento através de smartphones. Menos burocracia. Mais eficiência. É só baixar o aplicativo nas lojas Play Store (Android) e App Store (Apple). **Clique aqui para saber mais sobre o app INEA Licenciamento.**

<http://200.20.53.7/hotsiteapp/>

licenciamento@inea.rj.gov.br



Início (/Portal/index.htm?lang=) Notícias (/Portal/Noticias/index.htm?lang=) Barra do Pirai recebe ações do Programa Limpa Rio

A+ (/cs/fragments/ss_frag_inea_internet_includes/#) A (/cs/fragments/ss_frag_inea_internet_includes/#)
 contraste (/cs/fragments/ss_frag_inea_internet_includes/#)

Barra do Pirai recebe ações do Programa Limpa Rio

Institucional
25/09/2015

O Programa Limpa Rio, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), está desassoreando seis quilômetros do Rio Pirai, no município de Barra do Pirai. A previsão de término das obras é em outubro.

A iniciativa do governo do estado traz resultados positivos para a população do município, antes mesmo das intervenções serem concluídas. Os moradores reconhecem o trabalho.

Para o motorista Edmilson Ferreira, o pior problema com a falta de limpeza do rio era a infestação de ratos.

– Antes da obra no rio, seria bem arriscado estarmos aqui conversando e de repente passar um rato. Era terrível nossa insegurança quanto a essa questão. Hoje em dia não existem ratos nem mosquitos. Estamos muito felizes – comemorou o morador.

O secretário de Habitação de Barra do Pirai, Cacá Muniz, disse que se sente realizado por mais um trabalho bem sucedido.

– Apesar das obras ainda não estarem concluídas, é bom o agradecimento e satisfação de todos os envolvidos – disse.

Desenvolvido pelo Inea, O Programa Limpa Rio atua em todo o estado e tem por finalidade a manutenção e limpeza dos leitos e margens dos corpos hídricos e também o combate à proliferação de vetores.

A necessidade de uma intervenção é identificada a partir de solicitações de moradores, prefeituras e órgãos públicos. Essas ações reduzem o risco de inundações durante os períodos de enchentes, trazendo segurança para a população local.

No caso do Rio Pirai, que é um dos contribuintes do Rio Paraíba do Sul, as obras ainda melhoram o escoamento das águas para este importante corpo hídrico fluminense.



O desassoreamento está trazendo resultados positivos para a população. Foto: Lourenço Edoardo

3 / 3



/cs/groups/publ /cs/groups/publ /cs/groups/publ

• PREVENÇÃO

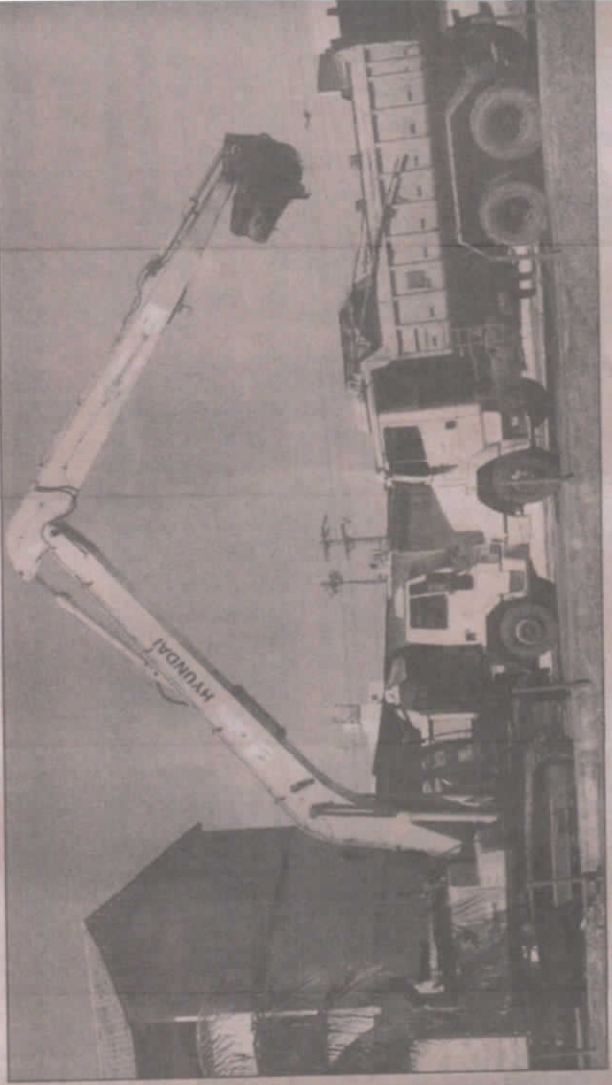
Araruama

Rio Mataruna recebe ações de limpeza e desassoreamento

Limpeza intensiva no Rio Mataruna é realizada através de parceria dos governos estadual e municipal

Na quinta-feira dia 26, as ações de limpeza e desassoreamento do Rio Mataruna foram intensificadas, uma retroescavadeira e cinco caminhões truck, dão suporte as atividades, 18 quilômetros de margens do Rio Mataruna e seus afluentes fazem parte da meta de limpeza e dragagem.

"Já havíamos começado a limpeza das margens com nossa equipe, e agora com a parceria com o Governo do Estado esse trabalho será aprofundado além das margens para a realização do desassoreamento, trazendo benefícios diretos para a população", disse o Secretário de Ambiente, Alan Tavares, ainda segundo o mesmo, as ações fazem parte da parceria firmada entre Prefeitura Municipal,



FOTOS: CAMILO M.

Dezoito quilômetros de margens do Rio Mataruna e seus afluentes fazem parte da meta de limpeza e dragagem que devem durar cerca de 60 dias

Instituto Estadual de Ambiente (INEA) e Governo do Estado.

O prefeito Miguel Jeovani destacou a importância

das ações e afirma que o intuito na realização do serviço é a prevenção, que se reverte em qualidade de vida

para os moradores. "Desde o início de nossa administração, não tivemos mais casos de enchentes,

com as águas invadindo residências, como ocorria em anos anteriores. Isso é possível porque agimos

preventivamente, fazendo limpeza dos rios. A parceria com o INEA vem fortalecer nossa iniciativa", destacou



Principal

Destaques

Nacional

Internacional

Esportes

Estadual



Artigos

Sociais

Politica

Saude

Humor

Programa Limpa Rio chega à Rua Coronel Veiga

Petrópolis News

10 de dezembro de 2014

Principal

No Comment



Depois de Corrêas, Palácio de Cristal e Praça da Liberdade, agora é a vez do Rio Quitandinha, no trecho que passa pela Rua Coronel Veiga: a Prefeitura, em parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por meio do Programa Limpa Rio, já iniciou a limpeza do local na manhã desta terça-feira (9/12). Desde o início dos trabalhos, no fim do mês de outubro, cerca de 370 caminhões de areia e outros detritos foram retirados.

Com a retirada dos pontos de retenção, a água tende a seguir seu curso com mais facilidade, reduzindo significativamente os riscos de

Anunciantes



Você pode usar estas tags e atributos de HTML: ` <abbr title=""> <acronym title=""> <blockquote cite=""> <cite> <code> <del datetime=""> <i> <q cite=""> <strike> `

Publicar comentário

« Kart: Faerj entrega troféus aos
campeões da temporada 2014

Câmara Mirim conscientiza e desperta
interesse pela política em
estudantes »

Copyright © 2018. Petrópolis News